

CONVOCAÇÃO N.º 7/2023 - DRG/SRQ/IFSP

ERRATA N.º 1

CONVOCAÇÃO N.º 6/2023 - DRG/SRQ/IFSP

O DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* SÃO ROQUE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, torna público a errata da Convocação N.º 6/2023 referente a 3ª Reunião Ordinária do Conselho de *campus* a ser realizada no dia 20 de setembro de 2023.

I. Onde se lê:

O DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* SÃO ROQUE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, vem por meio desta convocar os membros do Conselho de *campus* para comparecerem à 3ª Reunião Ordinária a ser realizada no dia 20 de setembro de 2023, às 15h00, no auditório do *Campus* São Roque.

Leia-se

O DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* SÃO ROQUE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, vem por meio desta convocar os membros do Conselho de *campus* para comparecerem à 3ª Reunião Ordinária a ser realizada no dia 20 de setembro de 2023, às 15h30, vi online.

II. Onde se lê:

II. ORDEM DO DIA

1. Aprovação do Projeto Político Pedagógico 2023 - 2027. Relatoria: Anna Carolina Salgado Jardim.
2. Informes Gerais.
3. Pautas da próxima reunião.

Leia-se

II. ORDEM DO DIA

1. Aprovação do Projeto Político Pedagógico 2023 - 2027. Relatoria: Anna Carolina Salgado Jardim.
2. Aprovação da Normativa que regulamenta a Comissão de TCC. Relatoria: Fernando Schoenmaker.
3. Regulamento do uso dos espaços multiusos e multidisciplinares. Relatoria: Frank Viana Carvalho.
4. Informes Gerais.
5. Pautas da próxima reunião.

III. Onde se lê:

Ausências de Conselheiros titulares deverão ser justificadas na forma de documento e enviada via e-mail à

cdi.srq@ifsp.edu.br.

Ao público externo do Conselho: quem quiser se manifestar durante a reunião em uma das pautas deve preencher o formulário de contato com antecedência <<http://srq.ifsp.edu.br/index.php/contato/formulario-de-contato/14-concam-conselho-de-campus>>, sendo a manifestação avaliada pelos Conselheiros.

Leia-se:

Ausências de Conselheiros titulares deverão ser justificadas na forma de documento e enviada via e-mail à cdi.srq@ifsp.edu.br.

A reunião ocorrerá na plataforma Google Meet e será transmitida pela página do Instituto Federal de São Paulo - *Campus* São Roque no facebook (<https://www.facebook.com/ifspsaoroque>).

Ao público externo: quem quiser se manifestar durante a reunião em uma das pautas deve preencher o formulário de contato <<http://srq.ifsp.edu.br/index.php/contato/formulario-de-contato/14-concam-conselho-de-campus>> ou solicitar pelo chat da transmissão, sendo a manifestação avaliada pelos Conselheiros.

Assinado eletronicamente

Diretor Geral
Presidente do Conselho de *campus*
IFSP São Roque

Documento assinado eletronicamente por:

- Frank Viana Carvalho, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DRG/SRQ, em 14/09/2023 16:33:08.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 14/09/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsp.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 618504

Código de Autenticação: 32e0a064dc



CONVOCAÇÃO N.º 7/2023 - DRG/SRQ/IFSP



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
CONSELHO DE *CAMPUS* DE SÃO ROQUE

1 **ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE *CAMPUS* DO INSTITUTO**
2 **FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, *CAMPUS* SÃO**
3 **ROQUE, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.** Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois
4 mil e vinte e três, foi realizada a reunião ordinária do Conselho de *campus* - CONCAM, por
5 videoconferência, às dezesseis horas e cinco minutos, sob a presidência do Diretor Geral do
6 *Campus* Frank Viana Carvalho e presença dos conselheiros titulares: Ana Carolina Macena
7 Francini, Carlos Alberto Araripe, Fernando Schoenmaker, Guilherme Nascimento do Carmo
8 (passou de discente suplente à titular na presente reunião), Guilherme Valagna Pelisson, Karina
9 Monteiro Pinheiro, Laura Airi Iwasaki Sato (passou de discente suplente à titular na presente
10 reunião), Otávio Henrique Pereira, Rafael Batista Novaes, Rafael de Almeida Billar, Ramiéri
11 Moraes, Roseli Gomes de Lima Costa e Wesley de Matos Pereira. **Ausência justificada:** Anna
12 Carolina Salgado Jardim. **Ausência justificada sem substituto por não solicitar:** Gabriel
13 Vasquinho Ferrari. **ABERTURA DA REUNIÃO:** o Diretor Geral e presidente do Conselho, Frank
14 Viana Carvalho, deu por aberta a reunião dando boas-vindas. **I – ORDEM DO DIA: Pauta 1:**
15 **Informe sobre solicitação de renúncia voluntária de 2 conselheiros discentes** – o presidente
16 comunicou a renúncia voluntária de dois representantes titulares discentes, sendo eles Ana Luísa
17 da Silva Otávio e Luiz Carlos Tassinari de Oliveira e informou que na presente reunião o Conselho
18 declara a vacância dos cargos, os quais serão suprimidos na eleição de recomposição do
19 Conselho, como decidido no mês anterior. A secretária, Maira Oliveira Silva Pereira informou as
20 duas votações que o Conselho teria que realizar: i. Declarar a vacância dos dois cargos de
21 representantes discentes e ii. Aprovação das Resoluções *ad referendum* N.º 4, de 30 de junho de
22 2023 e N.º 5, de 18 de julho de 2023, que declaram vago os cargos. Assim, o presidente colocou
23 em regime de votação os dois itens, sendo ambos aprovados por unanimidade. O Presidente
24 solicitou alteração da ordem de apresentação das próximas pautas, indicando a Pauta 3 para
25 discutir primeiro, sendo aprovada por unanimidade. **Pauta 3: Aprovação do Relatório PDI 2024-**
26 **2028** – a relatora, presidente da Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PDI
27 2024-2028), Daniela Alves Soares informou que desde o segundo semestre de dois mil e vinte e
28 dois a Comissão trabalhou bastante na construção do relatório do PDI e realizaram quatorze
29 reuniões presenciais com os servidores e discentes do *campus* e comunidade externa, além de
30 trabalharem com sete links de consulta e sugestões e, após a aferição de todas as sugestões
31 discutidas e apresentações dos grupos proponentes de cursos de suas ideias, em maio do ano
32 vigente foi realizada a votação com os cursos que foram sugeridos, sendo todos os cursos
33 aprovados, sendo eles – dois cursos propostos no PDI anterior (2ª turma do curso técnico em
34 meio ambiente integrado ao ensino médio e Proeja FIC, sendo essa definido no atual PDI na área
35 de Gestão em Negócios) e os novos cursos no atual PDI, um curso técnico concomitante em
36 administração, um curso de pós graduação em direitos humanos, uma licenciatura em pedagogia
37 e uma pós graduação no eixo gestão em negócios com quatro temas dentro dessa área, além da
38 abertura de um grupo de estudos para verificar a viabilidade de um mestrado profissional; após
39 aprovação pelo *campus*, foram realizadas duas audiências públicas para apresentação, coleta de
40 sugestões e divulgação das propostas finais; e assim foi construído o relatório do PDI 2024-2028.
41 O presidente abriu para perguntas ou observações dos conselheiros, não havendo, colocou em
42 regime de votação a aprovação do Relatório PDI 2024-2028, sendo esse aprovado por
43 unanimidade. **Pauta 2: Regimento do Conselho de *Campus* de São Roque do Instituto**
44 **Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo** – o presidente lembrou que esse

CONSELHO DE CAMPUS

Continuação da ata da segunda reunião ordinária de 26/07/2023

Assistir em: <<https://www.facebook.com/ifspsaoroque/videos/736068344954511>>

45 foi tratada na reunião anterior se o grupo homologaria a Resolução Normativa N.º 2/2023, *ad*
46 *referendum*, que aprova o regimento do Conselho de *campus* aprovado pelo CONSUP ou se
47 revisaria do *Campus* São Roque o atual o adequando para as novas normas. Aberto para fala dos
48 Conselheiros, o discente Otávio Henrique Pereira se mostrou a favor da adequação do regimento
49 interno às novas normas a fim de manter a autonomia do *Campus* São Roque e aprimorar para a
50 realidade do *campus*, se indicando para compor a Comissão de readequação do Regimento
51 interno. O docente Carlos Alberto Araripe concordou com o apontamento do discente, se
52 colocando a disposição para compor a Comissão. Os Conselheiros, docente Rafael Batista
53 Novaes e, técnico-administrativo, Guilherme Valagna Pelisson também se colocaram à disposição
54 para compor a Comissão. Tendo em vista os apontamentos sobre criação da comissão interna de
55 revisão, o presidente colocou, primeiramente, em regime de votação a homologação da
56 Resolução Normativa N.º 2/2023, *ad referendum*, que aprova o regimento do Conselho de
57 *campus* aprovado pelo CONSUP, tendo treze votos a favor e uma abstenção, assim, de acordo
58 com o resultado, o presidente colocou em regime de votação a criação da Comissão de
59 readequação do Regimento Interno do Conselho de *Campus* São Roque formada pelos seguintes
60 membros – Otávio Henrique Pereira, como representante discente, Carlos Alberto Araripe e
61 Rafael Batista Novaes, como representantes docentes e Guilherme Valagna Pelisson, como
62 representante técnico-administrativo, sendo a proposta aprovada por unanimidade. O presidente
63 solicitou que a Comissão elaborasse um cronograma de trabalho e após análise das
64 readequações, as apresentasse ao Conselho na reunião de novembro para aprovação. **Pauta 4:**
65 **Informes Gerais** – não houve. **Pauta 5: Pautas da próxima reunião** – Apresentação da
66 readequação do Regimento do Conselho de *Campus* São Roque. Sem mais nada a tratar, o
67 Presidente encerrou a reunião às 16h50. Eu, Maira Oliveira Silva Pereira, Secretária do Conselho
68 do Campus São Roque, lavrei esta ata, que depois de apreciada e aprovada, será assinada e
69 publicada.

70 Ana Carolina Macena Francini _____

71 Carlos Alberto Araripe _____

72 Daniela Alves Soares _____

73 Fernando Schoenmaker _____

74 Frank Viana Carvalho (Presidente) _____

75 Guilherme Nascimento do Carmo _____

76 Guilherme Valagna Pelisson _____

77 Karina Monteiro Pinheiro _____

78 Laura Airi Iwasaki Sato _____

79 Luiz Carlos Tassinari de Oliveira _____

80 Maira Oliveira Silva Pereira (Secretária) _____

81 Otávio Henrique Pereira _____

82 Rafael Batista Novaes _____

83 Rafael Billar de Almeida _____

84 Ramiéri Moraes _____

85 Roseli Gomes de Lima Costa _____



INSTITUTO FEDERAL

São Paulo

Câmpus São Roque

PROJETO
POLÍTICO-PEDAGÓGICO
- PPP -

2023 - 2027

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo -
IFSP

campus **São Roque**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo –
campus São Roque

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

SÃO ROQUE
2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

**Comissão Local do Projeto Político-Pedagógico do IFSP – *campus* São Roque - Portaria
Portaria SRQ IFSP 0029/2023; Portaria SRQ nº 0055/2023**

PRESIDENTE

Anna Carolina Salgado Jardim

MEMBROS

Membro

Adriana Martini Moreira Gomes
Anna Carolina Salgado Jardim
Bárbara Cristina de Oliveira Hernandes
Daniela Alves Soares
Duzolina Alfredo Filipe de Oliveira
Jesus Rafael Ribeiro da Silva

Luciana Vítor Cury
Márcio Pereira

Mary Grace Pereira Adrioli
Otávio Pereira
Rafael Fabrício de Oliveira
Rylla Zanini Silva
Rogério de Souza Silva
Rodrigo Umbelino da Silva

Representação

Coordenadoria de Registros Acadêmicos
Diretora Adjunta de Ensino - Presidente
Discente – Pós-graduação
Docente – Técnico Integrado ao Ensino Médio
Docente – Ensino Superior
Discente – Técnico Integrado ao Ensino
Médio
Comunidade externa
Coordenadoria de Pesquisa, Inovação e Pós-
Graduação
Docente – Ensino Superior
Discente - Ensino Superior
Representante da Coordenadoria de Extensão
Pedagoga - Coordenadoria Sociopedagógica
Docente – Ensino Superior
Docente – Técnico Integrado ao Ensino Médio

SUMÁRIO

Apresentação	5
Justificativa	5
Capítulo 1 – Dos objetivos e finalidades	6
1.1-Histórico do IFSP (função social, objetivos e metas)	6
1.2 - Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	9
1.3 - Princípios norteadores	11
Capítulo 2 – Caracterização da Unidade	18
2.1-Histórico do <i>campus</i> São Roque	18
2.2 Nome, endereço, aspectos legais do <i>campus</i>	29
2.3 Cursos oferecidos	30
2.4 Estrutura do <i>campus</i>	31
2.5 Contexto escolar	31
2.6 Recursos Humanos	32
Capítulo 3 – Pressupostos Políticos-Pedagógicos do <i>campus</i> São Roque	38
3.1 Compromissos com valores éticos e políticos pautados na democracia e equidade:	39
3.2 Gestão democrática	41
3.3 Mundo do trabalho	42
3.4 Inclusão social	43
3.5 Concepção de ensino e aprendizagem	45
3.6 Avaliação de Aprendizagem na Organização do Trabalho Docente	46
3.7 Educação Ambiental	47
3.8 Direitos Humanos	48
Capítulo 4 – Estrutura e organização dos cursos	52
4.1 - Técnico	52
4.1.1 - Técnico Integrado ao Ensino Médio	53
4.1.1 - Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio	61
4.2 - Proeja	62
4.2.1 - Proeja FIC Fundamental	63
4.2.2 - Proeja FIC Médio	63
4.3 - Graduação	63
4.3.1 - Licenciatura	64
4.3.2 - Tecnologia	68
4.3.3 - Bacharelado	74
4.4 - Pós-Graduação	77
4.4.1. Curso Lato Sensu em Metodologia do Ensino das Ciências da Natureza	78
4.4.2. Curso Lato Sensu em Educação em Direitos Humanos	80
4.4.3. Curso Lato Sensu no Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios	81
4.4.4. Grupo de estudos para viabilidade – Mestrado Profissional	81

4.5 - Formação Inicial e Continuada	81
Capítulo 5 - Políticas e Ações	82
5.1 – Ações de apoio ao ensino e à aprendizagem	83
5.1.1 – Atuação da Coordenadoria Sociopedagógica	83
5.1.2 – Recuperação contínua e paralela	85
5.1.3 – Atendimento ao estudante	85
5.1.4 – Projetos de ensino	86
5.1.5 – Formação continuada de professores	86
5.1.6 – Biblioteca	88
5.1.7 – Outras ações	90
5.2 – Ações de apoio ao estudante	91
5.2.1 - Assistência Estudantil	91
5.2.2 – Alimentação Escolar	95
5.2.3 – Apoio à organização estudantil	96
5.3 – Atuação dos núcleos	97
5.3.1 – NAPNE	97
5.3.2 – NEABI	101
5.3.3 – NUGS	102
5.4 – Atuação dos órgãos colegiados	103
5.4.1 – Conselho de <i>campus</i>	103
5.4.2 – Colegiado de Curso	104
5.4.3 – CEIC	104
5.4.4 – Conselho de Classe	104
5.4.5 – Comissão Própria de Avaliação	105
5.5 – Ações de Extensão	106
5.6 – Ações de Pesquisa	108
5.7 – Ações pós-pandemia	111
Capítulo 6 – Plano de ação: diagnóstico, objetivos e ações	113
Capítulo 7 – Construção, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico	127
7.1 – Processo de construção do PPP	128
7.2 – Acompanhamento e avaliação do PPP	135

Apresentação

Este documento apresenta o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) – *campus* São Roque para o período de 2023 a 2027. De acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu artigo 12, inciso I, é responsabilidade dos estabelecimentos de ensino elaborar e executar a sua proposta pedagógica (BRASIL, 1996). Mais adiante, ainda na LDB, nos artigos 13 e 14 estabelece-se que o modelo de gestão adotado deve ser democrático e participativo e que a comunidade acadêmica deve ser envolvida no processo de elaboração do PPP. Este documento representa, portanto, a reflexão coletiva a respeito do rumo e das ações intencionais que o *campus* quer tomar, a partir de um compromisso definido coletivamente, composto por um pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, mostrando a autonomia do *campus* enquanto espaço de diálogo e alicerçando o trabalho pedagógico escolar enquanto um processo de construção coletivo e contínuo. O PPP está fundamentado em um plano de ação expresso em objetivos e metas, que está em consonância com a missão, visão e os valores institucionais do IFSP no que se refere ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão.

Este documento está organizado da seguinte forma: no capítulo 1 apresentam-se os objetivos e finalidades da instituição; o *campus* São Roque é descrito e caracterizado no capítulo 2; o capítulo 3 traz os pressupostos político-pedagógicos; o capítulo 4 apresenta a estrutura e a organização dos cursos ofertados; no capítulo 5 são descritas as políticas e ações institucionais no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem, apoio ao estudante, entre outros; no capítulo 6 realiza-se um diagnóstico do *campus* e são estabelecidos objetivos e metas coletivamente e com ampla participação da comunidade acadêmica; e, finalmente, o capítulo 7 descreve o processo de elaboração do PPP, bem como as estratégias de acompanhamento que se pretendem utilizar.

Capítulo 1 – Dos objetivos e finalidades

1.1-Histórico do IFSP (função social, objetivos e metas)

No decorrer de sua trajetória centenária, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) teve diversas denominações, sendo a primeira delas a de Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, criada por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Ao todo, foram instaladas dezenove escolas, uma em cada capital dos Estados da República, incumbidas de oferecer ensino profissional primário e gratuito.

Na capital do Estado de São Paulo, a inauguração da unidade ocorreu em 24 de fevereiro de 1910, estabelecida provisoriamente na Avenida Tiradentes e, logo depois, na Rua General Júlio Marcondes Salgado, no bairro de Santa Cecília. Nesse início de funcionamento eram ofertados os cursos de tornearia, de eletricidade e de mecânica, considerados incomuns se comparados ao que ministravam as demais escolas da época.

No ano de 1937 o ensino no Brasil passou por uma estruturação administrativa e funcional, disciplinada pela Lei nº 378, de 13 de janeiro, e as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus. Outra mudança trazida pela Lei nº 378 foi a criação do Departamento Nacional de Educação, composto por oito divisões: ensino primário, ensino industrial, ensino comercial, ensino doméstico, ensino secundário, ensino superior, ensino extraescolar e educação física.

Novas reformas na educação profissional ocorreram em 1942, quando o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro, definiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Cabia a esse ramo de ensino, de grau secundário, formar profissionais aptos ao exercício de ofício e técnicas nas atividades industriais. Além disso, o ensino industrial tinha como finalidades dar a trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes aumentasse a eficiência e a produtividade; aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados e, por fim, divulgar conhecimentos de atualidades técnicas. Vale sublinhar que o Decreto-Lei nº 4.073 permitia a articulação do ensino industrial com as outras modalidades de ensino e estabelecia o ingresso em escolas superiores diretamente relacionadas ao curso técnico concluído.

Também em 1942, o Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro, definiu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Faziam parte dessa rede as escolas técnicas, as escolas industriais, as escolas artesanais e as escolas de aprendizagem.

Em relação às primeiras, foram criadas onze escolas, incluindo-se a Escola Técnica de São Paulo, com o objetivo de oferecer cursos técnicos e cursos pedagógicos. Esse decreto, porém, condicionava o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo à construção de novas instalações próprias, mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições (PDI 2019-2023/IFSP, p.38).

Em 1965, a Escola Técnica de São Paulo passou a se chamar Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP), incluindo pela primeira vez a expressão federal na sua denominação e tornando clara sua vinculação direta à União. Essa alteração, trazida pela Lei nº. 4.759, de 20 de agosto de 1965, abrangeu todas as escolas técnicas e instituições de nível superior do sistema federal (PDI 2019-2023/IFSP, p. 41).

Outra alteração significativa no ensino profissionalizante foi propiciada pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que regulamentou o ensino de 1º e 2º graus. No que diz respeito à Escola Técnica Federal de São Paulo, a LDB de 1971 possibilitou a formação de técnicos em cursos integrados ao ensino médio, completados em quatro anos e cuja carga horária média era de 4.500 horas/aula.

Outro momento importante para a ETFSP ocorreu em 23 de setembro de 1976, quando se mudou da Rua General Júlio Marcondes Salgado para a Rua Pedro Vicente, no bairro do Canindé, onde hoje está sediado o Instituto Federal de São Paulo (Reitoria e *campus* São Paulo). O ano de 1986 também foi marcante para a instituição, já que, pela primeira vez, o seu diretor seria escolhido de forma direta por professores, servidores administrativos e estudantes. No ano seguinte, foi implantada a primeira Unidade Descentralizada de Ensino (UNED) de São Paulo na cidade de Cubatão. A segunda UNED começou a funcionar em 1996 na cidade paulista de Sertãozinho.

Em 1994, a Lei nº 8.948, de 08 de dezembro, transformou as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). A ETFSP passou a ser oficialmente denominada de CEFET-SP a partir de um decreto sem número, de 18 de janeiro de 1999. Antes disso, no entanto, a publicação do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, resultou na extinção dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Em 2004, tal ato foi revogado pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho, e assim voltou a ser permitido que a educação profissional técnica fosse desenvolvida de forma articulada com o ensino médio.

No mesmo ano, os CEFETs foram autorizados a oferecer cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, por meio do Decreto nº 5.224, de 01 de outubro de 2004.

Ainda em seu período de existência foram implantadas Unidades Descentralizadas de Ensino do CEFET-SP em mais sete cidades do estado.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. A presente norma, que institui no âmbito do sistema federal de ensino a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cria os Institutos Federais, em um total de 38 unidades, definidos como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (...)” (Art. 2º da Lei nº 11.892/2008).

Comprovando a abrangência de sua atuação, o IFSP, antigo CEFET-SP, oferece cursos técnicos, tanto na forma de cursos integrados ao ensino médio, quanto na forma concomitante ou subsequente; cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados e superiores de tecnologia) e cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), além de investir fortemente na realização de pesquisas aplicadas e no desenvolvimento de atividades de extensão. Investe, também, no Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), em que busca proporcionar oportunidades de estudos para aqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio na idade regular. Atualmente, fazem parte do IFSP 37 *campus* distribuídos pelo Estado de São Paulo, sendo que alguns desses constituem as extintas Unidades Descentralizadas de Ensino.

O Instituto Federal de São Paulo, historicamente, se constitui como espaço formativo no âmbito da educação e do ensino profissionalizante, acompanhando os processos de transformação no mundo do ensino e do trabalho com a perspectiva de diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Nesse sentido, busca construir uma *práxis* educativa que contribua para a inserção social, à formação integradora e à produção do conhecimento.

O objetivo central do IFSP é agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho, discutindo os princípios das tecnologias a ele relativas. Compreende-se, para isso, que seja preciso derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana.

Entre seus aspectos fundadores, os Institutos Federais têm como principais metas: 1) expandir a oferta de educação profissional pública e de qualidade; 2) estar aberto à comunidade, por meio da verticalização da oferta de cursos (da modalidade EJA até a pós-graduação e cursos de curta duração) e do acesso facilitado pela ampliação da rede em todas as regiões do país e 3)

formar cidadãos para o mundo do trabalho e não somente para o “mercado” de trabalho, por meio de uma educação crítica e reflexiva (PACHECO, 2011).

1.2 - Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A Constituição de 1988 se apresentou como a superação institucional do regime autoritário instaurado nos anos 60. Nela, dentre os diversos dispositivos que incorporavam avanços na direção da maior democratização da sociedade brasileira e na tentativa da construção efetiva da cidadania, houve a afirmação da autonomia e do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como norteadores das ações desenvolvidas no âmbito das universidades. Na sequência deste esforço legislativo, deu-se a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em que apareceu reiterado o princípio da autonomia e foram desdobrados os seus reflexos nas várias dimensões da vida acadêmica.

Em 2008, a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foi afirmada por meio da sua lei de criação (Art. 1º, parágrafo único da Lei nº 11.892/2008), que também os caracterizou como instituições de pesquisa tecnológica e de extensão (Art. 6, incisos VII e VIII) e os equiparou às universidades federais (Art. 2º, §1º). Portanto, o mesmo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão estabelecido pelo parágrafo 2º do Artigo 207 da Constituição Federal se tornou norteador das ações desenvolvidas no âmbito destas instituições.

Assim, temos o desafio de conduzir a prática acadêmica no interior do IFSP sob o princípio constitucional desta indissociabilidade, para tanto, é importante definir os conceitos de ensino, pesquisa e extensão a serem adotados.

O Ensino é compreendido como o processo educativo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

A Pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis em qualquer campo do conhecimento (ANDER-EGG, 1978, *apud* MARCONI; LAKATOS, 2003). A Pesquisa é um procedimento

formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais, sendo assim uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade.

A Extensão, por sua vez, é um processo educativo, interdisciplinar, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a escola e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012). Esse processo educativo transformador somente se efetiva quando a Extensão se configura como um espaço de produção de conhecimento a partir da troca de saberes e de experiências estabelecida na relação entre a comunidade interna e externa. Ou seja, sendo vital o diálogo entre sociedade e instituição educacional, torna-se possível a esta identificar e refletir sobre os anseios e problemas colocados pela sociedade, bem como estabelecer estratégias e soluções condizentes às demandas sociais e à sua capacidade científica e tecnológica.

A compreensão de extensão se baseia na noção segundo a qual toda instituição educacional é social e, como tal, deve assumir o compromisso de formar e qualificar as pessoas para atuarem de forma responsável e de ser protagonista da promoção e da garantia dos valores democráticos e cidadãos. O pressuposto se assenta na noção de que todo o trabalho realizado nas instituições de ensino, assim como a produção de conhecimento gerado por elas é um bem social, e que devem ser apropriados pela sociedade em benefício de seus interesses e pela transformação social.

Na prática, significa dizer que a extensão, a pesquisa e o ensino devem se converter num processo educativo capaz de formar, qualificar e emancipar os sujeitos, e que a produção de conhecimento científico tem como finalidade reduzir as desigualdades sociais e aprimorar as condições de vida material, social e cultural das pessoas.

Tendo em vista que as instituições que atuam com ensino, pesquisa e extensão são os locais onde acontecem experimentos pedagógicos e epistemológicos, torna-se necessário rever a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares, reconhecendo a existência dos vários processos de aquisição/produção do conhecimento. Na sequência, deve-se permitir aos estudantes utilizá-los de acordo com suas potencialidades, levando em conta a suas experiências de vida e os conhecimentos previamente adquiridos (ForGRAD, 2000). Nesse sentido, é necessário estimular um trabalho de criação coletiva, introduzindo a participação em projetos envolvidos com diferentes áreas, preferivelmente integrados, onde o professor e os estudantes se incluam como autores, desenvolvendo a capacidade de negociar, de argumentar,

de articular, de criar e de se solidarizar, aproximando os processos educativos da realidade a qual o estudante estará submetido fora da instituição.

Os Institutos Federais, guiando seu projeto político-pedagógico com o intuito de priorizar um conjunto de atividades interdisciplinares intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo, onde se permita ensinar a pensar e a aprender, as quais devem ser mediadas tanto pelo professor quanto pelos estudantes, darão um passo importante rumo à democratização do ensino. Em suma, o ensino, a pesquisa e a extensão, quando indissociadas, deverão conduzir a mudanças significativas nos processos de ensino e aprendizagem, unindo teoria e prática e permitindo a formação para a atividade profissional e para a cidadania.

1.3 - Princípios norteadores

Com base na lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023), documentos norteadores das ações e concepções do Instituto Federal de São Paulo, destacamos alguns dos nossos princípios norteadores.

O IFSP objetiva levar em conta o fato de que o desenvolvimento humano é um processo de construção contínua e que se estende ao longo da vida dos indivíduos e das sociedades de forma indissociável. Ao compreender o sujeito como um ser sócio-histórico, ou seja, resultado de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas em constante construção e transformação, o IFSP acredita que o desenvolvimento de capacidades, potencialidades, habilidades, competências, valores e atitudes especificamente humanos perpassa diretamente por uma ação educativa (PDI 2019-2023/IFSP, p. 175). A instituição de ensino tem em si a responsabilidade de levar o estudante ao pleno desenvolvimento enquanto cidadão por meio do conhecimento construído visando uma formação geral e universal no sentido amplo.

Nossa instituição se identifica e se compromete com um projeto democrático de sociedade que compreende e pratica a educação como um compromisso de transformação, capaz de dar sentido cada vez maior tanto à nossa prática social enquanto instituição, como também a cada sujeito individual que se encontra envolvido com este processo. A proposta pedagógica do IFSP vincula-se à ideia de que o ensino não se limita à transmissão de informações e/ou ao desenvolvimento de capacidades técnicas para um exercício profissional específico, mas, ao contrário, a formação de seus estudantes deve contemplar a chamada “cultura geral” - saberes

cujo sentido formativo não se confunde necessariamente com uma aplicação imediata - e o engajamento político - por meio do desenvolvimento da consciência crítica.

O IFSP reconhece a formação técnica e tecnológica como um dos elementos estruturantes capazes de contribuir para o desenvolvimento humano tanto do ponto de vista individual como coletivo. A proposta educacional dos Institutos Federais está pautada, atualmente, em uma concepção humanista de educação, buscando integrar ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e desenvolver a capacidade de investigação científica para a construção da autonomia intelectual.

Uma formação profissional técnica e tecnológica de qualidade só se torna possível na medida que o processo educativo contribua com a construção de cidadãos por meio de novos saberes. Ora se o que se busca é a formação do cidadão para o mundo do trabalho, superando o conceito da mera formação do profissional para o mercado, é preciso esforço para derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana. (BRASIL, 2010. p 10).

Nesta perspectiva, nos aproximamos da compreensão do trabalho como princípio educativo (FRIGOTTO, RAMOS e CIAVATTA, 2005) na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. Com isso, a educação deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa. Assim, insere-se no contexto a educação profissional, em que o conhecimento científico adquire o sentido de força produtiva, focando-se o trabalho como primeiro fundamento da educação como prática social.

A educação profissional e tecnológica é concebida como uma política pública por seu compromisso social, tanto por contribuir para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, quanto por ser fator de fortalecimento do processo de inserção cidadã. O objetivo da formação profissional não é formar um profissional para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho.

A escola, como instituição educativa da sociedade, é o espaço privilegiado da educação formal, lugar de cultura e sistematização do saber científico, que possibilita a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos para análise e compreensão da realidade do mundo em que vivemos, a fim de que haja uma interação consciente das pessoas consigo mesmas, delas entre

si, delas com o conhecimento, com o meio ambiente e com outros produtos da cultura, ampliando dessa forma sua visão de mundo.

Os Institutos Federais, por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, podem protagonizar um projeto inovador e progressista, comprometido com a democracia e a justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o, como afirma Pacheco (2011, p.8):

A educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Essa sociedade em construção exige uma escola ligada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social.

Considerando esta visão de escola articulada com o trabalho e com a formação integrada do estudante temos a construção do conhecimento como algo dinâmico e significativo e não fragmentado e descontextualizado. O conhecimento para o mundo do trabalho vai além da técnica e da produção, envolvendo relações sociais, culturais e científicas. A educação nesse viés estaria ligada a um movimento constante, em que o conhecimento produzido historicamente retorna à sociedade por meio do indivíduo que articula esse conhecimento com a realidade, transformando-o (BRASIL, 2010).

Nessa vertente o conhecimento ocorre em uma prática interativa com a realidade, que além de propiciar sua transmissão de geração em geração, o questiona, visando sua superação historicamente em um movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Podemos afirmar que o conhecimento não é algo estático, pelo contrário, trata-se de um processo de construção e reconstrução contínuo voltado à formação plena do educando.

O indivíduo é reconhecido, assim, como principal ator de sua própria aprendizagem, pois entende-se que os saberes e conhecimentos não se esgotam em si mesmos, mas adquirem significado mediante sua utilização em situações-problemas apresentadas no cotidiano de sua vida, tornando imprescindível o planejamento e a construção desses saberes a partir da realidade dos estudantes (FREIRE, 1992). Essa concepção do processo ensino e aprendizagem irá refletir-se numa proposta curricular que promova a formação integral e crítica do indivíduo-cidadão, baseada em princípios éticos e de respeito às diversidades.

Diante da intenção de se construir um currículo consistente, baseado na interação entre conhecimentos específicos e o eixo de formação prática, promove-se o espaço necessário para

que as convergências e semelhanças, diversidades e particularidades possam dialogar, resultando no apontamento com maior precisão de qual é o papel, função e significado de cada componente curricular.

O foco central quando refletimos sobre currículo é buscar a orientação de uma ação educativa de forma ampla e integrada, o que vai muito além de listas de conteúdos, somatórias de cargas horárias e matrizes curriculares, envolvendo acima de tudo e preponderantemente uma perspectiva social e política, na qual o valor maior está no que se vai ensinar e quais as finalidades deste ensino para quem o vai receber. A indagação “o que selecionar como elemento constituinte de um currículo?” deve ser necessariamente antecedida por “o que os educandos devem se tornar?”.

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, os Institutos Federais deverão ofertar educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização são dois aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas dos institutos. A transversalidade, entendida como forma de organizar o trabalho didático, no caso da educação tecnológica, diz respeito principalmente ao diálogo entre educação e tecnologia. A tecnologia é o elemento transversal presente no ensino, na pesquisa e na extensão, configurando-se como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas e amplia-se aos aspectos socioeconômicos e culturais. Esta orientação é intrínseca às arquiteturas curriculares que consideram a organização da educação profissional e tecnológica por eixo tecnológico. Isto porque a ênfase é dada às bases tecnológicas e conhecimentos científicos associados a determinados processos, materiais, meios de trabalho, etc.

A verticalização, por sua vez, extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações. Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação. A transversalidade auxilia a verticalização curricular ao tomar as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia

como vetores na escolha e na organização dos conteúdos, dos métodos, enfim, da ação pedagógica (BRASIL, 2010).

Vale destacar que a proposta curricular que integra o ensino médio à formação técnica supera o conceito de escola dual e fragmentada, estabelecendo o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho. Assim, pode representar, em essência, a quebra da hierarquização de saberes e colaborar de forma efetiva, para a educação brasileira como um todo, no desafio de construir uma nova identidade para essa última etapa da educação básica.

O fazer pedagógico nos Institutos Federais, ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada. Em consonância com esse entendimento, o currículo se torna um poderoso instrumento de mediação para atingir o conhecimento científico, o desenvolvimento do raciocínio lógico, construtivo e criativo, para que se estabeleça uma consciência crítica e reflexiva no indivíduo ao ponto de transformar atitudes e convicções, levando este a participar de forma efetiva e responsável da vida social, política, cultural e econômica de seu país.

Desempenhando papel fundamental na concretização da proposta de verticalização do ensino, o desafio cotidiano para a prática pedagógica docente é o desenvolvimento de ensino de qualidade junto à ampla gama de públicos que procuram por profissionalização e inserção no mercado de trabalho, mas sem perder de vista a formação integrada para o mundo do trabalho. Uma formação integrada, além de possibilitar o acesso a conhecimentos, promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais, sobre as referências e tendências estéticas, que se manifestam em tempos e espaços históricos, e incorpora os valores ético-políticos.

As práticas educativas devem levar em conta os diversos públicos presentes numa instituição em função das diferenças de gênero, de classe social, de etnia e de religiosidade. A partir do princípio da autonomia e da gestão democrática, que fazem parte da própria natureza do ato pedagógico, identifica-se a importância e a necessidade de se estabelecer relações democráticas que criem um ambiente institucional propício ao diálogo e à participação.

No processo de ensino, reconhece-se a importância de se priorizar uma metodologia que permita a inserção do educando como agente de sua aprendizagem, ou seja, a participação efetiva do estudante na construção de seu conhecimento. Uma das possibilidades metodológicas é trazer para a sala de aula os problemas do mundo atual e/ou situações-problema que simulem a

realidade, a fim de que os estudantes possam sugerir propostas de resolução ou de possíveis encaminhamentos, promovendo-se o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Para a construção da autonomia intelectual do educando, o ensino pode e deve ser potencializado pela pesquisa, orientada ao estudo e à busca de soluções para as questões teóricas e práticas da vida cotidiana dos sujeitos trabalhadores. A pesquisa como princípio pedagógico instiga a curiosidade do estudante em direção ao mundo que o cerca, gera inquietude. Essa atitude de inquietação diante da realidade, potencializada pela pesquisa, contribui para que o sujeito possa, individual e coletivamente, formular questões de investigação e buscar respostas na esfera mais formal, seja na forma aplicada, seja na denominada pesquisa de base acadêmica, como também em outros processos de trabalho, em um movimento autônomo de (re)construção de conhecimentos.

Integrando a ciência e a cultura, a formação profissional deve objetivar a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais mais elevadas, apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Dessa forma, contribui-se para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade, ao mesmo tempo em que cuida da preservação.

Referências

ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social**: para trabajadores sociales. 7ª ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em 05 de outubro de 2022.

BRASIL.MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Institutos Federais. **Um novo modelo de educação profissional e tecnológica**: concepções e diretrizes. 2010

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior, maio de 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs). Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). **Plano de desenvolvimento institucional (PDI) 2019-2023**. São Paulo, 2019.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução da educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

Capítulo 2 – Caracterização da Unidade

2.1-Histórico do *campus* São Roque

A implantação da Unidade Descentralizada (UNED) São Roque foi autorizada pela Portaria Ministerial nº. 710, de 09/06/2008. A UNED São Roque foi idealizada no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Fase I. O Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET-SP) recebeu um prédio inacabado para instalar a UNED em São Roque. A edificação, em questão, foi inicialmente projetada para abrigar uma unidade educacional do segmento comunitário.

Em meados de 2006 o terreno com o prédio inacabado foi transferido para o CEFET-SP que assumiu a responsabilidade para a sua conclusão, assim como a reestruturação do projeto educacional e aquisição de mobiliário e equipamentos. Uma equipe constituída de representantes do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e do CEFET-SP vistoriou as obras paralisadas e abandonadas há mais de quatro anos para os devidos procedimentos. As ações junto ao PROEP foram concluídas no primeiro semestre de 2008, permitindo que as atividades da UNED São Roque fossem iniciadas no semestre subsequente.

A Aula Inaugural ocorreu em 11/08/2008, com a abertura do Curso Técnico em Agronegócio. Foram disponibilizadas às comunidades são roquense e adjacentes, nos períodos vespertino e noturno, turmas com capacidade para 40 alunos cada. Dessa forma, a UNED São Roque foi pioneira na implantação de curso técnico na área das Ciências Agrárias no CEFET-SP, vindo ao encontro da tradição e da importância do ensino agrícola na Rede Federal do Brasil como um todo.

Por conta da Lei nº 11.892, de 29/12/ 2008, a UNED São Roque passou a ser *campus* São Roque, acompanhando a mudança de CEFET-SP para IFSP. Desde então, o *campus* tem se empenhado em atender as demandas da microrregião no qual está inserido, que contempla os municípios de São Roque, Alumínio, Araçariguama, Cotia, Ibiúna, Itapevi, Mairinque e Vargem Grande Paulista.

Caracterização do Município

Conforme dados da Fundação SEADE (2023), a cidade de São Roque foi fundada na segunda metade do século XVII pelo capitão Pedro Vaz de Barros, bandeirante paulista. A povoação iniciou em uma fazenda, com o cultivo de trigo e vinhas mediante mão-de-obra indígena. Posteriormente, o capitão Fernão Paes de Barros, irmão de Pedro Vaz, fixou-se em outra fazenda na região também produtora de trigo e uva. Nas terras de Pedro Vaz, próxima a sua residência, foi erigida uma capela em honra a São Roque, no local no qual hoje situa-se o Largo da Matriz. Semelhantemente, Fernão Paes construiu em sua fazenda – atual bairro Santo Antônio - uma capela para Santo Antônio.

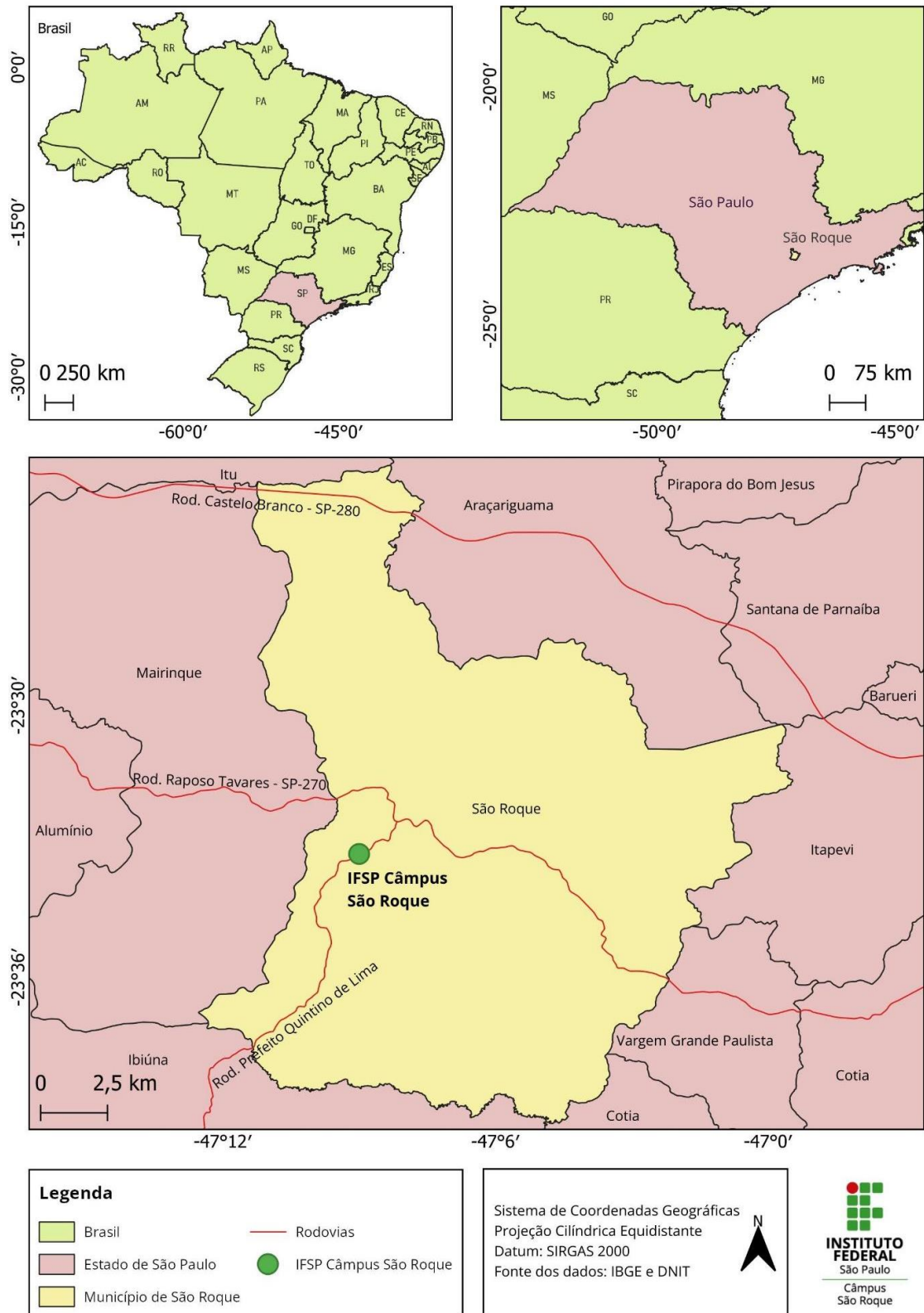
O povoado inicial de São Roque cresceu lentamente, passando a ser conhecido como “Capela de São Roque do Carambeí”. Em agosto de 1768 São Roque foi elevada a freguesia do município de Santana de Parnaíba. Em 10 de julho de 1832, passou a ser categorizado como vila. Tendo em vista o crescimento do comércio e lavoura concomitante a escassez de mão-de-obra, os lavradores lançaram mão da importação de escravos africanos, introduzindo novos cultivos na região, tais como a cultura de milho, cana e café, ao mesmo tempo em que emergiam e se intensificavam as desigualdades sociais entre indivíduos livres e escravizados.

Devido ao crescimento econômico, em 22 de abril de 1864 São Roque foi elevada a cidade. O período entre 1872 e 1875 constitui um marco por conta da fundação da Santa Casa de Misericórdia e a construção da Estrada de Ferra Sorocabana.

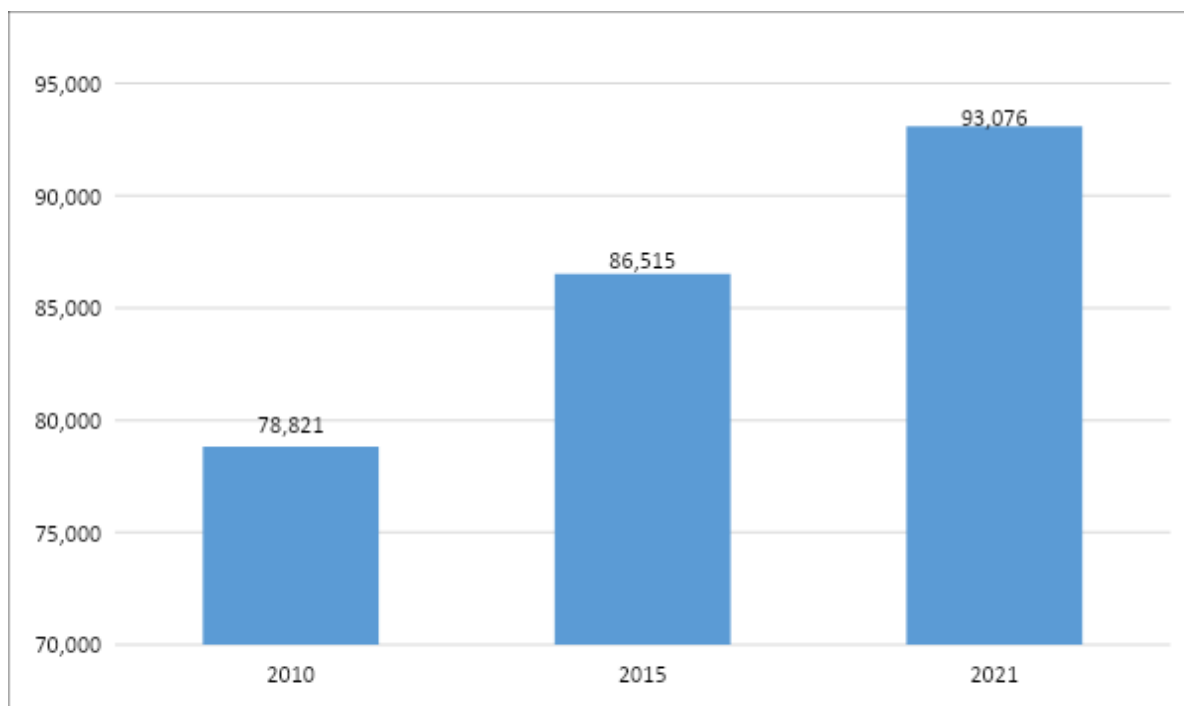
O evento da ocasião da Proclamação da República também forneceu um novo impulso a São Roque, tendo em vista o recebimento de imigrantes italianos, fato esse que possibilitou a emergência da vitivinicultura no município, bem como a instalação da Brasital, uma das primeiras indústrias têxteis brasileiras, cuja atividade se manteve até meados dos anos 1970. Em 1987, os prédios que compunham a Brasital tornaram-se patrimônio público municipal, passando a compreender um centro cultural e educativo para a população sanroquense.

Em 1990, em função de seu reconhecido potencial nos âmbitos histórico, ecológico e cultural, São Roque recebeu o título de Estância Turística, tornando-se famosa por seu patrimônio histórico, pela preservação da Mata Atlântica e pelas opções relacionadas ao lazer e ao Enoturismo presentes no município.

Mapa do município e localização do IFSP – *campus* São Roque



Crescimento da populacional



População estimada 2021	93.076
População 2010	78.821
Área da unidade territorial (km²)	306,908
Densidade demográfica (hab/km²)	256,82

Gráfico 1: crescimento populacional no município de São Roque. Fonte: IBGE, 2023.

Dados gerais

Síntese das Informações Municipais - São Roque	
População estimada [2021]	93.076 pessoas
População no último censo [2010]	78.821 pessoas
Densidade demográfica [2010]	256,82 hab/km ²
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2020]	2,1 salários mínimos
Pessoal ocupado [2020]	23.392 pessoas
População ocupada [2020]	25,4 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	30,4 %
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	97,6 %

IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	5,7
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	5,1
Matrículas no ensino fundamental [2021]	11.369 matrículas
Matrículas no ensino médio [2021]	3.463 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2021]	619 docentes
Docentes no ensino médio [2021]	282 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	33 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	14 escolas
PIB per capita [2020]	33.763,03 R\$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	64,6 %
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,768
Total de receitas realizadas [2017]	269.798,97 R\$ (×1000)
Total de despesas empenhadas [2017]	238.471,89 R\$ (×1000)
Mortalidade Infantil [2020]	6,21 óbitos por mil nascidos vivos
Internações por diarreia [2016]	0,1 internações por mil habitantes
Estabelecimentos de Saúde SUS [2009]	15 estabelecimentos
Área urbanizada [2019]	34,27 km ²
Esgotamento sanitário adequado [2010]	81,1 %
Arborização de vias públicas [2010]	73,9 %
Urbanização de vias públicas [2010]	57,1 %
Bioma [2019]	Mata Atlântica
Área da unidade territorial [2022]	306,908 km ²
Hierarquia urbana [2018]	Centro Subregional B (3B) - Município integrante do Arranjo Populacional de São Roque - Mairinque/SP
Região de Influência [2018]	Arranjo Populacional de São Paulo/SP - Grande MetrÓpole Nacional (1A)
Região intermediária [2021]	Sorocaba
Região imediata [2021]	Sorocaba
Mesorregião [2021]	Macro Metropolitana Paulista
Microrregião [2021]	Sorocaba

Síntese das informações do município de São Roque. Fonte: IBGE, 2023.

Características da região

Situada a cerca de 60 km da capital do estado, São Roque pertence a Bacia Hidrográfica do Médio Tietê e à Região Administrativa (RA) de Sorocaba.

A Região Administrativa de Sorocaba é composta por 79 municípios, abarcando uma diversificada estrutura econômica, envolvendo tanto o setor agropecuário quanto o setor industrial (SEADE, 2023).

No que tange ao âmbito agropecuário, a região apresenta uma gama de produtos, abrangendo a produção de carne bovina, milho, carne de frango, cana-de-açúcar, feijão, trigo, algodão, repolho, beterraba, pêsego, tomate, abóbora e batata.

O setor industrial também se mostra diversificado, compreendendo desde setores de fiação e tecelagem até fabricação de componentes aeronáuticos. A região também apresenta indústrias de metalurgia básica e de minerais não metálicos. Devido a recente intensificação industrial, empresas prestadoras de serviços complementares ao processo produtivo também passaram a se instalar na Região Administrativa (SEADE, 2023).

Desta forma, a convergência de investimentos na região deve-se a proximidade desta com os grandes centros industriais de São Paulo e *Campinas*, interligados por rodovias de alta qualidade. Esses elementos terminaram por atrair os investidores em busca de terras alternativas bem localizadas as quais, porém, com custos menores de instalação.

Condições de vida

Condições de Vida	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Riqueza	2010	41	...	45
	2012	43		46
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Longevidade	2010	62	...	69
	2012	63		70
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Escolaridade	2010	53	...	48
	2012	55		52
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS	2010	Grupo 2 - Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais		

	2012	Grupo 2 - Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais		
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM	2010	0,768	...	0,783
Renda per Capita - Censo Demográfico (Em reais correntes)	2010	778,30	753,70	853,75
Domicílios Particulares com Renda per Capita até 1/4 do Salário Mínimo - Censo Demográfico (Em %)	2010	6,33	5,98	7,42
Domicílios Particulares com Renda per Capita até 1/2 Salário Mínimo - Censo Demográfico (Em %)	2010	17,42	17,40	18,86
Habitação e Infraestrutura Urbana	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Coleta de Lixo – Nível de Atendimento (Em %)	2010	97,94	99,56	99,66
Abastecimento de Água – Nível de Atendimento (Em %)	2010	78,25	96,89	97,91
Esgoto Sanitário – Nível de Atendimento (Em %)	2010	60,41	91,08	89,75
Educação	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e mais (Em %)	2010	4,48	4,40	4,33
População de 18 a 24 Anos com Ensino Médio Completo (Em %)	2010	53,62	60,33	58,68
Emprego e Rendimento	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Participação dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	3,00	2,56	2,28
Participação dos Empregos Formais da Indústria no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	23,48	31,48	19,38
Participação dos Empregos Formais da Construção no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	4,54	4,50	5,23

Participação dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	26,39	21,50	19,72
Participação dos Empregos Formais dos Serviços no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	42,60	39,97	53,39
Rendimento Médio dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (Em reais correntes)	2014	1.038,89	1.288,28	1.652,59
Rendimento Médio dos Empregos Formais da Indústria (Em reais correntes)	2014	2.129,20	3.124,60	3.194,95
Rendimento Médio dos Empregos Formais da Construção (Em reais correntes)	2014	1.613,61	1.890,56	2.385,21
Rendimento Médio dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (Em reais correntes)	2014	1.547,84	1.730,18	2.072,24
Rendimento Médio dos Empregos Formais dos Serviços (Em reais correntes)	2014	1.951,73	2.123,74	2.903,96
Rendimento Médio do Total de Empregos Formais (Em reais correntes)	2014	1.843,16	2.320,91	2.740,42

Informações dos Municípios Paulistas – Fundação SEADE, 2023.

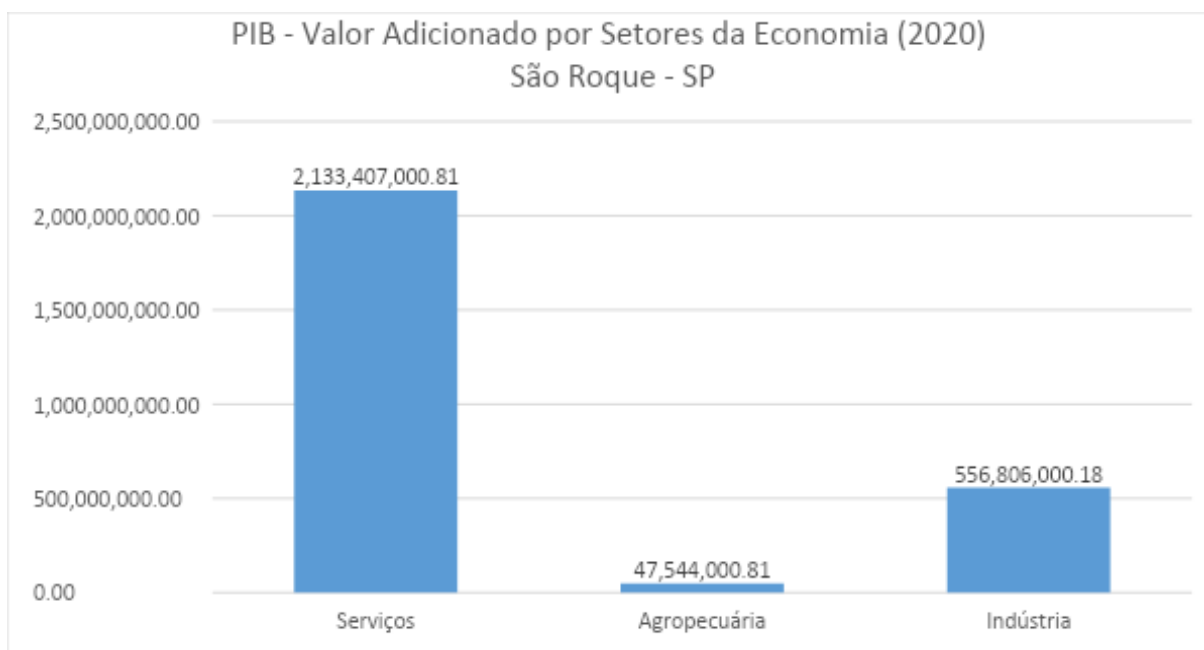
Economia

A Estância Turística de São Roque desenvolve turismo rural, ecológico e enogastrônomico. A produção econômica do município envolve a produção de vinhos artesanais, produtos orgânicos e alcachofra.

Os gráficos e tabelas a seguir demonstram o PIB do município, indicando sua arrecadação nas atividades industriais, de serviços e agropecuárias, estabelecendo ainda um comparativo entre o total arrecadado pelo mesmo, pelo estado de São Paulo e pela Região do Governo de Sorocaba.

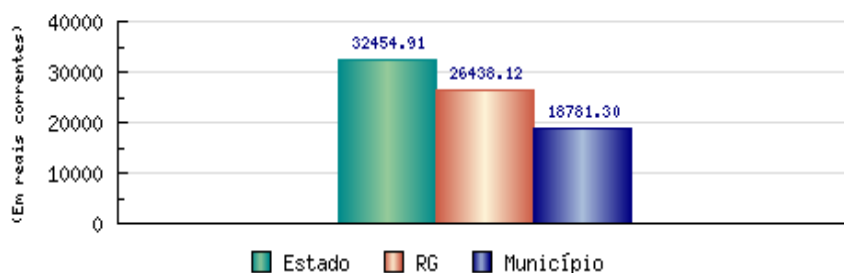
Produto Interno Bruto dos Municípios 2013	
PIB a preços correntes	3.108.224.000,14 R\$ [2020]
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	370.464.000,93 R\$ [2020]
PIB per capita	33.763,03 R\$ [2020]
Valor adicionado bruto a preços correntes	2.737.759.000,21 R\$ [2020]
- Agropecuária	47.544.000,81 R\$ [2020]
- Indústria	556.806.000,18 R\$ [2020]
- Serviços - Exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	1.754.877.000,81 R\$ [2020]
- Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	378.530.000,41 R\$ [2020]

Fonte: IBGE, em parceria com Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais do Governo e SUFRAMA, 2023.



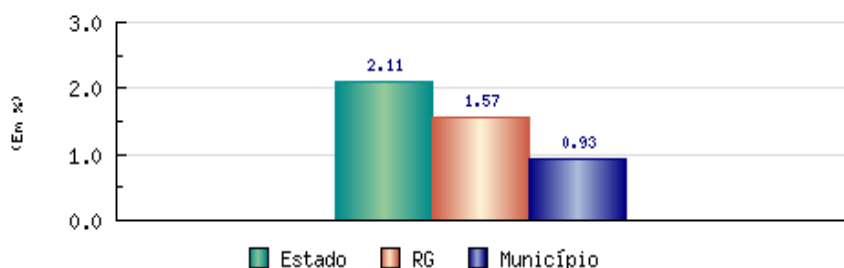
Fonte: IBGE, 2023.

Economia
 PIB per Capita - 2011
 Estado de São Paulo, Região de Governo de Sorocaba e Município de São Roque



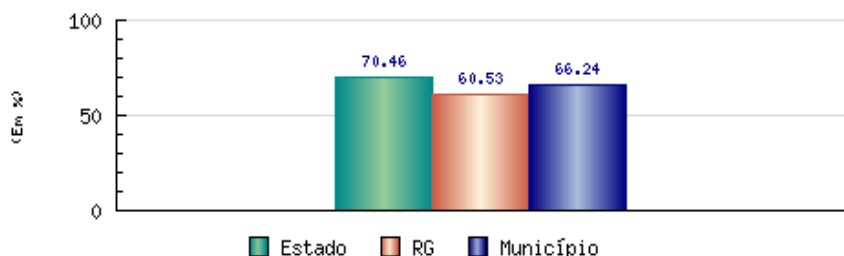
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
 Fundação Seade.

Economia
 Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado - 2011
 Estado de São Paulo, Região de Governo de Sorocaba e Município de São Roque



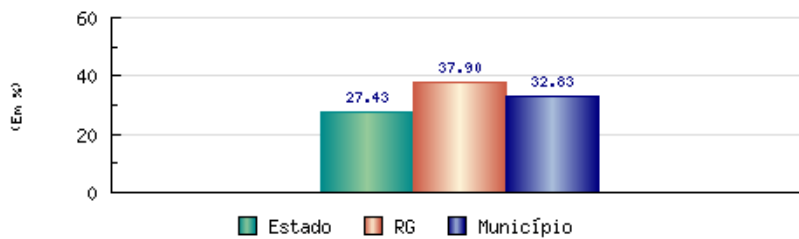
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
 Fundação Seade.

Economia
 Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado - 2011
 Estado de São Paulo, Região de Governo de Sorocaba e Município de São Roque



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
 Fundação Seade.

Economia
Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado - 2011
Estado de São Paulo, Região de Governo de Sorocaba e Município de São Roque



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
Fundação Seade.

Cultura e turismo

São Roque possui uma tradição cultural vinculada a história do município, na qual pode-se observar a predominância de aspectos religiosos, tais como a realização da “Festa de São Benedito”, programação que inclui missas, quermesse, procissão e manifestações artísticas; o Carnaval são-roquense, que é um dos mais famosos do interior do estado de São Paulo, no qual milhares de pessoas param para acompanhar os desfiles; as romarias da cidade, como as dos “Cavaleiros de São Jorge”, com peregrinação à cidade de “Pirapora do Bom Jesus”; a “Festa de Nossa Senhora do Carmo”, realizada em um bairro quilombo do município, bem como a tradicional Festa de Agosto, que tem como homenageado São Roque, o padroeiro da cidade.

O município ainda promove anualmente tradicionais eventos esportivos, como o “Open de Vôlei de Praia”, “Beach Soccer” e “Beach Basquete”, que reúne atletas de todo o país, a “Corrida de Aleluia”, uma das mais antigas do estado e o “Festival de Inverno no Ski Mountain Park”.

A cidade também tem como tradição a “Festa de Peão de São Roque” e as festas de tradição imigrante, como a “Festa das Nações” e o “Festival de Cerejeiras de Bunkyos”. Outra tradição forte no município é o “Festival de Orquídeas e Plantas Ornamentais” e a “Expo São Roque”, que é o principal evento turístico da cidade, com gastronomia a base de alcachofras, vinhos, pisa de uma e diversas atrações. Por último, torna-se pertinente apontar que outro evento que reforça o turismo na cidade é o “Natal Iluminado”, enfeitando o centro com milhares de luzes e mobilizando os moradores a enfeitarem suas casas.

2.2 Nome, endereço, aspectos legais do *campus*

Nome	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – <i>campus</i> São Roque
Sigla	IFSP – SRQ
CNPJ	10882594/0006-70
Endereço	Rodovia Prefeito Quintino de Lima, 2100 - Paisagem Colonial - São Roque/SP
CEP	18136-540
Telefone	(11) 4719-9500
Página institucional da internet	http://srq.ifsp.edu.br
E-mail	drq.srq@ifsp.edu.br ; dae.srq@ifsp.edu.br
Dados Siafi: UG::	158329
Gestão	26439
Autorização de funcionamento	Portaria Ministerial nº 710, de 09/06/2008

2.3 Cursos oferecidos

Nome do Curso	Oferta
Técnico em Agronegócio – Concomitante ao Ensino Médio	2008 – 2012
Técnico em Agroindústria – Concomitante ao Ensino Médio	2009 – 2012
Licenciatura em Ciências Biológicas	2010 →
Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio (Parceria SEE)	2012 – 2016

Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio (Parceria SEE)	2012 – 2016
Tecnologia em Gestão Ambiental	2012 →
Tecnologia em Viticultura e Enologia	2013 →
Técnico em Serviços Públicos (Parceria Rede e-Tec Brasil)	2013 – 2017
Bacharelado em Administração	2014 →
Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio	2015 →
Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio	2015 →
Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio	2017 →
Pós-Graduação Latu Sensu em Metodologia do Ensino das Ciências da Natureza	2019 →

Fonte: Jardim, 2018.

2.4 Estrutura do *campus*

Infraestrutura Básica

O Campus São Roque apresenta, atualmente, a estrutura física apresentada no **Quadro**, a seguir:

Quadro - Relação de locais e ambientes físicos do Campus e respectivas metragens

Local	Quantidade Atual	Área (m ²)
Auditório	1	206,2
Banheiros femininos (alunos)	4	100
Banheiros masculinos (alunos)	4	100
Biblioteca	1	384,74

Local	Quantidade Atual	Área (m ²)
Cantina	1	25,8
CAP	1	16
CGP	1	27,1
Copa	1	31,5
Cozinha	1	190,6
CPA	1	16,2
CRA	1	23,66
CSP	1	56,8
CTI	1	56,8
DAA + CLT + CCF	1	56,8
DAE + estágio	1	35
DRG+CDI+Sala de reunião	1	56,8
Estacionamento (vagas)	65	500
Ginásio, salas adjacentes e vestiários	1	1.782
Laboratório de Alimentos	1	114,7
Laboratório de análise sensorial	1	69,4
Laboratório de análises ambientais	1	41,3
Laboratório de Botânica	1	41,3
Laboratório de Ciências	1	113,6

Local	Quantidade Atual	Área (m ²)
Laboratório de Enologia	1	108,7
Laboratório de Gestão (salas 11 e 12)	1	95,54
Laboratório de Microbiologia	1	72,66
Laboratório de Pesquisa	1	32,02
Laboratório de Química	1	83,5
Laboratório de Zoologia	1	41,3
Pesquisa + extensão	1	23,71
Refeitório	1	200
Sala 10	1	76,1
Sala de Artes	1	84
Sala de Coordenação Médio	1	35
Sala de Coordenação Superior	1	35
Sala de informática	1	76,1
Salas 1 a 8	8	56,38
Salas 13 a 16	4	47,77
Salas de aula 17 e 18	2	56,8
Salas dos Professores	1	38,31

2.5 Contexto escolar

O *campus* São Roque encontra-se localizado em um bairro periférico do município. Apesar de ter iniciado suas atividades tendo em vista uma demanda de desenvolvimento agrônomo da região, a mudança de CEFET para IFSP implicou em uma modificação na estrutura e finalidades estabelecidas para a escola, inclusive no que se refere ao percentual das vagas ofertadas, das quais 50% passaram a ser destinadas para matrículas em cursos técnicos, de preferência integrados ao Ensino Médio, e 20% em cursos de formação de professores, conforme determina a Lei nº 11892 de 2008, que cria os Institutos Federais.

Na busca de orientar sua oferta formativa em prol da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, constatou-se a demanda de oferta de cursos nas áreas das ciências agrárias, ambientais e gestão. Fato esse que resultou no oferecimento de diferentes formas de graduação, como cursos de Licenciatura, Tecnologia e Bacharelado, e na oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, como o Técnico em Administração e Técnico em Alimentos integrados ao Ensino Médio.

Desta forma, ao ofertar cursos de nível médio e superior, o *campus* São Roque atende uma clientela escolar de diferentes faixas etárias, recebendo alunos, em sua maioria, do próprio município, da Região Metropolitana de São Paulo, da Grande São Paulo e de municípios circunvizinhos do município no qual se encontra o *campus*. A questão da convivência entre adolescentes e adultos na divisão de um mesmo espaço escolar implica no reconhecimento da coexistência de diferentes sujeitos, com diferentes perfis e distintas motivações, que buscam em comum um melhor nível de educação e, conseqüentemente, uma melhora nas condições de vida. A maioria da clientela escolar é oriunda de famílias menos favorecidas socioeconomicamente, que possuem renda familiar mensal inferior a cinco salários-mínimos.

2.6 Recursos Humanos

Corpo docente

Nome	Titulação	Área de atuação
Alberto Paschoal Trez	Mestrado	Administração
Alequexandre Galvez de Andrade	Doutorado	Contabilidade (Gestão)

Ana Carolina Macena Francini	Doutorado	Língua Portuguesa/Espanhol
Andrea Barros Carvalho de Oliveira	Doutorado	Língua Portuguesa/Inglês
Andre Kimura Okamoto	Doutorado	Química
Anna Carolina Salgado Jardim	Doutorado	Administração
Antônio Noel Filho	Doutorado	Matemática
Áurea Juliana Bombo Trevisan	Doutorado	Alimentos
Breno Bellintani Guardia	Doutorado	Ciências Biológicas
Carlos Alberto Araripe	Doutorado	Administração
Carolina Aparecida de Freitas Dias	Doutorado	Administração
Clênio Batista Gonçalves Júnior	Mestrado	Informática
Daniela Alves Soares	Doutorado	Matemática
Duzolina Alfredo Felipe de Oliveira	Mestrado	Pedagogia (Educação)
Eduardo Roque Mangini	Doutorado	Administração
Esdras Henrique Regatti Motinaga	Mestrado	Matemática
Fábio Laner Lenk	Doutorado	Viticultura e Enologia
Fabio Patrik Pereira de Freitas	Mestrado	Agronomia
Fernando Oliveira Piedade	Doutorado	Direito
Fernando Santiago dos Santos	Doutorado	Ciências Biológicas
Fernando Schoenmaker	Doutorado	Ciências Biológicas
Flavio Trevisan	Doutorado	Agronomia
Francisco Rafael Martins Soto	Doutorado	Veterinária/Zootecnia
Frank Viana Carvalho	Doutorado	Pedagogia/Educação
Glória Cristina Marques Coelho Miyazawa	Doutorado	Ciências Biológicas
José Hamilton Maturano Cipolla	Doutorado	Administração
José Luiz da Silva	Doutorado	Filosofia
Karina Arruda Cruz	Doutorado	Língua Portuguesa/Espanhol
Leonardo Pretto de Azevedo	Doutorado	Agronomia
Luiz Felipe Borges Martins	Mestrado	Gestão Ambiental
Márcia de Oliveira Cruz	Doutorado	Matemática
Márcio Pereira	Doutorado	Ciências Biológicas
Maria Júlia Mendes Nogueira	Mestrado	Arte

Mariana Bizari Machado de Campos	Doutorado	Química
Maritê Carlin Dal'Osto	Doutorado	Viticultura e Enologia
Mary Grace Pereira Andrioli	Doutorado	Pedagogia (Educação)
Miriã Camargo Felício	Mestrado	Meio Ambiente
Nathalia Abe Santos	Doutorado	Química
Nathalie Zamariola	Doutorado	Química
Patrícia Isabela Silva Pessoa	Doutorado	Ciências Biológicas
Paula Fabiane Martins	Doutorado	Ciências Biológicas
Rafael Alves de Sousa Barberino Rodrigues	Doutorado	Filosofia
Rafael Batista Novaes	Doutorado	Educação Física
Rafael Fabricio de Oliveira	Doutorado	Geografia
Renan Felício dos Reis	Doutorado	Meio Ambiente
Ricardo dos Santos Coelho	Doutorado	Química
Rodolfo Liporoni Dias	Mestrado	Ciências Biológicas
Rodrigo Umbelino da Silva	Doutorado	Sociologia
Rogério de Souza Silva	Doutorado	Sociologia
Rogério Tadeu da Silva	Doutorado	Administração
Rogério Tramontano	Doutorado	Física
Rosana Mendes Roversi	Mestrado	Alimentos
Sandra Harumi Shiokawa de Simone	Mestrado	Língua Portuguesa/Inglês
Sandro Heleno Morais Zarpelão	Mestrado	História
Sandro José Conde	Doutorado	Ciências Biológicas
Silce Adeline Danelon Guassi	Mestrado	Alimentos
Sonale Diane Pasto de Oliveira	Doutorado	História
Tarina Unzer Macedo Lenk	Doutorado	Gestão
Tatiane Monteiro da Cruz	Doutorado	Língua Portuguesa/Libras
Thaís Minatel Tinós	Doutorado	Geografia
Vanderlei José Ildefonso Silva	Mestrado	Ciências Biológicas
Vivian Delfino Motta	Mestrado	Agronomia
Waldemar Hazoff Junior	Doutorado	Gestão
Willian dos Santos Triches	Doutorado	Viticultura e Enologia

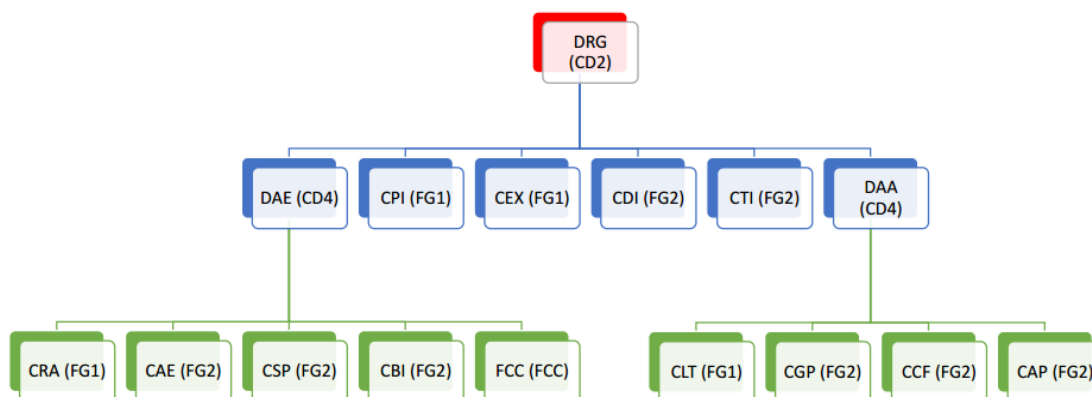
Corpo administrativo

Nome do Servidor	Cargo	Setor
Adriana Martini Moreira Gomes	Assistente em Administração	Coord. Registros Acadêmicos
Benedito Aurélio Pereira	Assistente em Administração	Coord. Registros Acadêmicos
Bento Filho de Sousa Freitas	Técnico em Assuntos Educacionais	Coord. Sociopedagógica
Christine Hauer Piekarz	Médica Veterinária	Coord. Extensão
Cleiton Gonzalez	Técnico de Tecnologia da Informação	Coord. Tecn. da Informação
Creuza Figueiredo Iago Pizzi	Assistente em Administração	Coord. Gestão de Pessoas
Eddy Bruno dos Santos	Auxiliar em Administração	Coord. Gestão de Pessoas
Edmara dos Santos Ribeiro	Assistente em Administração	Coord. Gestão de Pessoas
Elenice Luzia Ribeiro	Auxiliar de Biblioteca	Coord. Biblioteca
Eli da Silva	Administrador	Coord. Licitações e Contratos
Elis Regina Ferreira	Assistente de Alunos	Coord. Apoio ao Ensino
Fabiano Santana da Silva	Assistente em Administração	Coord. Apoio ao Ensino
Fábio Stefani da Silva	Assistente de Alunos	Coord. Apoio ao Ensino
Fernanda Rodrigues Pontes	Bibliotecária	Coord. Biblioteca
Guilherme Valagna Pelisson	Assistente de Alunos	Coord. Apoio ao Ensino
Héber Vicente Bensi	Bibliotecário	Coord. Biblioteca
Herlison Ricardo Domingues	Técnico em Contabilidade	Coord. Contabilidade e Finanças
Janaína Ribeiro Bueno Bastos	Pedagoga	Coord. Sociopedagógica
Jean Louis Rabelo de Moraes	Assistente em Administração	Coord. Contabilidade e Finanças
Jeferson de Moraes Correia	Assistente de Alunos	Coord. Apoio ao Ensino
Joseane Gomes dos Santos	Contadora	Coord. Contabilidade e Finanças
Juliana Mendes Palombi	Assistente em Administração	Coord. Registros Acadêmicos
Karina Monteiro Pinheiro	Técnica em Contabilidade	Diretoria Adjunta de Administração
Kátia Cristina Alves Pinto	Técnica em Assuntos Educacionais	Diretoria Adjunta de Ensino

Leila Cristina dos Santos	Tradutora e Intérprete de Linguagem de Sinais	Coord. Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas
Luana de Andrade Silva Canhone	Assistente Social	Coord. Sociopedagógica
Maira Oliveira Silva	Técnica em Alimentos	Coord. Apoio à Direção
Marcos Akio Hirakawa	Assistente em Administração	Coord. Almoz. e Patrimônio
Mateus Guimarães Borges	Auxiliar em Administração	Coord. Apoio ao Ensino
Paulo Roberto Ribeiro Marinho	Psicólogo	Coord. Sociopedagógica
Rafael Billar de Almeida	Assistente em Administração	Coord. Registros Acadêmicos
Ramieri Moraes	Técnico de Laboratório Agrícola	Diretoria Adjunta de Ensino
Ricardo Augusto Rodrigues	Técnico de Laboratório – Química	Diretoria Adjunta de Ensino
Roseli Gomes de Lima Costa	Técnica em Assuntos Educacionais	Coord. Sociopedagógica
Rylla Zanini Silva	Pedagoga	Coord. Sociopedagógica
Silvan Amaro Oliveira	Técnico de Tecnologia da Informação	Coord. Tecnologia da Informação
Sonia Maria Chanes Ferreira	Técnica em Enfermagem	Coord. Apoio ao Ensino
Thiago de Jesus da Silva Lopes Santos	Tecnólogo em Gestão Pública	Coord. Licitações e Contratos
Tiago João Vaz	Técnico de Tecnologia da Informação	Coord. Tecn. da Informação
Tieko Akita	Assistente em Administração	Coord. Licitações e Contratos
Wilson Roberto Carraturi Pereira	Assistente em Administração	Coord. Almojarifado e Patrimônio

Organograma do *campus*

CARGO	FUNÇÃO	CARGO	FUNÇÃO
Diretor Geral (DRG)	CD2	Coord. Sociopedagógico (CSP)	FG2
Coord. de Extensão (CEX)	FG1	Coord. de Biblioteca (CBI)	FG2
Coord. de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CPI)	FG1	Coord. de Cursos (FCC – 7)	FCC
Coord. de Apoio a Direção (CDI)	FG2	Diretor Adjunto de Administração (DAA)	CD4
Coord. de Tecnologia da Informação (CTI)	FG2	Coord. Licitações e Contratos (CLT)	FG1
Diretor Adjunto Educacional (DAE)	CD4	Coord. de Gestão de Pessoas (CGP)	FG2
Coord. Apoio ao Ensino (CAE)	FG2	Coord. de Contabilidade e Finanças (CCF)	FG2
Coord. Registros Acadêmicos (CRA)	FG1	Coord. de Almoz., Manut. e Patrimônio (CAP)	FG2



Fonte: Resolução n.º 26, de 5 de abril de 2016 (IFSP, 2016).

Referências

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Resolução IFSP n.º 26, de 5 de abril de 2016. Regimentos dos *campus* do IFSP. Disponível em:

<<http://www2.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/568-resolucoes-2016.html?download=15889%3Aresolucao-no-262016-de-05-de-abril-de-2016>>.

https://prp.ifsp.edu.br/images/arquivos/pesquisa/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Resol_112_Aprova_Regulamento_de_Atribuio_Docente.pdf Acesso em: 24 abr.

2018. <http://www.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/regimentogeralifsp.html>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades*: São Roque. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-roque/panorama>>. Acesso em 18 ago. 2023.

JARDIM, Anna Carolina Salgado. *T g r t g u g p v c ± ç g u " u q e k c k u " f g " r t q h g u u q t g Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia*. 2018. 279 p. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Banco de Dados de Informações dos Municípios Paulistas - 2023**. São Paulo: Dados disponíveis em: <<http://perfil.seade.gov.br/?>>. Acesso em 10 jul. 2023.

Capítulo 3 – Pressupostos Políticos-Pedagógicos do *campus* São Roque

A reorganização da escola deverá ser buscada de dentro para fora. O fulcro para a realização dessa tarefa será o empenho coletivo na construção de um projeto político-pedagógico e isso implica fazer rupturas com o existente para avançar (VEIGA, 2002, p.33).

Os pressupostos que embasam o Projeto Político-Pedagógico do *campus* São Roque respaldam-se nos princípios que demarcam a escola pública, gratuita e democrática (VEIGA, 2002). Por conseguinte, o processo educativo desenvolvido na instituição necessita abarcar o compromisso com o oferecimento de uma educação de qualidade, como direito do cidadão. Logo, a permanente busca pela educação de qualidade constitui o eixo norteador de todas as ações e processos desenvolvidos no *campus*.

Uma vez que a escola compreende uma instituição pública, laica e gratuita, torna-se necessário refletir acerca das implicações decorrentes dessa configuração. Nestes termos, o sentido de “pública” circunscreve o “direito de todos”, que carrega em si o reconhecimento da heterogeneidade da clientela atendida pela instituição e sua necessária inclusão. Conforme alerta Saviani (1982), na medida em que o reconhecimento da heterogeneidade revela a existência de uma desigualdade entre os educandos no ponto de partida, a escola deve firmar o compromisso político de buscar propiciar a todos, através de sua mediação, uma igualdade no ponto de chegada, no que tange ao processo de ensino e aprendizagem e ao desenvolvimento das habilidades necessárias para o exercício da cidadania. Isso porque a qualidade do processo de ensino e aprendizagem não pode ser privilégio de uma minoria socialmente favorecida (VEIGA, 2002).

Dessa forma, os pressupostos pedagógicos do *campus* São Roque aqui expressos, partem do reconhecimento da missão institucional do IFSP (BRASIL, 2008), o referencial teórico aqui adotado, está implicado na visão expressa nos projetos pedagógicos de cada curso, assim como na perspectiva de diferentes agentes da comunidade educativa, incluindo servidores técnico-administrativos, professores e estudantes.



Figura 1: nuvem de palavras construída pelos servidores do *campus* em encontro para discussão sobre o PPP

Tal como instituído pela Lei Federal 11.892/2008, o *campus* São Roque do IFSP tem como princípio indissociável a articulação entre ensino, pesquisa e extensão buscando atender as demandas da comunidade interna e externa, por meio da "produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos" (BRASIL, 2008) e sobretudo devido ao compromisso da instituição com a formação cidadã para a atuação profissional no mundo do trabalho, com a integração e a verticalização do ensino, com o fortalecimento dos arranjos produtivos locais (BRASIL, 2008).

Nesse processo, nenhum elemento que compõe a tríade ensino, pesquisa e extensão pode assumir um papel coadjuvante. Antes, cada um necessita ser desenvolvido com equidade, a fim de possibilitar que a instituição forneça efetivamente sua parcela de contribuição para a (re)estruturação social no tempo presente.

Assim, elencamos a seguir pressupostos pedagógicos que embasam as práticas institucionais realizadas no *campus* São Roque.

3.1 Compromissos com valores éticos e políticos pautados na democracia e equidade:

Nossa proposta pedagógica tem como perspectiva uma educação que propicie equiparação de oportunidades e no respeito à diversidade, pautada na gestão democrática em todas as suas instâncias, desde a gestão do *campus* até a sala de aula, bem como nos projetos de pesquisa e extensão. Da mesma forma, espera-se que as ações desenvolvidas fortaleçam cada vez mais os mesmos valores na comunidade interna e externa.

Sendo assim, a escola pública, gratuita e de qualidade necessita se estruturar como um ambiente ético e inclusivo, que reflita os ideais do convívio e da justiça social. Ideais esses que pressupõem rupturas com o plano do discurso em prol de sua materialização no cotidiano escolar.

O valor da ética abrange a prática constante de pensar, refletir e construir, sobretudo em um mundo no qual não se está só, no qual o fator da convivência resume a própria condição humana. Assim, a ética sempre está em relação, ou seja, em relação ao outro, como conjunto de princípios de conduta que regulam as relações humanas com o mundo (LODI; ARAÚJO, 2007). É a partir do exercício constante de dialogar, entender e intervir, do constante exercício ético democrático que a escola possibilitará que os alunos sejam livres e autônomos para pensarem e julgarem do ponto de vista ético que a participação democrática exige na efetivação da cidadania.

O desafio se faz presente na medida que o meio social não compreende um espaço homogêneo com posicionamentos e ideias afins. Deve-se ter consciência que a ética cumpre a exigência do convívio democrático, do direito também do outro, do apreço à inclusão de todos. A postura ética permeada pelo compromisso cidadão e democrático implica na ação de empreender um enfrentamento aos preconceitos e às discriminações oriundos da repulsa às deficiências, às diferenças sociais, econômicas, psíquicas, físicas, raciais, religiosas, culturais, ideológicas e de gênero.

Afirmar essa que na prática implica na construção de um olhar coletivo e positivo acerca das diferenças, e na aceitação e inclusão de todos no âmbito escolar. Processo esse que não objetiva simplesmente o alcance da inclusão de todos em uma sociedade desigual, mas sim a busca da construção de uma sociedade cerceada pela democracia, pela igualdade e pela justiça social:

Como agentes políticos comprometidos com um projeto democrático e popular, precisamos ampliar a abrangência de nossas ações educativas. A educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Essa sociedade em construção exige uma escola ligada ao mundo do trabalho, numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social (PACHECO, 2011, p.8).

3.2 Gestão democrática

Segundo Veiga (2002), a adoção da gestão democrática requer a socialização do poder, o aumento da participação coletiva e a diminuição do individualismo, bem como o desenvolvimento de relações de reciprocidade e solidariedade, que implicam na eliminação da exploração e opressão. Nesse sentido, o processo de tomada de decisão administrativo/pedagógico na gestão democrática requer a participação dos diferentes segmentos que compõem a instituição, manifesto através de seus representantes nas esferas do Conselho de *Campus*, Colegiados de Curso, Conselhos de Classe Pedagógicos e Deliberativos bem como nas comissões e núcleos que estruturam os trabalhos desenvolvidos na instituição, no exercício da liberdade como direito constitucional.

O exercício da participação democrática e do compromisso político da comunidade escolar requer o conhecimento e a clareza quanto à missão institucional, no que tange às finalidades e objetivos aos quais a escola se propõe, em função desses constituírem as bases do processo de reflexão, da tomada de decisão e da ação sobre o ato educativo. Isso porque a mobilização do coletivo só ocorre na medida em que os sujeitos que integram esse processo possuem um objetivo comum definido, e quando todos os envolvidos encontram-se imbuídos nesse propósito.

A partir disso, as decisões sobre os diferentes aspectos da organização escolar que refletem no ato pedagógico podem se constituir como fruto de deliberações coletivas, especificamente no que se refere a: a) estrutura organizacional, na interação existente entre as estruturas administrativa e pedagógica, e as relações funcionais entre elas, considerando a estrutura administrativa como a responsável pela gestão de pessoas e dos recursos físicos e financeiros, e a estrutura pedagógica como os setores intrínsecos ao desenvolvimento do trabalho pedagógico, que determinam o rumo das ações administrativas; b) organização dos

currículos, considerando, por sua não neutralidade, os fins que os mesmos se destinam, a opção por adotar uma forma integradora e não fragmentada do conhecimento, com amplitude e diálogo; c) forma de organização do tempo escolar, que propicie espaço para estudos, reflexão e integração de forma não compartimentada; d) avaliação contínua de todo o processo, com caráter criador, democrático, passível de autocrítica, resultante de um processo coletivo de avaliação diagnóstica, que não pode servir como instrumento de exclusão de alunos ou servidores.

A efetivação da gestão democrática requer, além do esforço coletivo, a dispensação de tempo. Tempo para refletir, dialogar, discutir; tempo e espaço para realizar reuniões e debates que permitam confrontos positivos típicos da democracia, que possuam o bem comum como denominador.

Segundo Lodi & Araújo (2007), a escola democrática se define através da participação dos profissionais da educação e do corpo discente no trabalho, na convivência e nas atividades de integração, no estabelecimento do diálogo, nas ações que movimentam os acordos e os projetos coletivos, sendo que a participação autêntica exige ainda o esforço para compreender e intervir (LODI; ARAÚJO, 2007), o que traduz uma atitude ética em relação ao meio social.

Dessa forma, o compromisso da escola estabelecido na busca de oferecer qualidade a todos aponta para a efetivação da cidadania do educando. Por sua vez, o percurso da cidadania não se limita ao direito de participar da vida pública, porquanto presume a efetivação da dignidade humana (LODI; ARAÚJO, 2007), dignidade que implica no compromisso com o reconhecimento, respeito e inclusão dos educandos, na ação de lançar o olhar sobre os mesmos, como indivíduos fim do processo educativo.

3.3 Mundo do trabalho

A consideração e a inserção escolar no mundo do trabalho compreendem estratégias que confluem para a reestruturação do meio social (BRASIL, 1996). Torna-se pertinente resgatar que não é papel da escola a mecânica ação de formar o educando para uma ocupação determinada por um mercado transitório, mas sim em possibilitar uma educação escolar que vá ao encontro de uma atuação voltada para o mundo do trabalho, por meio da formação cidadã para o mundo do trabalho em uma perspectiva inclusiva, e não nos moldes da simples aquisição de habilidades para inserção em um mercado ditado por valores e regras capitalistas.

A educação para o mundo do trabalho envolve uma formação integrada para a vida, para exercer a atuação reflexiva e crítica sobre o mundo, em prol da modificação das estruturas sociais fundadas em relação desiguais que naturalizam a dicotomia de opressores e oprimidos, a fim de alcançar o sentido real e humanizado do trabalho, enquanto oportunidade de aprendizagem e realização (MORIN, 2001).

Logo, a educação escolar, no diálogo com o mundo do trabalho, deve atentar para o apreço à solidariedade e à cidadania no sentido de buscar o desenvolvimento da capacidade de agir sobre o mundo. A tarefa do processo educativo consiste também na libertação da idealização construída em torno dos donos do poder nesse jogo de forças, de romper as possíveis identificações do oprimido com o opressor, em prol da libertação de ambos (FREIRE, 1996).

Nessa perspectiva, cabe citar que a formação para o mundo do trabalho também pode envolver o desenvolvimento para a ação empreendedora, fornecendo ao educando o desenvolvimento de habilidades que possibilitem criar, conduzir e implementar novos planos de vida, trabalho, estudos e negócios (SOUZA et al, 2004). Semelhantemente, a educação escolar tem o potencial de despertar nos educandos o desenvolvimento da cooperação, no sentido da colaboração entre indivíduos para o alcance de objetivos comuns (QUARTIERO, 2010).

3.4 Inclusão social

Os pressupostos a respeito da inclusão social devem considerar o combate ao racismo e toda forma de discriminação, a valorização da pluralidade de ideias e da diversidade, valorização da escuta e uma perspectiva inclusiva de educação:

Combate ao racismo e a discriminação: o combate ao racismo é um importante pressuposto existente não somente por meio das leis relacionadas (BRASIL, 1989; 2023) e da oferta de vagas por meio de cotas nos processos seletivos, o que também contribui para que tenhamos cada vez mais a presença de estudantes e servidores negros no *campus*, mas também por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionados às questões étnico-raciais e a presença cada vez mais forte de componentes curriculares específicos, eventos a respeito do tema, coletivos e projetos específicos relacionados. Espera-se ainda ampliar as referências e estudos de autores negros e indígenas, bem como mulheres negras e indígenas nos projetos pedagógicos de todos os

cursos. Além disso, deve haver uma preocupação cada vez maior em promover a equidade, dando atenção especial ao combate à discriminação e preconceitos no cotidiano da instituição, bem como na revisão constante de práticas pedagógicas de combate ao racismo e discriminação.

Valorização da pluralidade e da diversidade: os diferentes projetos ofertados na instituição devem ser pautados em uma perspectiva decolonial e de valorização dos diferentes saberes e experiências dos educandos e comunidade atendida, considerando as diversas possibilidades de aprendizagem e maneiras próprias de leitura de mundo. Assim, os projetos pedagógicos, práticas culturais e esportivas e demais ações não devem jamais limitar-se ao conhecimento que representa apenas a cultura de grupos dominantes. Inclusive, é importante observar e valorizar os saberes da própria comunidade nas diversas áreas e níveis de ensino em que o *campus* atua, incluindo Educação de Jovens e Adultos, comunidades quilombolas, agricultores, ambientalistas e outros. A comunidade externa não deve ser chamada apenas para "receber" ou "ouvir" a respeito dos saberes apresentados por docentes, servidores ou mesmo estudantes, mas também para protagonizar, compartilhar, orientar e trazer demandas que possam ser trabalhadas em parceria articulando os saberes científicos e populares.

Respeito e valorização intergeracional: o cotidiano do *campus* é marcado pelo compartilhamento do espaço entre adolescentes e adultos. O reconhecimento dessa diferença não implica em uma visão reducionista que se limita a compreender a coexistência de estudantes menores e maiores em um mesmo espaço, mas sim a busca da construção de um olhar cuidadoso sobre os sujeitos da escola, sobre suas diferenças, em prol de um melhor delineamento do trabalho pedagógico da instituição. Há que se reconhecer a existência de conflitos geracionais entre os educandos, cujo cerne pode abranger desde a crise da autoridade que marca nosso tempo (ARENDDT, 1997), quanto a crença nos discursos que atribuem estereótipos de rebeldia e marginalização aos jovens, pautados por vezes na experiência que cada indivíduo possui em seu próprio meio familiar (OLIVEIRA, 2014). Os conflitos geracionais necessitam ser trabalhados, porém, não com o intuito de eliminar as diferenças existentes, mas sim, no sentido de argumentar que adolescentes e adultos estariam em uma mesma condição e que por isso, devem ser tratados igualmente. O reconhecimento das diferenças é necessário para que os direitos à cidadania se efetivem, de forma a combater a reprodução de práticas de injustiça.

Valorização da escuta: as propostas pedagógicas e ações desenvolvidas no *campus* devem ter como ponto de partida a escuta, aspecto este que deve sempre ser motivo de aprimoramento. A partir do real entendimento das necessidades e da crença no saber construído coletivamente, é que os projetos devem ser construídos. Da mesma forma, a escuta é o aspecto que mais possibilita compreensão a respeito do que os estudantes já sabem a respeito do currículo a ser desenvolvido e de suas potencialidades.

Perspectiva inclusiva: todas as propostas desenvolvidas no *campus* devem viabilizar a participação equitativa de todos os estudantes, com especial atenção à necessidade de políticas específicas para os estudantes público-alvo da Educação Especial (BRASIL, 1996; 2008), por meio da articulação e apoio do Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), e por meio da reflexão permanente, da revisão de práticas pedagógicas e da necessidade de acessibilidade, viabilizando o acesso e participação de todos os estudantes. Deve-se ainda priorizar as potencialidades, a escuta, o combate a qualquer forma de preconceito e capacitismo, bem como compreender que alguns estudantes podem necessitar de adaptações específicas, maior tempo para realização das atividades ou ainda de recursos de acessibilidade para que possam ter a garantia do direito à educação.

3.5 Concepção de ensino e aprendizagem

A relação entre ensino e aprendizagem é um processo totalmente relacionado, afinal não há docência sem discência (FREIRE, 2011). Também compreendemos a aprendizagem como um processo que depende de fatores diversos, especialmente a qualidade da mediação pedagógica docente, da promoção da cooperação entre estudantes, de um ambiente cultural rico em experiências diversificadas e de um acompanhamento constante das demandas e necessidades de nossos tempos por parte de todos os profissionais envolvidos neste processo.

O IFSP-SRQ possui pesquisas (CARVALHO, 2015; JARDIM, CARVALHO, 2017; CARVALHO, NETO, 2019), práticas e iniciativas que visam promover a Aprendizagem Cooperativa, o que tem favorecido o intercâmbio de experiências e cooperação entre os estudantes e servidores do *campus*, com os estudantes e professores do Ceará, bem como a participação nas ações vinculadas ao Programa Escolas2030, situando o *campus* em uma rede de 100 escolas que atuam como um laboratório de inovação pedagógica no Brasil, em uma perspectiva integral e transformadora.

Além disso, tem ocorrido investimento em formação continuada, pesquisa e desenvolvimento de projetos que visam favorecer a aprendizagem cooperativa e solidária promovida por docentes e incentivada entre estudantes, sendo algumas práticas inspiradas no Programa de Educação em Células Cooperativas e Solidárias (PRECE), uma iniciativa que teve início em 1994 no Ceará, em que estudantes compartilham seus conhecimentos acadêmicos e experiências de vida, bem como organizam ciclos para estudos (VIEIRA, 2015; CARVALHO, NETO, 2019).

Tais estratégias se justificam por possibilitarem não somente a aprendizagem de determinados conteúdos curriculares, mas também por favorecerem o desenvolvimento individual de cada estudante envolvido, a promoção da motivação intrínseca, a atenção e o desenvolvimento do pensamento crítico (CARVALHO, NETO, 2019).

Mais que isso, o trabalho planejado em grupos cooperativos, além de favorecer o desenvolvimento de atividades heterogêneas, contribui com aprendizagens de ordem intelectual, melhora das relações intergrupais e capacidade de resolução de problemas, além de transformar as salas de aula na promoção da equidade (COHEN, LOTAN, 2017).

3.6 Avaliação de Aprendizagem na Organização do Trabalho Docente

O IFSP-SRQ busca a superação das concepções avaliativas classificatórias em busca das concepções mediadoras (avaliação classificatória X avaliação mediadora), em uma perspectiva de avaliação formativa.

Nessa perspectiva, o docente apreende a avaliação como constituinte de seu trabalho pedagógico, resgatando o sentido original do termo promoção. Trata-se da superação do seu sentido atrelado a decisões burocráticas da avaliação tradicional para seu sentido original, ou seja, acesso a um nível qualitativamente superior de conhecimento e vida, apontando novos rumos da avaliação da aprendizagem esquematizadas no quadro seguinte:

Da concepção tradicional/ classificatória de avaliação	Para Concepção mediadora de Avaliação
Avaliação para classificação, seleção, seriação.	Avaliação a serviço da aprendizagem, da formação, da promoção da cidadania.
Atitude reprodutora, alienadora, normativa.	Mobilização em direção a busca de sentido e significado da ação.
Intensão prognóstica, somativa, explicativa e de desempenho.	Intensão de acompanhamento permanente de mediação e intervenção pedagógica favorável à aprendizagem.
Visão centrada no professor e em medidas padronizadas de disciplinas fragmentadas.	Visão dialógica de negociação, referenciada em valores, objetivos e discussão interdisciplinar.
Organização homogeneizada, classificação e competição.	Respeito às individualidades, confiança na capacidade de todos, na interação e na socialização.

Retrata-se aqui, uma contraposição básica entre uma concepção classificatória de avaliação de julgamento de resultados e a concepção de avaliação mediadora a serviço da ação pedagógica reflexiva.

3.7 Educação Ambiental

A Educação Ambiental deve contribuir principalmente com a formação de sujeitos capazes de compreender o mundo e agir nele de forma crítica (CARVALHO, 2012). Portanto, sua oferta não deve ser apenas exigida por força da Lei, mas deve estar presente de maneira articulada em todas as ações de ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, a Educação Ambiental contribui para o desenvolvimento da capacidade de leitura e interpretação de um mundo complexo e em constante transformação.

Um ponto importante é que a Educação Ambiental deve favorecer que os indivíduos consigam compreender o ambiente, interpretar as relações, conflitos e problemas presentes. O *campus* possui uma vocação especial na oferta de cursos diretamente ligados à temática ambiental, como o curso Técnico Integrado em Meio Ambiente, o curso de Tecnologia e Gestão Ambiental e a licenciatura em Ciências Biológicas. No entanto, a Educação Ambiental vai além dos componentes curriculares e dos projetos específicos, permeando toda a proposta pedagógica do *campus* e integrando estudantes e servidores de diferentes cursos e áreas de atuação.

Para que os estudantes tenham uma visão abrangente e compreendam o meio ambiente em todas as suas dimensões, a prática pedagógica em Educação Ambiental deve ter uma perspectiva crítica, pautada na construção e reflexão permanente e interdisciplinar. Isso requer uma estruturação institucional da escola e uma organização curricular que, por meio da transversalidade, supere a visão fragmentada do conhecimento e amplie os horizontes de cada área do saber.

A vocação do *campus* São Roque na área de Educação Ambiental, favorece o intercâmbio de experiências e aprendizagens a respeito dos temas relacionados, ainda assim é importante promover reflexões, debates e programas de formação para os docentes e técnicos, visando à efetiva inserção da Educação Ambiental na formação acadêmica e na organização dos espaços físicos.

Além disso, vale ressaltar, que não somente o conjunto de conhecimentos científicos na área de Educação Ambiental podem contribuir de forma interdisciplinar, como também as práticas pedagógicas pautadas na cooperação, reflexão crítica, construção e compartilhamento de conhecimentos, podem ser relevantes para todas as demais áreas do conhecimento abordadas nos mais diversos cursos. Da mesma maneira, o uso das Tecnologias Digitais, as práticas pedagógicas inspiradas na educomunicação e a organização dos tempos, espaços e oportunidades de aprendizagem inspiradas na sustentabilidade socioambiental podem promover uma educação crítica e transformadora.

3.8 Direitos Humanos

A perspectiva dos Direitos Humanos é norteadora de toda a proposta pedagógica do IFSP-SRQ, a começar pela garantia de acesso à Educação como um direito humano, bem como a permanência e êxito de todos os estudantes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ao longo deste PPP, têm sido reiterados diversos temas que se relacionam com a perspectiva dos direitos humanos, bem como todos os pressupostos Políticos-Pedagógicos discutidos aqui, consideram a perspectiva da equidade por meio da igualdade de oportunidades, combate ao preconceito e qualquer forma de discriminação, e políticas específicas que favoreçam a garantia

de direitos, visando promover uma escola justa e com espaços que favoreçam o desenvolvimento dos educandos de forma integral.

Além dos aspectos já mencionados, cabem destacar aspectos que precisam também ser contemplados nas ações pedagógicas de forma articulada com o currículo dos mais diversos cursos e modalidades oferecidos:

- Educação para cidadania: os direitos humanos devem ser abordados como parte essencial da formação cidadã dos estudantes por meio da conscientização sobre direitos e responsabilidades e do incentivo à participação ativa nas mais diversas atividades ofertadas.
- Empoderamento dos estudantes: ao longo de todas as propostas desenvolvidas no *campus*, a perspectiva deve sempre ser de desenvolvimento da autonomia e empoderamento dos estudantes, de modo que sejam sempre incentivados a conhecer, reivindicar e exercer seus direitos e suas responsabilidades em prol do bem comum. Além disso, as atividades devem promover o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao pensamento crítico, empatia, cooperação, resolução de problemas e diálogo, visando a promoção da transformação social.
- Cultura de paz: os conflitos cotidianos e a reflexão a respeito dos desafios de nossos tempos devem ser base para a promoção da cultura de paz, resolução pacífica de conflitos, incentivo ao diálogo e compreensão mútua. Não basta tratar apenas em eventos específicos tais situações, mas abrir espaços para reflexão contínua a partir da realidade enfrentada pela comunidade interna e externa.
- Educação em direitos humanos como tema transversal: os direitos humanos devem ser abordados em todo o currículo de forma transversal, integrado em todos os componentes curriculares e ações realizadas no *campus*. Tal abordagem não deve resumir-se jamais a orientações teóricas, mas a um aprimoramento contínuo e reflexivo das práticas realizadas por todos os membros da comunidade.

Referências

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BRASIL. *Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989*. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF, 5 jan. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em 03 de setembro de 2023.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 01 de agosto de 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva*. In: *Inclusão - Revista da Educação Especial*. Brasília, DF: v.4, n.1, p.9-17, Jan/Jul. 2008.

BRASIL. *Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em 22 de agosto de 2023.

BRASIL. *Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023*. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. Acesso em 03 de setembro de 2023.

CARVALHO, Frank Viana. *Pedagogia da Coopera±o: trabalhando com os grupos através da Aprendizagem Cooperativa*. Engenheiro Coelho: UNASPRESS, Edições de 2000 e 2002.

_____. *Trabalho em Equipe, Aprendizagem Cooperativa e Pedagogia da Coopera±o*. São Paulo:Scortecci, 2015.

_____; ANDRADE NETO, Manoel. *Metodologias Ativas: Aprendizagem Cooperativa, PBL e Pedagogia de Projetos*. São Paulo: República do Livro, 2019.

COHEN, Elizabeth G. LOTAN, Rachel A. *Planejando o trabalho em grupo: estratégias para salas de aula heterogêneas*. Editora: Penso. São Paulo. 2017

ESCOLAS2030. *O programa*. Disponível em: <https://escolas2030.org.br/o-programa/> Acesso em 22 de agosto de 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Editora Paz e terra, 2014.

JARDIM, Anna Carolina Salgado; CARVALHO, Frank Viana. *The Curriculum Integration and Cooperative Learning through the Art and Entrepreneurship Project in the Integrated Technical*

- LODI, Lúcia Helena; ARAÚJO, Ulisses F. *Ética, cidadania e educação: escola, democracia e cidadania*. In: *Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade*. Secretária da Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretária da Educação Básica, 2007.
- MORIN, Estelle M. *Os sentidos do trabalho*. RAE – Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v.41, n.3, p. 8-19. Jul./Set. 2001.
- OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. O adolescente em desenvolvimento e a contemporaneidade. In: *Curso de Prevenção do uso de drogas para educadores da escola pública*. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.
- PACHECO, Eliezer (Org.). *Institutos Federais: uma revolução da educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna, 2011.
- PACHECO, J. A. *Currículo: teoria e práxis*. Porto: Porto Editora, 2001.
- QUARTIERO, E.M. Trabalho docente cooperativo. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.
- SOUZA, E. C. L. et al. *Métodos e Técnicas de Ensino e Recursos Didáticos para o Ensino do Empreendedorismo em IES Brasileiras*. In: Encontro da ANPAD, 28, 2004, Curitiba/PR. Anais... Curitiba: ANPAD, 2004.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília. (org). *As dimensões do Projeto Político-Pedagógico*. Campinas, SP: Papyrus, 2007
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 14ª ed. Campinas: Papyrus, 2002.

Capítulo 4 – Estrutura e organização dos cursos

Como instituição de ensino, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP cumpre com os objetivos da educação nacional, especialmente em relação à sua especificidade: educação básica e profissional e educação superior. Assim, caracteriza-se pela “oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais.

Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à educação profissional e tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as políticas do IFSP dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais.

Em busca de uma formação humana e cidadã que precede a qualificação para o exercício da laboralidade e pautado no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. Neste sentido, o *campus* São Roque oferece os seguintes cursos:

4.1 - Técnico

Na educação profissional técnica de nível médio retoma-se a ideia da formação integrada que supera a separação entre executar e pensar, dirigir ou planejar. Com isso, a formação profissional deve incorporar valores ético-políticos e conteúdos históricos e

científicos da práxis humana, integrando a dimensão do trabalho à ciência, à cultura e à pesquisa. Por isso, não se trata de priorizar a “parte técnica/profissionalizante” em detrimento da formação geral, mas de possibilitar o acesso a conhecimentos diversos, promovendo construções intelectuais mais elevadas, junto à reflexão crítica contextualizada. Temos como objetivo a formação plena do educando, com a apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Só assim podemos contribuir para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e, dessa forma, atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade.

Os cursos técnicos são organizados e oferecidos, prioritariamente, na forma de cursos *integrados*. Também podem ser organizados de modo *concomitante e subsequente* ao Ensino Médio, dentro de áreas de atuação definidas a partir da realidade local do *campus*, conforme as demandas sociais, acompanhando o percentual de vagas estabelecido em lei para os IFs. Os cursos podem ser oferecidos nos formatos presencial e/ou em forma de educação a distância (EAD).

4.1.1 - Técnico Integrado ao Ensino Médio

O curso Técnico Integrado ao Ensino Médio é oferecido a quem já concluiu o Ensino Fundamental. O curso garante tanto a formação do Ensino Médio quanto a técnica profissional. Tem duração mínima de 3 anos e máxima de 4 anos e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo.

O *campus* São Roque do IFSP oferta 03 cursos técnicos integrados ao ensino médio - Administração, Alimentos e Meio Ambiente. A oferta dos cursos de Administração e Alimentos iniciaram-se no ano de 2012, por meio de parceria com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (SEE). A parceria foi extinta no ano de 2016, quando formaram-se as últimas turmas de ambos os cursos. A partir do ano de 2015, o *campus* São Roque do IFSP passou a ofertar os cursos Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino médio, exclusivamente do IFSP, o que significa dizer que o quadro docente passou a ser inteiramente desta instituição e os Projetos Pedagógicos de Cursos elaborados no âmbito interno do IFSP. Já no ano de 2017 iniciou-se a oferta do curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio.

Ao longo dos anos de 2018 a 2021 foram elaborados, em nível institucional, os Currículos de Referência de cada curso do IFSP. Naquela ocasião foram realizadas comissões com especialistas de cada área do conhecimento envolvendo todos os *campi* da instituição com o objetivo de repensar os cursos ofertados.

No ano de 2022, os cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFSP foram reformulados à luz dos Currículos de Referência e a partir do ano de 2023 a oferta de vagas passou a ser vinculada aos novos projetos pedagógicos de cursos. Os currículos de referência podem ser acessados na aba “técnico integrado”, por meio da página <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/42-assuntos/ensino/157-normas-e-legislacao>. Já os novos projetos pedagógicos dos cursos técnicos ofertados pelo *campus* São Roque podem ser acessados entre os anexos dos links dos cursos disponibilizados na página <https://srq.ifsp.edu.br/medios-tecnicos-integrados>.

a) Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio

O Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio apresenta um histórico de oferta que evoluiu ao longo dos anos, iniciando-se por meio da parceria com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (SEE-SP) no período de 2012 a 2016; em seguida por meio de oferta própria, a partir do ano de 2015. A primeira reformulação do curso se deu no ano de 2022, com a oferta de 40 vagas da primeira turma a partir do Projeto Pedagógico de Curso reformulado em 2023, conforme consta no quadro abaixo:

Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio	
Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios	
<i>Campus</i>	São Roque
Modalidade	Presencial

Previsão de abertura do curso	2023
Turno	Vespertino
Duração	3 anos
Carga horária do Núcleo Estrutura Comum	2333,3h
Carga horária do Núcleo Estrutura Articulador	200,0h
Carga horária do Núcleo Estrutura Tecnológico	733,3h
Carga horária do Projeto Integrador	66,7h
Estágio Curricular Supervisionado	0,0h (optativo)
Componentes Curriculares Optativos	133,4h
Carga horária mínima obrigatória	3267,8h
Carga horária máxima	3401,2h
Duração da hora aula	50 minutos
Duração do semestre	20 semanas

Prazo máximo para integralização curso	6 anos
--	--------

Fonte: IFSP, 2023.

Em relação ao perfil do egresso deste curso, conforme o Projeto Pedagógico do Curso (Resolução nº 131/2023),

“O(a) Técnico(a) em Administração articula competências técnicas e conhecimentos historicamente construídos aos valores estéticos, éticos, políticos, culturais, científicos e tecnológicos que caracterizam a práxis humana. Exerce sua cidadania e está preparado para refletir sobre questões sociais, orientado pelos princípios de reconhecimento e respeito à diversidade, à inclusão social, ao meio ambiente e aos direitos humanos, com vistas à redução das desigualdades e à humanização das relações. Sua formação integral permite que ele prossiga seus estudos e responda aos desafios de sua carreira. O(A) egresso(a) compreende o ambiente organizacional e colabora com as atividades administrativas de planejamento, organização, direção e controle. Executa operações administrativas relativas a protocolos e arquivos, confecção e expedição de documentos e controles de estoques. Opera sistemas de informações gerenciais de pessoal, financeiro e de materiais, utiliza ferramentas da informática, alimenta e cria planilhas de informação. Está qualificado(a) para o mundo do trabalho, para empreender, inovar e colaborar com a construção de uma sociedade livre, solidária, justa e sustentável, contribuindo para o desenvolvimento local articulado com o regional e o nacional” (IFSP, 2023a, p.18).

b) Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio

O Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio também apresenta um histórico de oferta que evoluiu ao longo dos anos, iniciando-se por meio da parceria com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (SEE-SP) no período de 2012 a 2016; em seguida por meio de oferta própria, a partir do ano de 2015. A primeira reformulação do curso se deu

no ano de 2022, com a oferta de 40 vagas da primeira turma a partir do Projeto Pedagógico de Curso reformulado em 2023, conforme consta no quadro abaixo:

Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio	
Eixo Tecnológico: Produção Alimentícia	
<i>Campus</i>	São Roque
Modalidade	Presencial
Previsão de abertura do curso	2023
Turno	Integral
Duração	3 anos
Carga horária do Núcleo Estrutural Comum	2234,2 horas
Carga horária do Núcleo Estrutural Articulador	266,7 horas
Carga horária do Núcleo Estrutural Tecnológico	933,3 horas
Carga horária do Projeto Integrador	100horas
Estágio Curricular Supervisionado	Optativo

Carga horária dos Componentes Optativos	200,1 horas
Carga horária mínima obrigatória	3434,2 horas
Carga horária máxima	3634,3 horas
Duração da aula	50 minutos
Duração anual	40 semanas
Prazo máximo para integralização do curso	6 anos

Fonte: IFSP, 2023.

Em relação ao perfil do egresso deste curso, conforme o Projeto Pedagógico do Curso (Resolução IFSP n. 181, 2023), aprovado pela Resolução nº181, de 07 de março de 2023,

O egresso do curso técnico em Alimentos integrado ao Ensino Médio possui formação integral e está habilitado com base científica, tecnológica e cultural orientada por valores éticos e humanísticos, reconhecimento das diversidades étnico-raciais, de gênero, culturais, de orientação sexual, étnica e social, do respeito aos direitos humanos e à pluralidade de ideias. Atua como cidadão responsável e crítico na sociedade e no mundo do trabalho. Como profissional criativo e com autonomia intelectual, promove sustentabilidade e inovação em prol dos arranjos socioprodutivos e da inclusão social. Articula conhecimentos, competências e habilidades relativas aos conteúdos fundamentais das áreas de conhecimento das Ciências da Natureza, Matemática, Ciências Humanas e Linguagens com o eixo tecnológico de Produção Alimentícia, possibilitando prosseguimento dos estudos em qualquer área do conhecimento e a atuação profissional. Em sua formação profissional, “coordena, conduz, dirige e executa o processamento e a

conservação de matérias-primas, ingredientes, produtos e subprodutos da indústria alimentícia e de bebidas, da agroindústria e do comércio de alimentos; realiza análises físico-químicas, microbiológicas e sensoriais de controle de processos; implanta e coordena procedimentos de segurança de alimentos em programas de garantia e controle da qualidade; supervisiona a instalação e a manutenção de equipamentos, controlando e corrigindo desvios nos processos manuais, automatizados e indústria 4.0; aplica soluções tecnológicas para aumentar a produtividade e desenvolver produtos e processos; responsabiliza-se pela elaboração e execução de projetos e promove assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos, equipamentos e maquinários” (IFSP, 2023b, p. 20).

c) Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

O Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio iniciou-se por meio de oferta própria, a partir do ano de 2017. A primeira reformulação do curso se deu no ano de 2022, com a oferta de 40 vagas da primeira turma a partir do Projeto Pedagógico de Curso reformulado em 2023, conforme consta no quadro abaixo:

Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio	
Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde	
<i>Campus</i>	São Roque
Modalidade	Presencial
Previsão de abertura do curso	2023

Turno	Integral
Duração	3 anos
Carga horária do Núcleo Estrutural Comum	2166,7 horas
Carga horária do Núcleo Estrutural Articulador	133,4 horas
Carga horária do Núcleo Estrutural Tecnológico	1066,6 horas
Carga horária do Projeto Integrador	66,7 horas
Estágio Curricular Supervisionado	Optativo
Carga horária dos Componentes Optativos	200,1 horas
Carga horária mínima obrigatória	3368 horas
Carga horária máxima	3568,1 horas
Duração da hora-aula	50 minutos
Duração do semestre	20 semanas
Prazo máximo para integralização do curso	6 anos

Fonte: IFSP, 2023c.

A partir do ano de 2024, serão ofertadas 80 vagas anuais deste curso, conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional do *campus* São Roque do IFSP (PDI 2024-2028).

Em relação ao perfil do egresso, conforme o Projeto Pedagógico do Curso, aprovado pela Resolução nº181, de 07 de março de 2023,

O egresso atua no mundo do trabalho articulando conteúdos fundamentais de diversas Áreas do Conhecimento do Ensino Médio, integradas à sua formação profissional, permitindo-lhe dar continuidade nos estudos acadêmicos em qualquer área do conhecimento. Atua em diversas áreas de forma cidadã e crítica, autônoma, consciente de seus direitos e deveres, capaz de compreender a realidade em que vive e entender da relação entre o homem e o meio ambiente, a fim de construir uma sociedade que segue os preceitos da sustentabilidade, reconhecendo a diversidade e a inclusão social. Em sua atuação profissional, o egresso coleta, armazena e interpreta informações, dados e documentações ambientais; auxilia na elaboração, na análise de projetos, nos relatórios e estudos ambientais; propõe medidas para a minimização dos impactos ambientais e para a recuperação de ambientes já degradados; executa sistemas de gestão ambiental; organiza programas de educação ambiental com base no monitoramento, na correção e prevenção das atividades antrópicas, na conservação dos recursos naturais através de análises preventivas; organiza a redução, reuso e reciclagem de resíduos e/ou recursos utilizados em processos; identifica os padrões de produção e consumo de energia; realiza levantamentos ambientais; opera sistemas de tratamento de poluentes e resíduos sólidos; relaciona os sistemas econômicos e suas interações com o meio ambiente; realiza e coordena o sistema de coleta seletiva; executa plano de ação e manejo de recursos naturais; elabora relatório periódico das atividades e modificações dos aspectos e impactos ambientais de processo, indicando as consequências de modificações; realiza ações de saúde ambiental nos territórios; desenvolve tecnologias sociais ambientais; promove ações de manejo ambiental; avalia e monitora sistema de tratamento e abastecimento de água, bem como de esgotamento sanitário; monitora os indicadores de qualidade do ar atmosférico; executa ações de controle

e manejo da poluição; realiza vistoria ambiental e sanitária; realiza monitoramento ambiental; elabora diagnóstico das condições socioambientais, econômicas e culturais; identifica problemas de saúde relacionados aos fatores de riscos ambientais do território e intervêm neles, com o propósito de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população; conhece e utiliza sistemas de informação geográficas para uso em atividades de geoprocessamento no trabalho ambiental; conhece e integra o sistema de saneamento ambiental bem como sua relação com a saúde pública; audita sistemas de gestão ambiental; atua nas áreas de educação, proteção e recuperação ambientais; identifica riscos relacionados à segurança no ambiente de trabalho; executa planos de saneamento. O egresso articula a ciência com a tecnologia e a inovação em prol do desenvolvimento dos arranjos produtivos local, regional e nacional, com uma formação que permite a integração destes saberes na sua atuação (IFSP, 2023, p. 18).

4.1.1 - Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio

O curso técnico de nível médio concomitante é oferecido a quem tenha concluído ou esteja cursando no mínimo o segundo ano do Ensino Médio. Tem duração mínima de 3 semestres e máxima de 4 semestres e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo.

Está em discussão e em fase de aprovação a oferta de um curso técnico em Administração concomitante ao ensino médio, pertencente ao Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios. A previsão é que ao longo do ano de 2024 seja elaborado e aprovado o Projeto Pedagógico do Curso, que será presencial, e em 2025 comece a primeira turma. Serão ofertadas 40 vagas no turno vespertino. A periodicidade da oferta está em discussão, bem como outros detalhamentos do Projeto Pedagógico do Curso.

Em relação ao perfil do egresso, de acordo com o Currículo de Referência do Curso Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio tem-se:

“O(a) Técnico(a) em Administração articula competências técnicas e conhecimentos historicamente construídos aos valores

estéticos, éticos, políticos, culturais, científicos e tecnológicos que caracterizam a práxis humana. Exerce sua cidadania e está preparado para refletir sobre questões sociais, orientado pelos princípios de reconhecimento e respeito à diversidade, à inclusão social, ao meio ambiente e aos direitos humanos, com vistas à redução das desigualdades e à humanização das relações. Sua formação integral permite que ele prossiga seus estudos e responda aos desafios de sua carreira. O(A) egresso(a) compreende o ambiente organizacional e colabora com as atividades administrativas de planejamento, organização, direção e controle. Executa operações administrativas relativas a protocolos e arquivos, confecção e expedição de documentos e controles de estoques. Opera sistemas de informações gerenciais de pessoal, financeiro e de materiais, utiliza ferramentas da informática, alimenta e cria planilhas de informação. Está qualificado(a) para o mundo do trabalho, para empreender, inovar e colaborar com a construção de uma sociedade livre, solidária, justa e sustentável, contribuindo para o desenvolvimento local articulado com o regional e o nacional” (IFSP, 2020, p. 7).

4.2 - Proeja

Legitimando o compromisso com segmentos negligenciados do ensino formal, implantou-se o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, abrangendo cursos e programas de educação profissional com vistas à formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio. Os cursos do Proeja consideram as características dos jovens e adultos atendidos e podem ser articulados ao Ensino Fundamental ou ao Ensino Médio, de forma integrada ou concomitante, tendo como objetivo a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

4.2.1 - Proeja FIC Fundamental

O Proeja FIC Fundamental é oferecido a quem tem 15 anos ou mais, concluiu os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) ou demonstrar, por meio de processo avaliativo, ter a base de conhecimentos necessária para continuidade de estudos no 6º ano. O curso é oferecido de forma interinstitucional, por meio de convênios estabelecidos com escolas da rede pública de ensino municipal e estadual. A qualificação profissional é de responsabilidade do IFSP, enquanto a formação geral do ensino fundamental é de responsabilidade da escola parceira. O curso tem a duração mínima de 2 anos e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo Simplificado.

O *campus* São Roque está em tratativas com a Prefeitura Municipal de São Roque para um acordo de cooperação visando a oferta de um curso Proeja FIC Fundamental. A abertura desse curso está prevista na proposta para o PDI 2024-2028, na área de Gestão e Negócios. O Departamento de Educação do Município está analisando as possibilidades de oferta de cursos apresentadas pelo *campus* São Roque. Ainda no ano de 2023, além da decisão do curso a ser ofertado, planeja-se formar uma comissão para a elaboração do projeto pedagógico do curso.

4.2.2 - Proeja FIC Médio

O Proeja FIC Médio é oferecido a quem já concluiu o Ensino Fundamental com idade a partir de 18 anos. O curso garante a formação técnica de nível médio. Tem duração mínima de 2 anos e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo Simplificado.

O *campus* São Roque está em tratativas com a Diretoria de Ensino para verificar a viabilidade de estabelecer um acordo de cooperação para a oferta de um curso Proeja FIC Médio.

4.3 - Graduação

No contexto dos cursos de *Licenciatura*, sua oferta visa atender as demandas da sociedade brasileira pela formação de professores de Educação Básica em instituições públicas. Tem-se como objetivo não só a oferta dos cursos de Licenciatura, mas também a qualidade dessa formação de professores como um compromisso político e social. Destaca-se também,

nos cursos de Licenciatura, a importância da integração entre teoria e prática, num movimento de práxis em que a avaliação permanente seja o requisito para a excelência.

Já os cursos superiores de *Tecnologia* têm como objetivo garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias. Apoiado nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, orienta-se que a organização curricular dos cursos superiores de tecnologia contemple o desenvolvimento de competências profissionais, em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define sua identidade e caracteriza o compromisso ético da instituição com os seus alunos e a sociedade. Para isso, a organização curricular compreende as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado em tecnologia.

Por fim, os cursos de *Bacharelado* se relacionam com a formação profissional e foram historicamente organizados segundo o avanço da ciência e sua implicação com o desenvolvimento do conhecimento, da pesquisa e da tecnologia.

4.3.1 - Licenciatura

Licenciatura em Ciências Biológicas

Os cursos de Licenciatura destinam-se a preparar professores para atuarem na Educação Básica. A licenciatura tem duração de 4 anos e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

O *campus* São Roque iniciou a oferta do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas no ano de 2010. No ano de 2015, o curso passou pelo primeiro processo de reformulação e a partir de 2016 iniciou-se a oferta de vagas para as turmas que ingressaram com esse novo Projeto Pedagógico de Curso. A partir do ano de 2018, além da oferta anual de 40 vagas noturnas, o curso passou a ofertar uma segunda turma de 40 vagas matutinas bianualmente. No ano de 2019, o curso passou por um processo de atualização.

Tal como ocorreu com outros cursos, no período de 2018 a 2021 foram elaborados os Currículos de Referência, os quais deram origem à nova reformulação que ocorreu no ano de

2022. A partir do ano de 2023, as turmas ingressantes passaram a estar vinculadas ao Projeto Pedagógico de Curso reformulado e aprovado pela Resolução IFSP nº 296/2023.

Curso: <u>Licenciatura em Ciências Biológicas</u>	
Vigência deste PPC: 1º semestre/2023	
<i>Campus</i>	São Roque
Trâmite	Reformulação
Modalidade	Presencial
Eixo Tecnológico	Desenvolvimento Educacional e Social
Início de funcionamento do curso	2º semestre de 2010
Resolução de Aprovação do Curso no IFSP	Resolução nº 186 de 19/11/2010
Parecer de Atualização	Parecer CONEN/IFSP nº 082/2019, de 04 de Novembro de 2019 (Processo nº 23314.000432.2019—09)
Portaria de Reconhecimento do curso	Portaria MEC nº 918 de 27/12/2018
Turno	Matutino e Noturno
Vagas semestrais	40/1º semestre
Vagas Anuais	80
Nº de semestres	8
Carga Horária Mínima Obrigatória	3.229,3 horas

Carga Horária Optativa	126,7 horas
Carga Horária Presencial	3.229,3 horas
Carga Horária a Distância	não se aplica
Duração da Hora-aula	50 minutos
Duração do semestre	19 semanas
Tempo mínimo de integralização do curso	8 semestres
Tempo máximo de integralização do curso	16 semestres

Fonte: IFSP, 2023d.

Em relação ao perfil do egresso deste curso, conforme o Projeto Pedagógico do Curso, aprovado pela Resolução IFSP nº 296/2023,

O egresso do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas estará habilitado a atuar como um profissional professor de Ciências e Biologia na educação básica, nas diferentes modalidades, e em contextos de educação e divulgação científica diversos à escola, como museus, centros de ciências e demais espaços de educação não formal.

Estará preparado para trabalhar também como gestor de instituições de educação básica, realizar pesquisas científicas, contribuir para o desenvolvimento local e regional por meio da produção e socialização de conhecimento, produzir e analisar diferentes tipos de materiais didáticos, por meio de uma formação fundamentada em conhecimentos teóricos e práticos, de maneira contextualizada e interdisciplinar.

Terá capacidade de atuar como profissional generalista, pautado pelo princípio da razão científica crítica e ética, bem como de trabalhar como cidadão com espírito de solidariedade.

Ainda deverá ser detentor de adequada fundamentação teórica, como base para uma ação competente, que inclua o conhecimento profundo da diversidade dos seres vivos, bem como sua organização e funcionamento em diferentes níveis, suas relações filogenéticas e evolutivas, suas respectivas distribuições e relações com o meio em que vivem.

Será consciente da necessidade de atuar com qualidade e responsabilidade em prol da conservação e manejo da biodiversidade, políticas de saúde, meio ambiente, biotecnologia, bioprospecção, biossegurança, tanto nos aspectos técnico-científicos, quanto na formulação de políticas, e de se tornar agente transformador da realidade presente, na busca de melhoria da qualidade de vida.

Deverá ser comprometido com os resultados de sua atuação, pautando sua conduta profissional por critérios humanísticos, compromisso com a cidadania e rigor científico, bem como por referenciais éticos legais.

Ainda deverá ser consciente de sua responsabilidade como educador, nos vários contextos de atuação profissional.

Inclusive será apto a atuar multi e interdisciplinarmente, adaptável à dinâmica do mercado de trabalho e às situações de mudança contínua do mesmo.

E finalmente, será preparado para desenvolver ideias inovadoras e ações estratégicas, capazes de ampliar e aperfeiçoar sua área de atuação (IFSP, 2023d, p. 24-25).

Licenciatura em Pedagogia

A iniciativa de lançamento do curso de Licenciatura em Pedagogia está em consonância com a crescente necessidade por profissionais altamente capacitados na área, tanto em São Roque quanto nos municípios adjacentes. A avaliação da infraestrutura do *campus*, abrangendo laboratórios e salas de aula, juntamente com a habilidade e formação do corpo docente, possibilitou a concretização desta proposta neste momento. Dessa forma, na proposta do PDI 2024-2028 foi aprovada a abertura do curso de Licenciatura em Pedagogia. O seu Projeto Pedagógico de Curso será elaborado ao longo do ano de 2024 para que a oferta anual de 40 vagas no período noturno se inicie em 2025. Este curso compõe o eixo “Desenvolvimento Educacional e Social”, e já foi decidido que será presencial, com duração de 4 anos.

4.3.2 - Tecnologia

O curso promove a formação de profissionais especialistas em nível superior, que recebem formação direcionada a atender os segmentos atuais e emergentes em atividades industriais e prestação de serviços, tendo em vista a constante evolução tecnológica. O curso tem duração mínima de 2 anos e máxima de 3 anos e meio e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

O *campus* São Roque do IFSP oferece dois cursos superiores de tecnologia: a) Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental; e, b) Curso Superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia.

a) Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental iniciou a oferta de vagas no ano de 2012, com turmas no período noturno. Em 2015 passou por uma primeira reformulação e sua oferta passou a ser matutina. E no ano de 2018 passou por um processo de atualização. Tal como ocorreu nos outros cursos do IFSP, no período de 2018 a 2021 foram elaborados os Currículos de Referência, os quais culminaram nos processos de reformulação de cursos em 2022. A partir do ano de 2023, o curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental passou a

ofertar as vagas conforme o Projeto Pedagógico do curso reformulado, como consta no quadro a seguir:

Curso: Tecnologia em Tecnologia em Gestão Ambiental	
Vigência deste PPC: 1º semestre/2023	
<i>Campus</i>	São Roque
Trâmite	Reformulação
Modalidade	Presencial
Eixo Tecnológico	Ambiente e Saúde
Início de funcionamento do curso	1º semestre/2012
Resolução de Aprovação do Curso no IFSP	Resolução nº 482, de 6 de dezembro de 201
Resolução de Reformulação do Curso no IFSP	Resolução nº 127, de 8 de dezembro de 201
Parecer de Atualização	Parecer CONEN nº 83, de 3 de dezembro 2018
Portaria de Reconhecimento do curso	Portaria nº 44, de 22 de janeiro de 2015
Turno	Matutino
Vagas semestrais	Não se aplica
Vagas Anuais	40

Nº de semestres	5
Carga Horária Mínima Obrigatória	1.835 h
Carga Horária Optativa	342,5 h
Carga Horária Presencial	2.177,5 h
Carga Horária a Distância	Não se aplica
Duração da Horæula	50 minutos
Duração do semestre	19 semanas
Tempo mínimo de integralização do curso	4 semestres (conforme DCN)

Fonte: IFSP, 2023e.

Em relação ao perfil do egresso deste curso, conforme o Projeto Pedagógico do Curso, aprovado pela Resolução IFSP nº 252/2023,

O tecnólogo em gestão ambiental é um cidadão com formação ética, visão crítica e com forte consciência ambiental. Deste modo, este egresso possui formação humanista e capacitação técnica para o desempenho profissional nas atividades organizacionais correlatas ao curso, em empresas privadas, nas áreas governamentais e nas atividades e organizações do terceiro setor focadas na questão ambiental.

De acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia – CNCST (2016), o egresso *õ r n c p g l c . " i g t g p e k atividades de diagnóstico, proposição de medidas mitigadoras e de recuperação de áreas degradadas. Coordena equipes multidisciplinares de licenciamento ambiental. Elabora, implanta, acompanha e avalia políticas e programas de educação ambiental, gestão ambiental e monitoramento da qualidade ambiental. Vistoria, realiza perícia, avalia, emite laudo e parecer técnico " g o " u w c " a t g . c " f g " h q t o c :*

De acordo com o CNCST (2022 – versão preliminar em consulta pública), o tecnólogo em gestão ambiental será habilitado para: *orientar a implantação de medidas mitigadoras, de recuperação de áreas degradadas e de licenciamento ambiental; coordenar equipes multidisciplinares de licenciamento ambiental; elaborar, implantar, acompanhar e avaliar políticas e programas de educação ambiental, gestão ambiental, planos de saneamento básico, gestão de resíduos sólidos, controle e monitoramento ambiental; realizar análises químicas e físico-químicas ambientais; vistoriar, realizar perícia, avaliar, emitir laudo e parecer* (CNCST, 2022 – versão preliminar – consulta pública, disponível em: <https://consulta.catalogosept.com.br/cncst/cursos/curso?id=2>, acesso em: 30 mai. 2022).

No mundo do trabalho, pode atuar em projetos, consultoria, certificação, educação ambiental, planejamento, recuperação e monitoramento. O egresso deste curso tem formação integral, possui autonomia intelectual, capacitação para pesquisa, inovação e domínio tecnológico para as atividades específicas da gestão ambiental, alicerçado na interdisciplinaridade para o desenvolvimento do saber (IFSP, 2023e, p. 21).

b) Curso Superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia

O objetivo do curso de Tecnologia em Viticultura e Enologia é oferecer formação de nível tecnológico a profissionais, abrangendo os conhecimentos essenciais sobre cultivo de videiras, técnicas laboratoriais, processos de produção e comercialização de produtos derivados de uva e vinho. O intuito é transmitir e difundir esses conhecimentos por meio de abordagens didático-pedagógicas, junto com a compreensão dos marcos legais fundamentais para o avanço da indústria vitivinícola no Brasil. Além de considerar os aspectos culturais tradicionais, o curso também incorpora elementos éticos, étnicos e raciais que sustentam a atividade vitivinícola,

bem como a totalidade do sistema produtivo local interligado a ela. O Projeto Pedagógico do curso foi reformulado, como consta no quadro a seguir:

TECNOLOGIA EM VITICULTURA E ENOLOGIA	
VIGÊNCIA DESTE PPC: 1º SEMESTRE DE 2023	
<i>Campus</i>	São Roque
Trâmite	Reformulação
Modalidade	Presencial
Eixo Tecnológico	Produção Alimentícia
Início de funcionamento do curso	1º semestre de 2013
Resolução de Aprovação do Curso no IFSP	Resolução CONSUP N° 730, de 09 de outubro de 2012
Resolução de Reformulação do Curso IFSP	Resolução CONSUP N° 294, de 09 de março de 2023
Parecer de Reformulação do CONEN	Parecer CONEN N° 222, de 14 fevereiro de 2023
Portaria de Reconhecimento do curso	Portaria N° 1036, de 23 dezembro de 2015
Turno	Matutino
Vagas Semestrais	40 vagas no 1º semestre

Vagas Anuais	40 vagas
Nº de semestres	6 semestres
Carga Horária Mínima obrigatória	2649,5 horas
Carga Horária Optativa	299,9 horas
Carga Horária Presencial	2649,5 horas
Carga Horária a Distância	Não se aplica
Duração da Aula	50 minutos
Duração do semestre	20 semanas
Tempo mínimo de integralização do curso	6 semestres
Tempo máximo de integralização do curso	12 semestres

Fonte: IFSP, 2023f).

Em relação ao perfil do egresso deste curso, conforme o Projeto Pedagógico do Curso, aprovado pela Resolução IFSP nº 294/2023,

O egresso do Curso Superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia planeja, implanta, executa e avalia os processos de produção desde a escolha das cepas de uva ao produto final. É capaz de atender às competências administrativas essenciais presentes em toda cadeia vitivinícola focado na eficiência e eficácia produtiva. Desenvolve e pesquisa novos produtos em viticultura e enologia. Elabora e executa projetos de viabilidade econômica e processamento dos mesmos.

Somam-se a estas competências a análise microbiológica, bioquímica, físico-química, sensorial, toxicológica e ambiental na produção de vinhos e derivados. Supervisiona, gerencia e realiza os processos de

produção, transformações do envelhecimento, manutenção de equipamentos, atividades de escolha e degustação de vinhos e derivados. Desenvolve, implanta e executa programas de conservação e controle de qualidade nos processos de otimização na produção e industrialização da vitivinicultura. Vistoria, realiza perícia, avalia, emite laudo e parecer técnico em sua área de formação. Por meio da inovação científico-tecnológica, inclui-se dentre as habilidades e competências desenvolvidas, o estímulo da capacidade empreendedora e compreensão dos impactos sociais, econômicos e ambientais.

O egresso é capacitado para responder às demandas específicas do Arranjo Produtivo Local e preparado para desenvolver sua atividade profissional com senso crítico, ética e responsabilidade, consolidando uma práxis educativa contributiva para inserção social, formação integradora e produção de conhecimento.

O perfil do egresso do CST em Viticultura e Enologia do *campus* São Roque está articulado com os conteúdos dos componentes curriculares e com a metodologia utilizada. A grande quantidade de aulas práticas realizadas durante o curso, especialmente nas vinícolas e propriedades da região, possibilitam a articulação do conhecimento teórico e prático; contribuem ainda para que o estudante esteja integrado ao arranjo produtivo local, praticando na própria cadeia produtiva da uva e do vinho e se apropriando, de maneira supervisionada, de novas tecnologias e conhecimentos. Essa formação ocorre não apenas na área de ensino, mas nas áreas de pesquisa e extensão, com projetos de iniciação científica, eventos de extensão, visitas técnicas, estágio curricular supervisionado e demais atividades desenvolvidas no curso. Nesta interação com a comunidade, torna-se possível identificar as necessidades locais e regionais, de forma a ampliar e atualizar o perfil do egresso em função das novas demandas do mundo do trabalho, sempre que necessário (IFSP, 2023f, p. 29-30).

4.3.3 - Bacharelado

Promove a formação de bacharéis na área de ciências experimentais e tecnológicas para trabalhar tanto no setor produtivo, quanto no setor de pesquisa e desenvolvimento. O curso tem duração mínima de 4 anos e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

O *campus* São Roque do IFSP oferece, desde o ano de 2014, o curso de Bacharelado em Administração. No período de 2018 a 2021 foi elaborado o Currículo de Referência do Curso de Bacharelado em Administração, que culminou, já em 2022, no processo de reformulação do curso. A partir do ano de 2023, as turmas ingressantes passam a vigorar a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração reformulado à luz do Currículo de Referência, conforme se observa no quadro a seguir.

Curso: Bacharelado em Administração Vigência desse PPC: 1º/2023	
<i>Campus</i>	São Roque
Trâmite	Reformulação
Modalidade	Presencial

Eixo Tecnológico	Gestão e Negócios
Início de funcionamento do curso	1º/2014
Resolução de Aprovação do curso no IFSP	Resolução CONSUP nº 1041/2013, de 12 de novembro de 2013.
Resolução de Reformulação do Curso no IFSP	Não se aplica
Parecer de Atualização	Não se aplica
Portaria de Reconhecimento do curso	Portaria nº 651, de 29/06/2017, publicada no DOU de 30/06/2017 (reconhecimento) Portaria nº 209, de 25/06/2020, publicada no DOU de 07/07/2020 (renovação de reconhecimento)
Turno	Noturno

Vagas semestrais	40
Vagas Anuais	40
Nº de semestres	8
Carga Horária Mínima Obrigatória	3006,9
Carga Horária Optativa	33,3h
Carga Horária Presencial	2421,8h
Carga Horária a Distância	244,9h

Duração da Hora-aula	50 minutos
Duração do semestre	20 semanas
Tempo mínimo de integralização do curso	08
Tempo máximo de integralização do curso	16

Fonte: IFSP, 2022.

Em relação ao perfil do egresso deste curso, conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração, aprovado pela Resolução IFSP nº 175/2022,

O Bacharel em Administração é um agente de mudança e inovação que atua com ética e considera as dimensões sociocultural, político-legal, econômica, tecnológica, científica e técnica das organizações nas diferentes realidades em que venha a atuar, nas perspectivas sistêmica, integrada, operacional, tática e estratégica. Neste contexto, é capaz de desenvolver pesquisas, estudos, análises, interpretações, planejamento, organização, coordenação, execução e controle dos trabalhos nas diversas funções da Administração, para a existência e sustentabilidade das organizações nos eixos econômico, social e do meio ambiente. Continuamente desenvolve competências para construir e implementar planos, processos e projetos, desenvolver soluções organizacionais, emitir pareceres e laudos, prestar consultoria, assessoria, exercer gestão de recursos e liderança (IFSP, 2022, p.17).

4.4 - Pós-Graduação

A Pós-Graduação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) é uma modalidade de ensino voltada para a formação avançada de profissionais em diversas áreas do conhecimento. Os cursos podem ser em nível Lato Sensu ou Stricto Sensu, ou seja, mestrado e doutorado.

Os programas e cursos de pós-graduação do IFSP estão voltados para diferentes áreas do conhecimento, como Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Educação, entre outras. A pós-graduação no IFSP também contribui para o avanço da pesquisa científica e tecnológica nas diferentes áreas do conhecimento, gerando conhecimento e promovendo o desenvolvimento regional e nacional.

O *campus* São Roque oferece a Pós-Graduação Lato Sensu em Metodologia do Ensino das Ciências da Natureza desde 2019. No PDI 2024-2028 está prevista, também, a abertura de uma Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em Direitos Humanos e quatro cursos de Pós-Graduação no Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, além de um grupo de estudos para avaliar a viabilidade da abertura de um Mestrado Profissional no *campus*.

4.4.1. Curso Lato Sensu em Metodologia do Ensino das Ciências da Natureza

O curso Lato Sensu em Metodologia do Ensino das Ciências da Natureza no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), *campus* São Roque, é um programa de pós-graduação voltado para a formação de professores e profissionais da área de Ciências da Natureza interessados em aprimorar suas práticas de ensino.

Esse curso tem como objetivo principal proporcionar uma atualização e aprofundamento dos conhecimentos pedagógicos e científicos relacionados ao ensino das disciplinas de Ciências, Biologia, Química e Física, visando melhorar a qualidade do ensino na área.

Em termos de indicadores, o curso faz parte do balizador eixo “Formação de Professores”, e contribuiu para o indicador “verticalização”, visto que o *campus* oferece a Licenciatura em Ciências Biológicas.

Para o curso, estão previstas atividades de extensão e pesquisa. No que se refere à extensão, isso se faz presente com a carga horária mínima de 10h para atividades complementares; e no que se refere à pesquisa, com a obrigatoriedade da escrita de um trabalho de conclusão de curso (TCC), que pode se dar na forma de monografia ou artigo científico.

Estima-se que a maioria dos profissionais matriculados nesse curso são profissionais oriundos da rede pública de São Roque e região. O perfil socioeconômico relacionado à procura por esse tipo de curso (o de formação de professores) é majoritariamente o das classes economicamente menos favorecidas.

A seleção de ingresso para uma das 30 vagas no curso se dá por meio de processo seletivo próprio, elaborado pelo *campus* seguindo as orientações do DPG – Departamento de Pós-Graduação, vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação do IFSP. O curso oferece em sua grade 12 (doze) componentes curriculares que totalizam 360 horas, sendo ofertados 4 (quatro) componentes curriculares por semestre de curso. Seguem as informações mais detalhadas sobre a oferta do curso:

Curso: PósGraduação Lato Sensu em Metodologia do Ensino das Ciências da Natureza	
Eixo: Formação de Professores	
<i>Campus</i>	São Roque
Modalidade	Presencial
Abertura do curso	2019
Turno	Noturno
Duração	3 semestres

Carga horária de disciplinas	360 h
Carga horária – atividades complementares	10 h
Carga horária – Trabalho de conclusão de curso	60 h
Total Geral	430 h
Carga horária de cada disciplina	30 h
Oferta	Sequencial
Duração da hora-aula	50 minutos
Duração do semestre	18 semanas
Prazo máximo para integralização do curso	30 meses

Fonte: IFSP, 2018.

Após a conclusão deste curso, o estudante egresso estará habilitado em diversas áreas do conhecimento, com um foco especial nas Ciências da Natureza e suas interconexões (Química, Física, Biologia e Geociências). De maneira específica, o pós-graduado será capacitado em: a) Exploração das teorias contemporâneas no ensino e aprendizagem das ciências, comparadas às abordagens mais antigas, enquadradas em várias perspectivas epistemológicas; b) Análise, estudo e discussão sobre a relevância das diferentes metodologias no ensino das ciências à luz da evolução histórica; c) Utilização e importância das tecnologias da informação na aplicação de estratégias de ensino e aprendizagem das ciências; d) Análise

crítica da inserção das ciências da natureza na sociedade, especialmente considerando a importância cotidiana dos conhecimentos científicos para promover um compromisso ambiental mais acentuado na sociedade; e) Criação de novos conhecimentos através da exploração da literatura relevante aplicada a um tópico de pesquisa e formulação subsequente de um artigo científico.

4.4.2. Curso Lato Sensu em Educação em Direitos Humanos

No Plano de Desenvolvimento Institucional IFSP *campus* São Roque de 2024-2028 foi aprovada a abertura do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em Direitos Humanos. O seu Projeto Pedagógico de Curso ainda será elaborado, mas a ideia é que faça parte do eixo “Desenvolvimento Educacional e Social” e que tenha oferta bianual de 30 vagas no período noturno, de forma alternada com o curso de Metodologia do Ensino das Ciências da Natureza.

4.4.3. Curso Lato Sensu no Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios

No Plano de Desenvolvimento Institucional IFSP *campus* São Roque de 2024-2028 foi aprovada a abertura de um curso de Pós-Graduação Lato Sensu no Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios cujas temáticas podem variar entre quatro temas. Os Projetos Pedagógicos de Curso ainda serão elaborados, mas a ideia é que sejam ofertadas 30 vagas no período noturno, em oferta sequencial.

4.4.4. Grupo de estudos para viabilidade – Mestrado Profissional

No Plano de Desenvolvimento Institucional IFSP *campus* São Roque de 2024-2028 foi aprovada a realização de um grupo de Estudos sobre a viabilidade de abertura de um Mestrado

Profissional no *campus*. A ideia é que esse seja um grupo interdisciplinar, que tanto estude as possibilidades reais, em termos de demanda como de interesse e infraestrutura para a abertura de um mestrado na instituição, como também os caminhos que poderiam ser trilhados para que essa oferta se faça possível e tenha chances de aprovação.

4.5 - Formação Inicial e Continuada

A Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional envolve cursos de capacitação, aperfeiçoamento e atualização profissional de trabalhadores em todos os níveis de escolaridade. Pode se apresentar de duas formas: curso de formação inicial e curso de formação continuada.

O curso de formação inicial é oferecido a quem busca qualificação profissional. Tem duração mínima de 160 horas e garante a profissionalização em uma determinada área.

O curso de formação continuada é oferecido a quem já possui conhecimento e atuação na área. Tem duração mínima de 40 horas e possibilita a atualização, aprofundamento e ampliação de conhecimentos, habilidades ou técnicas em uma área do conhecimento. O *campus* São Roque do IFSP está habilitado a ofertar todos os cursos FIC que já se encontram aprovados pela instituição, bem como podem ser propostos e aprovados novos cursos.

Nos últimos anos, além da execução de Projetos de Extensão, o *Campus* São Roque do IFSP tem ofertado semestralmente Cursos de Formação Inicial e Continuada, propiciando a formação profissional para distintos grupos sociais, seja na modalidade EaD, ou presencialmente. Cabe destacar que estas Ações de Extensão são permeadas continuamente pela promoção de Eventos, fortalecendo o intercâmbio com a comunidade externa, a difusão de conhecimentos e saberes e promovendo maior integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

A título de exemplo, ao longo do ano de 2022, a Coordenadoria de Extensão (CEX-SRQ) deu apoio à execução de 12 cursos FIC, sendo eles: “Excel - do básico ao intermediário”, “Literatura Fantástica”, “Marketing de Serviços”, “Analista de Marketing”, “Libras Básico”, “Inglês Básico I”, “Pré-Encceja”, “Cursinho Popular - Preparatório para o ENEM”, “Construindo ações educativas antirracistas”, “Introdução à Programação de Computadores utilizando Python”, “MEI - Microempreendedor Individual: fundamentos para ser bem-

sucedido” e “Ensino de Matemática com o Geogebra”. Estes cursos foram ofertados na modalidade presencial, semipresencial e on-line, distribuídos nos três turnos - matutino, vespertino e noturno - e contaram com cerca de 600 beneficiários.

Capítulo 5 - Políticas e Ações

O *campus* São Roque realiza ações em diferentes áreas, conforme as políticas institucionalmente estabelecidas. As ações desenvolvidas possuem como objetivo comum o aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para a consolidação da missão institucional do IFSP no que se refere a oferta da formação educacional de qualidade, comprometida com a prática cidadã. Nessa perspectiva, são desenvolvidas ações, tanto de apoio ao ensino e à aprendizagem, como também ações de apoio ao estudante. Em uma perspectiva de consolidação da oferta de uma formação cidadã, corroboram nossas práticas em consonância às diretrizes, pesquisas, estudos e orientações propostas pelos Núcleos (Napne, Nugs e Neabi) presentes direta ou indiretamente nos *campi* do IFSP.

5.1 – Ações de apoio ao ensino e à aprendizagem

5.1.1 – Atuação da Coordenadoria Sociopedagógica

A Coordenadoria Sociopedagógica é composta por uma equipe multiprofissional, articulada e de ação interdisciplinar, que é formada por: Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo, Técnico em Assuntos Educacionais, entre outros profissionais, e tem por objetivo contribuir para o pleno desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando, intervindo e propondo ações que visam promover a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Tendo como objetivo central da atuação da Coordenadoria Sociopedagógica, o atendimento estudantil, essa coordenadoria tem por finalidade:

- Promover o acolhimento e integração dos(as) estudantes.
- Acompanhar os processos de ensino-aprendizagem.
- Fornecer atendimento, acompanhamento, orientação e encaminhamento dos(as) estudantes e familiares no âmbito sócio psicoeducacional.

- Desenvolver, implantar e acompanhar programas e ações de apoio pedagógico, psicológico e social.
- Articular atividades que promovam a saúde do(a) estudante.
- Contribuir com o NAPNE (Núcleo de Apoio às pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) em ações de inclusão e adaptação para o atendimento de estudantes com necessidades especiais.
- Promover atividades culturais e educativas na perspectiva inclusiva, contra o preconceito e com o reconhecimento e respeito à diversidade.
- Acompanhar o desenvolvimento e implantação da assistência estudantil.
- Dialogar com instâncias de representação estudantil, como grêmios e diretórios acadêmicos.

A partir, da articulação dos saberes profissionais, a Coordenadoria Sociopedagógica assiste aos discentes, com o objetivo de colaborar com o pleno desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando, intervindo e propondo ações que visem promover a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. O setor também disponibiliza orientações técnicas ao corpo docente e acolhe as dúvidas da comunidade escolar pertinentes à sua área de atuação.

Dentre as ações que visem o apoio discente e o fortalecimento dos vínculos escolares, a Coordenadoria Sociopedagógica implementa ações como: Rodas Conversas e Grupo de Orientação Profissional.

Sendo que a proposição de Rodas de Conversa um método de construir dialogicamente com jovens estudantes do ensino médio integrado, visando acolher de forma ágil a demanda de ajuda decorrente dos problemas psicológicos, emocionais relacionados ao período do desenvolvimento e toda complexidade desta fase de vida, refletindo as vivências e perspectivas por meio do diálogo, interação e estratégias de mediação baseadas na construção de conhecimento a partir da experiência vivida. O foco das Rodas de Conversa dentro de uma perspectiva socioemocional, pretende sensibilizar, construir e fortalecer redes de apoio entre os próprios discentes, docentes e sociopedagógico. Apoiar e ofertar o suporte aos discentes consiste menos em propor-lhes respostas e soluções infalíveis, permitindo-lhes formular em seu discurso, antes de precipitarem-se em atos, contribuindo para uma melhor relação social no

contexto escolar, diminuindo os obstáculos que possam interferir na díade ensino-aprendizagem.

O desenvolvimento do Grupo de Orientação Profissional surge a partir das demandas dos discentes, diante do medo e angústia da escolha. O grupo visa momentos que o estudante possa falar dos aspectos que estão permeando suas preocupações e seus propósitos, visando um processo que auxilia os discentes a tomar conhecimento de inúmeros fatores que interferem na sua escolha profissional, a fim de que ele possa buscar com maior autonomia e protagonismo, experimentando sua possibilidade de escolha profissional. Por fim, o Grupo de Orientação Profissional dentro do Instituto Federal de São Roque, visa facilitar ao discente a escolha profissional a partir da consciência dos fatores que interferem na tomada de decisão. A adoção pelo formato em grupo ocorre por acreditarmos que é a melhor forma de se procurar uma mudança individual e social dentro do contexto escolar, por razões como: a possibilidade de identificações recíprocas entre os membros dos grupos a partir de uma problemática em comum – a necessidade de escolher, o fortalecimento pessoal com as conversas, dinâmicas e experiências compartilhadas.

A organização e participação nos conselhos de classe, ao final de cada bimestre, fornecem dados importantes necessários a esse acompanhamento e desenvolvimento de ações de apoio do aprendizado, na medida em que permitem identificar os casos de alunos com dificuldades nesse processo, a fim de propor estratégias de acompanhamento por parte da equipe e do corpo discente, de forma a cooperar para a permanência e êxito dos estudantes.

Nos conselhos de classe, a Coordenadoria Sociopedagógica realiza junto aos coordenadores e professores dos cursos, um levantamento de informações que permitam compreender as dificuldades gerais apresentadas em cada turma, bem como a realização de intervenções desta coordenadoria em momentos posteriores aos conselhos, ao longo de todo o ano letivo e da vida acadêmica dos estudantes.

5.1.2 – Recuperação contínua e paralela

A recuperação é oferecida aos estudantes da educação básica, proporcionando oportunidades diversificadas que assegurem condições favoráveis à superação das dificuldades

encontradas no seu percurso escolar. A recuperação contínua está inserida no trabalho pedagógico realizado no dia a dia da sala de aula, constituindo-se por intervenções imediatas, dirigidas às dificuldades específicas assim que estas forem constatadas. Já a recuperação paralela é oferecida aos estudantes que não apresentarem os progressos previstos em relação aos objetivos e metas definidas para cada componente curricular, em horário que privilegie o atendimento ao estudante e que não coincida com as aulas regulares do seu curso.

No *campus* São Roque, a Recuperação Paralela é oferecida no bimestre subsequente ao bimestre avaliado. Os discentes são convocados, via SUAP/e-mail, pelos docentes, que elaboram um Plano de Recuperação, prevendo dia(s) e horário(s) em que as ações devem ocorrer. São oferecidos espaços para revisão e esclarecimento de dúvidas, aulas e atividades orientadas de estudo. Essas atividades são realizadas no período da manhã, no contraturno das aulas regulares.

Ao final, uma nova avaliação é proposta, valendo de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, oportunizando ao estudante a revisão de sua média final. O resultado é apresentado em relatório, com acompanhamento do coordenador do curso.

5.1.3 – Atendimento ao estudante

O atendimento ao estudante compreende horário semanal disponibilizado pelos docentes a todos os estudantes para sanar dúvidas, revisar conteúdos, orientar projetos e trabalhos acadêmicos, bem como acompanhar os estudos relacionados aos componentes curriculares ministrados pelo docente.

Os docentes oferecem, obrigatoriamente, horário para atendimento aos estudantes, em contraturno às aulas regulares. Os horários são divulgados pelos docentes e os estudantes representantes de turma elaboram quadro resumo, o qual é afixado nas salas para garantir ampla divulgação. Cabe salientar que, em caso de baixo desempenho, os estudantes podem ser convocados a participar, semanalmente, dos plantões.

5.1.4 – Projetos de ensino

Os projetos de ensino são desenvolvidos por meio do Programa de Bolsa de Ensino, que tem por objetivo apoiar a participação dos estudantes em atividades acadêmicas e estudos que contribuam para a formação integrada e para o aprimoramento acadêmico e profissional. Os projetos são apresentados por meio de editais promovidos pelos *campi* do IFSP, que indicam os critérios de seleção do bolsista e atividades a serem desenvolvidas sob a supervisão do docente orientador.

Nos anos de 2020 e 2021, a oferta de projetos de ensino passou por dificuldades e alterações nas propostas e projetos, pois tiveram de ser realizadas remotamente. Nos anos de 2022 e 2023, os editais de projetos de ensino têm contemplado em média 04 ou 05 projetos aos quais são vinculados os estudantes bolsistas (um estudante bolsista por projeto). Há envolvimento de professores e servidores técnico-administrativos como colaboradores dos projetos de ensino, bem como alguns contemplam, além do bolsista, estudantes voluntários. Tem havido certo equilíbrio na oferta de bolsas entre os níveis médio e superior. No ano de 2023 também há edital de fluxo contínuo contemplando projetos de ensino voluntários. Até o mês de maio de 2023, a Comissão Avaliadora de Projetos de Ensino já tinha aprovado 03 projetos de ensino voluntários.

5.1.5 – Formação continuada de professores

A formação continuada de professores do IFSP consiste em uma política, regulamentada pela Resolução nº 138/2015, que se baseia em um conjunto de atividades e ações voltadas para o processo de constante desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos docentes da instituição. A formação continuada *in loco* busca a valorização do profissional e a constante reflexão sobre a prática docente, concebendo o *campus* como local privilegiado de construção e produção de conhecimento, onde é necessário estabelecer discussões contextualizadas sobre o fazer pedagógico.

Para efetivar as ações de Formação Continuada, cada *campus* constitui uma equipe composta por, no mínimo, dois e, no máximo, oito servidores, entre docentes e técnicos-administrativos. No *campus* de São Roque, atualmente, a equipe é composta por oito servidores, sendo sete docentes de diferentes áreas e um técnico-administrativo, representante da Coordenadoria Sociopedagógica.

A Equipe de Formação Continuada do IFSP São Roque se reúne quinzenalmente e busca priorizar a discussão de temas trazidos pela comunidade do *campus*. Em 2022 um questionário para o levantamento de temas de interesse foi ofertado online para que docentes e técnicos-administrativos indicassem temas prioritários. A pesquisa culminou na oferta de formações que tratavam de demandas importantes do *campus*: Educação inclusiva de pessoas surdas e pessoas com deficiência auditiva; Educação inclusiva de pessoas com cegueira e baixa visão; Programa Escolas 2030 - aprendendo com quem faz inovação; Curricularização da Extensão; Gênero e o uso do nome social. Ao longo de 2023 a Equipe continua priorizando a escuta da comunidade do *campus* e realizando ao menos uma formação por mês. A formação continuada em 2023 contemplou demandas como curricularização da extensão e saúde emocional pós-pandemia. Neste ano, a comissão de formação continuada em parceria com a equipe diretiva do *campus* também investiu na capacitação de equipes para a implantação da Metodologia da Aprendizagem Cooperativa e Solidária, por meio de uma série de encontros mensais, que atingiram aproximadamente 30 servidores, entre docentes e técnicos-administrativos ligados ao ensino. Esta ação está vinculada ao fato de que o *campus* São Roque do IFSP é escola polo do Programa Escolas2030, desde o ano de 2022.

Quanto ao envolvimento, no ano de 2022 havia em média 30 participantes por formação, majoritariamente docentes. Em 2023 a média de participantes subiu para 40. É importante destacar que os encontros ocorrem por convite e não por convocação e a equipe se compromete em fornecer certificados para todos os participantes.

A cada início de semestre, durante o planejamento pedagógico, também são realizados momentos de formação continuada, muitas vezes envolvendo palestrantes e formadores externos ao *campus*. No ano de 2021, focalizam-se experiências da Universidade Federal do Ceará e da Escola Estadual de Educação Profissional Alan Pinho Tabosa/CE acerca da Metodologia da Aprendizagem Cooperativa e Solidária. No ano de 2022, a formação contida no planejamento pedagógico do 1º semestre desenvolveu-se a respeito da temática “Acolhimento e reflexões sobre a docência na pandemia”. Também foram discutidos temas relativos ao ensino remoto emergencial, focando-se nos desafios e oportunidades que a pandemia de Covid-19 trouxe aos professores e técnicos-administrativos em educação. O planejamento pedagógico de 2021 e do 1º semestre de 2022 ocorreram remotamente devido à pandemia de Covid-19. No planejamento pedagógico do 2º semestre de 2022 o enfoque voltou-se para as reformulações dos Projetos Pedagógicos de Curso à luz dos recém-construídos

Currículos de Referência do IFSP. No planejamento pedagógico de 2023 foi realizada uma oficina sobre a Metodologia de Aprendizagem Cooperativa e Solidária. Esta temática foi trabalhada ao longo do ano de 2023 por meio de um encontro mensal, no formato de oficina, com carga horária de 3,5 horas/formação.

A Equipe compreende que há dois desafios a serem superados para aumentar o envolvimento da comunidade: 1. Encontrar horários que não coincidam com aulas e reuniões, o que é bastante complicado visto que há docentes ministrando aulas em todos os turnos do dia no *campus*; 2. Mobilizar um número maior de docentes e técnicos administrativos para participarem das reuniões de formação. A Equipe considera que a retomada das atividades presenciais, a regularidade na oferta dos encontros formativos e a maior relação das atividades de formação com as demandas do *campus* tendem a aumentar o envolvimento de docentes e técnicos-administrativos.

Dentre os principais resultados alcançados pela Formação Continuada no *campus* São Roque, destaca-se a contribuição para uma maior conscientização sobre os processos de inclusão escolar.

5.1.6 – Biblioteca

As bibliotecas do IFSP existem para oferecer suporte informacional aos estudantes e servidores nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. O acervo das bibliotecas é composto por livros, dicionários, periódicos, mídias digitais, monografias, jogos, entre outros. Esse acervo é aberto e pode ser consultado também por usuários externos, possuindo uma política de empréstimo aos estudantes e servidores.

O acervo da biblioteca **Manoel Ferreira da Silva**, do IFSP - *campus* São Roque, é composto por livros, dicionários, periódicos, mídias digitais, monografias, jogos, entre outros. Esse acervo é aberto à comunidade do IFSP - *campus* São Roque e pode ser consultado também por usuários externos, possuindo uma política de empréstimo aos estudantes e servidores.

A Biblioteca Manoel Ferreira da Silva tem caráter técnico (especializado). Todo seu acervo é pertinente às disciplinas dos cursos, incluindo livros impressos, acervo Braille,

multimídias, periódicos impressos e virtuais, assim como a Base Virtual *Pearson*, com milhares de livros em formato digital. A biblioteca possui também um vasto acervo literário, que atende toda a comunidade escolar e acadêmica, todos os materiais estão catalogados seguindo rigorosamente as normas AACR2, Classificação Decimal de *Dewey* e *Cutter* e são cadastrados no sistema *Pergamum*, software que integra todos os *campus* do IFSP em uma rede informacional (pergamum.biblioteca.ifsp.edu.br).

Iniciou suas atividades em 2008, tendo como missão fornecer ao IFSP *campus* São Roque a infraestrutura informacional necessária às atividades de ensino, pesquisa e extensão do *campus*. O acervo da biblioteca já possui mais de 19.000 itens, entre livros, revistas e CDs, e mais de 1.000 usuários cadastrados. Constituído através de compra ou doação de materiais, seu crescimento tem ocorrido de forma acelerada e organizada, proporcionando aos alunos a disponibilização de obras relevantes e específicas para os cursos ofertados por nosso *campus*. Os serviços oferecidos atualmente pela biblioteca são: empréstimo domiciliar, consulta local do acervo, renovação e reserva de materiais, orientação quanto à normalização de trabalhos acadêmicos e orientação na utilização do Portal de Periódicos Capes e demais portais científicos e bases de dados. A biblioteca oferece ainda espaço coletivo para estudos.

Em sua estrutura física a biblioteca conta com 10 computadores, com acesso à internet, sendo 1 com acessibilidade para usuário de cadeira de rodas e *softwares* adaptados para estudantes cegos, cabines individuais e mesas de estudo. O quadro de servidores é composto por dois auxiliares de biblioteca e dois bibliotecários, prestando atendimento das 7h às 22h, ininterruptamente.

Assim, a biblioteca procura contribuir cada vez mais com a pesquisa e extensão na unidade de São Roque do IFSP, com o desafio de sempre promover melhorias e modernizar os serviços prestados.

5.1.7 – Outras ações

O Programa de Residência Pedagógica é uma ação implementada pela Capes para atender aos objetivos da Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica do Ministério da Educação. Visa fomentar projetos inovadores que estimulem a articulação entre

teoria e prática nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica. O Instituto Federal de São Paulo, *campus* São Roque, participou de todas as edições do programa (nos anos de 2018, 2020 e 2022) com o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. O programa conta com a participação de um Coordenador Institucional responsável pela ação em todos os cursos de licenciatura participantes do IFSP, Docentes Orientadores responsáveis pelas ações em cada curso de Licenciatura, Preceptores que são professores nas escolas-campo da rede pública de Educação Básica e ainda com os Residentes que são alunos aprovados em processo seletivo do curso de Licenciatura que cumpriram o mínimo de 50% do curso ou que estejam cursando a partir do 5º período. Até o ano de 2023, os residentes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do *campus* São Roque fizeram uso de 68 vagas de Residentes Bolsistas e 16 vagas de Residentes Voluntários, bem como a participação de 10 Professores Preceptores Bolsistas responsáveis pela articulação das ações nas Escolas-Campo. O programa tem duração de 18 meses, sendo dividido em três módulos de 6 meses, e o residente apresenta ao final do programa um relatório final, com a participação em reuniões para avaliação e socialização dos resultados.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID é uma iniciativa que integra a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação e tem como principal objetivo incentivar e valorizar o magistério e o aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica. O programa é vinculado à Diretoria de Educação Básica Presencial – DEB – da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e oferece bolsas para que alunos de licenciatura exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, contribuindo para a integração entre teoria e prática, para a aproximação entre universidades e escolas e para a melhoria de qualidade da educação brasileira. Para assegurar os resultados educacionais, os bolsistas são orientados por coordenadores de área – docentes das licenciaturas, que são responsáveis pelo planejamento, organização, avaliação e execução das atividades de iniciação à docência em sua área de atuação acadêmica - e por supervisores - docentes das escolas públicas que são responsáveis por acompanhar e supervisionar as atividades dos bolsistas de iniciação à docência.

No Instituto Federal de São Paulo - *campus* São Roque, o PIBID está ativo desde o segundo semestre de 2011, tendo iniciado com doze alunos bolsistas, dois professores supervisores e duas escolas conveniadas. Atualmente, em 2023, o PIBID São Roque é formado por dois docentes orientadores, dois professores supervisores (da escola campo), dezesseis bolsistas (discentes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas no Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo) e duas escolas conveniadas. O edital vigente tem duração de 18 meses e foi iniciado em novembro de 2022. As atividades desenvolvidas no andamento do projeto estão atreladas aos conteúdos programáticos do Ensino Fundamental II, com um claro objetivo de complementar as matérias dadas na sala de aula de forma mais experimental, prática, dinâmica e atrativa.

Há, ainda, entre as ações que merecem destaque neste documento, as iniciativas de docentes de algumas áreas do conhecimento, que visam o incentivo à participação discente nas Olimpíadas Brasileiras (Matemática, Química, Geografia, entre outras), em Mostras Nacionais, como, por exemplo, a Mostra de Foguetes e, nos Jogos dos Institutos Federais (JIF), dos quais o *campus* São Roque também participa anualmente.

5.2 – Ações de apoio ao estudante

5.2.1 - Assistência Estudantil

A assistência estudantil é uma política institucional baseada no Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), instituído pelo Decreto de Nº 7.234 do ano de 2010. Os auxílios estudantis são repasses financeiros aos estudantes para custear, parcial ou integralmente, seus gastos, visando ampliar as condições de permanência e êxito nos cursos do IFSP.

Em 04 de novembro de 2014, foram aprovadas as resoluções nº 135 e nº 136: a primeira regulamenta a Política de Assistência Estudantil do IFSP, e a segunda, a Normatização dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil. A assistência estudantil é composta pelo Programa de Auxílio Permanência, Programa de apoio ao estudante Proeja e Programa de Ações Universais.

O **Programa de Auxílio Permanência** é voltado aos estudantes em vulnerabilidade social e tem como principal objetivo apoiar a permanência na instituição, por meio dos seguintes auxílios financeiros mensais: alimentação, moradia, creche (apoio aos estudantes pais e mães), transporte, apoio didático-pedagógico e saúde. Os referidos auxílios têm as seguintes finalidades:

- Alimentação: viabilizar auxílio alimentação ao estudante, garantindo-lhe ao menos uma refeição ao dia.
- Moradia: disponibilizar auxílio financeiro para pagamento exclusivo de aluguel aos estudantes cuja família não reside no município do *campus* do IFSP.
- Transporte: viabilizar auxílio financeiro para custeio do deslocamento do estudante até o *campus*.
- Creche: disponibilizar auxílio financeiro aos estudantes pais e mães de crianças até 11 anos, 11 meses e 29 dias;
- Saúde: atender aos estudantes que apresentem problemas que comprometam o seu desenvolvimento acadêmico, sendo prioritário as situações em que houve dificuldade de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS);
- Apoio Didático Pedagógico: disponibilizar auxílio financeiro aos estudantes, com vistas a compra de materiais didáticos relacionados às disciplinas do curso ou a projetos que realizam.

Para a concessão dos auxílios é publicado o Edital, e, por sua vez, a Comissão do Programa analisa as propostas de projetos e a viabilidade da ação no *campus*, além de acompanhar a execução dos projetos.

Atualmente, no IFSP - *campus* São Roque, são ofertados os seguintes auxílios: alimentação, transporte e moradia, com base em disponibilidade de verba orçamentária. Os auxílios são ofertados a cada semestre através de publicação de Edital, atendendo, atualmente, uma média de 170 alunos.

No que se refere ao quantitativo de alunos atendidos no *campus* São Roque do IFSP, bem como sobre valores e auxílios concedidos nos últimos anos pelo Programa de Auxílio Permanência, apresentamos a seguinte tabela:

Atendimento por auxílio e valores

Ano Letivo	Alunos atendidos	Tipos de Auxílios	Valor/estudante/mês
		Transporte	R\$ 250,00
2020	163	Alimentação	R\$ 250,00
		Moradia	R\$ 450,00
		Transporte	R\$ 250,00
2021	176	Alimentação	R\$ 250,00
		Moradia	R\$ 250,00
		Transporte	R\$ 250,00
2022	180	Alimentação	R\$ 250,00
		Transporte	R\$ 250,00
2023	160 (Previsão)	Alimentação	R\$ 250,00
		Moradia	R\$ 450,00

Quadro 1 - Fonte: CSP/SRQ – Programa de Auxílio Permanência – PAP

No decorrer do semestre letivo novos alunos também poderão ser contemplados, no caso de surgimento de vagas as quais poderão ser preenchidas mediante lista de espera ou por meio de novas análises realizadas pela Coordenadoria do Núcleo Sociopedagógico, respeitando a disponibilidade orçamentária do *campus*.

O **Programa de apoio ao estudante Proeja** tem como objetivo contribuir para a permanência e êxito dos estudantes dos cursos do Proeja, por meio de apoio financeiro para complementação de despesas voltadas, prioritariamente, à alimentação e ao transporte.

O **Programa de Ações Universais** é destinado a toda a comunidade discente do IFSP, independente de situação socioeconômica. As ações do programa são desenvolvidas por meio de projetos voltados para a área de cultura, esporte, inclusão digital e apoio às necessidades

educacionais específicas dos estudantes e contam com a participação de professores, técnicos administrativos e estudantes. Suas ações são voltadas à formação integral do estudante e ao aprimoramento de valores de cidadania, participação, coletividade e inclusão social. Cada área apresenta os seguintes objetivos:

- **Esporte:** compreende o desenvolvimento de atividades voltadas à prática do esporte, a vivência de lazer pela atividade esportiva e integração do estudante com seus companheiros e comunidade. Pode envolver a participação em campeonatos, palestras esportivas, eventos comunitários, competições grupais ou individuais e oficinas.
- **Cultura:** busca incentivar, promover à prática, difusão e acesso democrático à produção artística e cultural por meio de projetos institucionais. As atividades artísticas e culturais desenvolvidas por estudantes poderão ser socializadas com a comunidade acadêmica do IFSP em eventos no *campus* e com a comunidade externa. Esta modalidade também compreende o desenvolvimento de atividades voltadas à integração do estudante à instituição e à cidade em que vive, bem como ao conhecimento da região; contempla visitas a museus, zoológicos, cinema, apresentações, exposições e atividades extraclasse.
- **Inclusão Digital:** compreende o envolvimento em atividades que oportunizem a socialização e aprofundamento do conhecimento digital aos estudantes
- **Suporte às Necessidades Educacionais Específicas:** busca incentivar, promover projetos/ações que auxiliem ao processo de ensino- aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais específicas, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superlotação.
- **Apoio Didático Pedagógico:** busca auxiliar a participação de estudantes em congressos, feiras e eventos relacionados aos cursos em que os estudantes estejam matriculados. Esta ação será custeada no caso de disponibilidade orçamentária.

Dessa forma, a Política de Assistência Estudantil compreende ações que promovem a redução das desigualdades sociais e regionais, a redução das taxas de evasão e a democratização de medidas que garantem a permanência dos estudantes regularmente matriculados,

contribuindo na perspectiva de equidade, produção de conhecimento e melhoria do desempenho escolar.

5.2.2 – Alimentação Escolar

A alimentação escolar é um direito de todos os estudantes da educação básica pública brasileira, conforme a Constituição Federal e uma série de leis que regulamentam esse direito. Por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são oferecidas alimentação escolar e ações de Educação Alimentar e Nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. No IFSP são atendidos estudantes dos cursos técnicos integrados, concomitante e subsequente ao ensino médio e do Proeja.

O *campus* São Roque conta com um refeitório onde são oferecidos almoços gratuitos para os estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio nos dias em que eles têm aulas em período integral. Trata-se de um serviço terceirizado e no contrato está previsto o acompanhamento e supervisão de uma nutricionista contratada pela empresa para a elaboração do cardápio e supervisão da alimentação oferecida no refeitório, conforme previsto em legislação pertinente. O *campus* São Roque não conta com um profissional nutricionista como servidor técnico administrativo, mas conta com a colaboração dos nutricionistas do IFSP para orientações pertinentes à alimentação escolar. Além disso, há uma Comissão de Alimentação Escolar (Portaria SRQ nº62/2023), na qual tem-se a representação de uma professora nutricionista, representantes da Coordenadoria Sociopedagógica; Coordenadoria de Licitações e Contratos; Coordenadoria de Extensão; sob a presidência de uma profissional técnica em laboratórios da área de alimentos.

Diariamente são oferecidos lanches aos estudantes da educação básica, que incluem alimentos provenientes da agricultura familiar.

Atualmente são contemplados aproximadamente 360 estudantes da educação básica nas ações de alimentação escolar. Entretanto, quando observadas situações de vulnerabilidade socioeconômica em estudantes dos cursos superiores, a eles também é ofertada a possibilidade de alimentação gratuita.

5.2.3 – Apoio à organização estudantil

O protagonismo estudantil é um componente fundamental dentro da instituição. Nesse contexto, busca-se incentivar e fortalecer os espaços de decisão coletivos, que garantem a participação estudantil nas decisões no âmbito do IFSP, e apoiar a organização dos estudantes.

Além da possibilidade de participação dos estudantes em Comissões e Conselhos, o *campus* São Roque possui Grêmios Estudantis ativos, formado por alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, além de centros acadêmicos e da Atlética, compostos por alunos dos cursos de ensino superior. Esses grupos, além de serem representativos dos estudantes nas decisões da Instituição, permitem aos mesmos, o protagonismo na organização de eventos e ações acadêmicas, políticas, esportivas e culturais.

O Grêmios Estudantis Mário de Andrade promove ações como campanhas sociais, propostas, planejamento e execução de eventos (Festa Junina, *campus* Aberto à Comunidade, Mostra de Artes Multilinguagens, entre outros) em conjunto com docentes, coordenadores, equipes vinculadas ao ensino e direção do *campus*. Além disso, promovem a organização de estudantes para participação em clubes de dança, teatro, desenho, entre outros.

No ano de 2022, representantes do Grêmios Estudantis Mário de Andrade participaram do Fórum Nacional do Programa Escolas 2030, do qual o IFSP *campus* São Roque é vinculado como Escola Polo, realizado no mês de novembro, na Faculdade de Educação da USP. No evento, eles debateram com outras escolas e profissionais importantes aspectos relativos às possibilidades de construção de indicadores qualitativos para a melhoria das políticas públicas para a educação básica no Brasil.

Já em 2023, no dia 08/maio, houve a 1ª Jornada de Protagonismo Juvenil. No período de preparação para a jornada, a Escola Polo IFSP - *campus* São Roque realizou uma roda de conversa articulada pelo Grêmios Estudantis Mário de Andrade, cuja temática era: Protagonismo das Juventudes na Transformação da Educação. A roda de conversa teve como objetivo discutir propostas para uma educação integral e transformadora. O Grêmios ouviu e sistematizou as respostas dos participantes. De posse dessa sistematização, o presidente do Grêmios Estudantis participou da “Escuta de Estudantes do Escolas 2030 pelo Ministério da Educação”, que fez parte da 1ª Jornada de Protagonismo Juvenil e consistiu em reunião remota realizada também no mês de maio/2023, com o objetivo de colaborar com a melhoria da educação básica no

Brasil. A reunião foi mediada pela Sra. Raquel Franzim, Coordenadora Geral de Educação em Tempo Integral da Diretoria de Políticas e Diretrizes de Educação Básica Integral do Ministério da Educação. O tema gerador da jornada foi: “Como podemos melhorar a Educação no Brasil?”.

No dia 05 de junho de 2023, representantes do Grêmio Estudantil Mário de Andrade participaram do Fórum Global do Programa Escolas2030, evento que reuniu educadores e estudantes de 10 países. Eles participaram remotamente de uma Roda de Conversa com jovens dos países-membro do Programa Escolas2030 e com o Ministro da Educação de Portugal – Sr. João Costa.

Além dessas, outras ações como campanhas, rodas de conversa, eventos culturais e esportivos, como os Jogos Internos do IFSP-SRQ são protagonizados pelas representações estudantis.

5.3 – Atuação dos núcleos

5.3.1 – NAPNE

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) tem os seguintes propósitos: a) contribuir para a implementação da cultura da educação para a convivência; b) o reconhecimento e o respeito à diversidade; c) a promoção da acessibilidade arquitetônica; d) a eliminação das barreiras educacionais e atitudinais; e) prestar apoio educacional aos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE); f) Integrar os diversos segmentos que compõem a comunidade escolar para desenvolver sentimento de corresponsabilidade em construir a ação educativa de inclusão no IFSP. O NAPNE está presente em todos os *campi* do IFSP.

É composto por uma equipe multidisciplinar. Além da equipe básica, podem participar do núcleo, servidores e familiares que se identificam com a temática da inclusão, conforme estabelece o regulamento do NAPNE.

O compromisso do IFSP com as ações inclusivas para o estudante com deficiência, em cumprimento às normativas vigentes, está assegurado também no Plano de Desenvolvimento

Institucional (PDI 2019-2023), assim como em outros documentos institucionais que tratam da temática, a saber:

- [Instrução Normativa PRE nº 1](#) (2017) - Estabelece orientações para identificação e acompanhamento pelo NAPNE, do estudante com necessidades específicas;
- [Portaria nº 539](#) (2018) - Regulariza a prática de compartilhamento de materiais permanentes para atendimento das ações voltadas ao PAEE do IFSP;
- [Instrução Normativa PRE nº 1](#) (2020) - Estabelece orientações e diretrizes sobre as formas e estratégias de trabalho do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais/Português - TILSP no âmbito do IFSP;
- [Portaria Normativa RET IFSP nº 38](#) (2022) - Dispõe sobre o Regulamento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas.

Nesses documentos estão descritas as finalidades e diretrizes para garantir o acesso, a permanência e o êxito de estudantes dos diferentes níveis e modalidades de ensino.

O IFSP considera fundamental a implantação e o acompanhamento das políticas públicas para garantir a igualdade de oportunidades educacionais, bem como o ingresso, a permanência e o êxito de estudantes com necessidades educacionais específicas, incluindo o público-alvo da educação especial: pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação - considerando a legislação vigente (Constituição Federal/1988, art. 205, 206 e 208; Lei nº 9.394/1996 - LDB; Lei nº 13.146/2015 - LBI; Lei nº 12.764/2012 - Transtorno do Espectro Autista; Decreto nº 3298/1999, que regulamenta a Lei nº 7.853/1989 – Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência; Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 de 2000, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; Decreto nº 6.949/2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado; Norma Brasileira – ABNT NBR 9050 de 2020, que trata da Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; Portaria MEC nº 3.284/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade nos processos de reconhecimento de curso; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

O desenvolvimento de ações inclusivas que atendam os estudantes com necessidades educacionais específicas engloba a adequação de currículos, objetivos, conteúdos e metodologias às condições de aprendizagem do estudante. Inclui o uso de tecnologias assistivas, acessibilidade digital nos materiais disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem e são apoiadas pela equipe do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), conforme Portaria Normativa RET/IFSP n. 38, de 16 de fevereiro de 2022. Dentre essas ações, há a previsão da disponibilização de recursos e equipamentos de acessibilidade nos *Campi* do IFSP e, conforme a necessidade, a possibilidade de oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes público-alvo da educação especial que necessitem de suporte para a plena participação no processo de ensino e aprendizagem.

As informações iniciais sobre os estudantes com necessidades específicas devem ser indicadas na matrícula/rematrícula, a qualquer tempo ou no decorrer do curso, assim como o Plano Educacional Individualizado (PEI). O PEI envolve as adaptações/adequações necessárias organizativas dos objetivos do curso/dos componentes curriculares (expectativas de aprendizagem), dos conteúdos (conhecimentos, procedimentos e atitudes), das metodologias, das avaliações, bem como a flexibilização de tempo para a conclusão do curso e alteração do percurso formativo, em casos que demandem um percurso escolar diferenciado.

O percurso escolar diferenciado deve ser construído, avaliado/monitorado de forma coletiva entre docentes do curso, setores educacionais, o próprio estudante e a família, conforme regulamento do NAPNE e demais diretrizes institucionais vigentes e acompanhado pela Pró-Reitoria de Ensino.

Em relação aos estudantes surdos, está prevista na instituição a acessibilidade em Libras, visando a adequação da acessibilidade educacional garantida por Lei, de acordo com as necessidades específicas da comunidade surda do IFSP, com o serviço de tradução e interpretação, conforme Instrução Normativa nº 001, de 13 de agosto de 2020.

Tendo em vista a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, da qual o Brasil tornou-se signatário mediante o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, e a Política Nacional de Educação Especial vigente, no presente curso, a organização dessa modalidade de ensino é norteadada pelo paradigma da Educação Inclusiva, que prioriza o desenvolvimento da autonomia discente e sua inclusão no

ensino regular, mediante orientações e disponibilização de recursos de apoio direcionados pelo NAPNE no processo de ensino e aprendizagem, em prol da acessibilidade curricular.

O NAPNE, como órgão de política educacional, busca a articulação entre os setores da instituição para a promoção da Educação Inclusiva, mobilizando recursos para o atendimento das necessidades dos discentes. Nesse sentido, realiza a identificação e a avaliação das necessidades educacionais específicas dos estudantes do *campus*, por meio de entrevistas com eles e suas famílias, analisando suas trajetórias escolares, bem como as funcionalidades, potencialidades e dificuldades apresentadas, em estudos de caso que visam o desenvolvimento de estratégias para o alcance da formação profissional e cidadã. A Coordenadoria do NAPNE orienta o corpo docente e administrativo acerca das necessidades específicas dos estudantes e mantém diálogo permanente com o discente e sua família, com o objetivo de acompanhar o desempenho do estudante e contribuir com o trabalho educacional realizado.

O NAPNE também desenvolve projetos de extensão, ensino e pesquisa voltados à temática da acessibilidade curricular, realiza parcerias com outras instituições educacionais, reúne recursos pedagógicos e de tecnologia assistiva (materiais e livros em Braille, reglete, máquina de datilografar em Braille, *softwares* leitores de tela, plano inclinado, lupa, materiais adaptados, dentre outros) que possam apoiar o processo de ensino e aprendizagem; verifica a identificação acessível dos espaços e a acessibilidade arquitetônica; direciona discentes acompanhados pelo núcleo para requerimento de recursos para compra de materiais e equipamentos junto à Assistência Estudantil; divulga cursos e contribui com a formação continuada dos servidores no que tange à educação inclusiva; participa de fóruns e redes que abrangem os núcleos de acessibilidade das instituições federais, de forma a contribuir para o fortalecimento da inclusão das ações para acessibilidade na instituição.

Ações desenvolvidas pelo NAPNE nos anos de 2022/2023:

Ano	Tipo da ação	Título/descrição
2022	Projeto de extensão	Clube de Ciências Acessíveis: Metodologias e materiais didáticos para alunos com deficiência e dificuldades de aprendizagem
2022	Formação continuada para os servidores do <i>campus</i>	Parceria com a equipe de formação continuada na palestra sobre “Educação inclusiva de pessoas com cegueira e baixa visão”.

Ano	Tipo da ação	Título/descrição
2022	Ações universais	Visita de estudantes NAPNE à REATECH – Feira internacional de tecnologias em reabilitação, inclusão e acessibilidade.
2023	Projeto de extensão FIC	"Cocriação de atividades educacionais acessíveis"
		Libras Intermediário
2023	Projeto de Ensino	Educação Inclusiva por meio de Tutoria de Pares e Aprendizagem Cooperativa

No ano de 2023, são 23 estudantes atendidos pelo NAPNE com diferentes demandas, dentre as quais citam-se: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, Transtorno do Espectro Autista, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, entre outras necessidades não definidas.

A equipe do NAPNE é composta pela Coordenadora e por docentes e técnicos administrativos que compõem uma Comissão (Portaria SRQ n. 72/2023), além de profissionais terceirizados (ledora, psicopedagoga).

5.3.2 – NEABI

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas –NEABI é composto por servidores e estudantes do IFSP e tem por objetivo a promoção de estudos e ações sobre a temática das relações étnico-raciais na instituição educacional, fundamentadas nas Leis Nº 10.639/2003 e 11.645/2008, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas.

Tendo como base as leis supracitadas, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), regulamentado institucionalmente por meio da Portaria nº 2.687, de 28 de julho de 2015, tem por objetivo a promoção de estudos e ações sobre a temática das relações étnico-raciais na instituição. O núcleo foi criado para que as questões étnico-raciais, como o racismo e a xenofobia, não fiquem à margem e sejam tratadas com a devida seriedade nas ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do IFSP ou que estejam a ele vinculadas. O NEABI possui coordenação centralizada e é composto por servidores e estudantes de diversos

campus da instituição, representantes das Pró-Reitorias de Ensino, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão e membros da comunidade externa do IFSP.

No âmbito da atuação do NEABI no *campus* São Roque, diversas ações formativas e orientativas são desenvolvidas ao longo do ano. Em consonância aos marcos comemorativos e representativos da expressão da cultura afro-brasileira e indígena por meio de um calendário afirmativo construído pelo NEABI, mantemos ativamente diversas ações de ensino, extensão e pesquisa: como eventos, mesas-redondas, aulas públicas, formações continuadas, pesquisas, sempre com o compromisso de construir uma educação antirracista e libertária, que permita aos estudantes um conhecimento multifacetado e democrático, que corresponda de fato à diversidade racial e social da nossa comunidade.

Como forma de ação coletiva, desde 2018, o Coletivo Negro Dragão do Mar, formado por estudantes do ensino médio e superior, por docentes e servidores técnico-administrativos, busca trazer o debate das questões étnico-raciais para o *campus* São Roque.

Como forma de demonstrar a importância que as questões étnico-raciais corroboram para uma formação cidadã, a Direção Adjunta de Ensino do *campus* São Roque, elaborou um calendário dos eventos anuais em consonância ao calendário acadêmico, dentre os quais: o “Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial” (março), “Agosto Negro” (agosto) e “Dia da Consciência Negra” (novembro).

5.3.3 – NUGS

O Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade do IFSP (NUGS), regulamentado pela Portaria nº 5700/2021, tem a finalidade de promover ações com vistas a uma educação inclusiva e não-sexista que propiciem a equidade e a igualdade entre os gêneros, o combate à violência e à discriminação contra as pessoas LGBTQIAPN+, de modo a promover a valorização da diversidade, o respeito pela diferença e a preservação e ampliação dos direitos dessas pessoas. O NUGS está vinculado ao Gabinete da Reitoria e é composto por servidores e estudantes de diversos *campi* da instituição, representantes das Pró-Reitorias de Ensino, de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e de Extensão, além de membros da comunidade externa do IFSP.

O *campus* São Roque busca trabalhar e lutar permanentemente para a construção de uma educação inclusiva e não-sexista, que permita a compreensão da sua realidade local, das demandas oriundas das transformações sociais às quais a sociedade está submetida, em um

contexto cujo debate sobre gênero e sexualidade insere-se diretamente nos processos, nos discursos e nas ações de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, busca-se aproximar a temática sobre gênero e sexualidade em diversas ações de ensino e extensão, com o apoio do NUGS pelo seu caráter orientativo e formativo, que contribuem fortemente para o desenvolvimento de novos olhares, práticas e ações de combate à discriminação da população LGBTQIAPN+.

Compreendendo a importância do desenvolvimento de relações mais equânimes no *campus* São Roque do IFSP, no ano de 2023, vem sendo desenvolvido pela Direção Adjunta de Ensino, um projeto de pesquisa intitulado “O impacto da pesquisa-ação nas relações de gênero, relações interétnicas e relações entre estudantes com e sem deficiência no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo *campus* São Roque (São Roque /SP)”. Este estudo está vinculado ao Programa Escolas2030, do qual o Instituto Federal de São Paulo – *campus* São Roque é parte integrante como Escola Polo. O *campus* São Roque do IFSP se alinha ao Programa Escolas 2030, pois, conforme colocado pela UNESCO buscamos aprendizado além dos muros da escola e ao longo da vida, enfocando a formação do cidadão com pensamento crítico e com autonomia para a tomada de decisões que o impulsionem para uma vida digna e para uma sociedade mais equitativa e menos desigual (IFSP-SRQ, 2022). Cada escola polo está desenvolvendo um projeto de pesquisa-ação que visa a implantação de uma inovação pedagógica - no caso do *campus* São Roque, a inovação é a implantação da Metodologia da Aprendizagem Cooperativa e Solidária na educação básica (turmas de 1º ano dos cursos técnicos integrados ao ensino médio) - buscando o desenvolvimento de cinco dimensões de aprendizagem, quais sejam: colaboração, empatia, autoconhecimento, protagonismo e criatividade. A intenção da pesquisa sobre equidade é verificar se, por meio do processo de pesquisa-ação, o *campus* São Roque do IFSP está desenvolvendo a equidade de gênero, interétnica e de pessoas com e sem deficiência.

5.4 – Atuação dos órgãos colegiados

5.4.1 – Conselho de *campus*

O Conselho de *Campus* (CONCAM) é um órgão descentralizado e superior do *campus* com as mesmas competências do Conselho Superior do IFSP, de maneira delegada, para que sejam exercidas na unidade. O CONCAM possui competências deliberativas e consultivas e é composto pelo diretor-geral, representantes discentes, docentes, técnico-administrativos e da comunidade externa (estudante egresso, sociedade civil e poder público municipal ou estadual). Compete a ele apreciar a proposta orçamentária anual, aprovar o Projeto Político-Pedagógico (PPP), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e de ação, a proposta de criação, alteração curricular ou extinção de cursos no âmbito do *campus*, assim como regulamentos e normas internas nas matérias de sua competência deliberativa; aprovar diretrizes para atuação do IFSP e zelar pela execução de sua política educacional.

5.4.2 – Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é um órgão de função propositiva, consultiva e deliberativa no âmbito de cada curso de graduação para assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com as políticas e diretrizes da instituição. Composto pelo coordenador do curso, representantes docentes, técnico-administrativos e discentes, tem entre suas competências conduzir e aprovar os trabalhos de reestruturação do Projeto de Curso, emitir pareceres, estabelecer critérios e procedimentos de acompanhamento e avaliação do curso, avaliar as propostas de projetos e convênios etc.

5.4.3 – CEIC

A Comissão para Elaboração e Implementação de Projetos Pedagógicos de Cursos de Educação Básica (CEIC) tem como objetivo a elaboração e o desenvolvimento dos processos de implantação, reformulação, atualização, interrupção temporária da oferta de vagas e extinção

dos cursos da educação básica. A CEIC é composta por representantes docentes, técnico-administrativos, discentes e da comunidade externa e tem entre suas atribuições elaborar e revisar o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e acompanhar o curso de forma a assegurar o alinhamento e coerência das ações previstas.

5.4.4 – Conselho de Classe

Os Conselhos de Classe são organizados nos cursos da educação básica como instâncias consultivas (Conselho de Classe Pedagógico) e deliberativas (Conselho de Classe Deliberativo) e contam com a participação de todos os docentes da respectiva turma, do Coordenador do Curso, do Pedagogo e/ou Técnico em Assuntos Educacionais da Coordenadoria Sociopedagógica. O representante de turma recebe a convocação para o Conselho de Classe, mas sua participação é facultativa. As discussões e deliberações sobre questões relativas aos desempenhos individuais não contam com a presença dos representantes de pais e/ou responsáveis e de estudantes, garantindo a discricção necessária à vida acadêmica discente.

É presidido pelo Pedagogo ou Técnico em Assuntos Educacionais da Coordenadoria Sociopedagógica, e na ausência destes profissionais, pelo Coordenador de Curso. Acontece de acordo com as necessidades apontadas pelo Coordenador de Curso e/ou pela Coordenadoria Sociopedagógica, com periodicidade bimestral com o objetivo de acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, identificar progressos e dificuldades e propor encaminhamentos pertinentes.

O Conselho de Classe Consultivo se divide em três partes: na primeira os docentes fazem uma análise da turma identificando progressos, detectando dificuldades no processo de ensino e aprendizagem; na segunda, a Coordenadoria Sociopedagógica apresenta dados de evasão e outros que auxiliem a compreensão do panorama traçado na primeira parte e, também, propõe junto ao corpo docente, alternativas didático-pedagógicas a serem adotadas visando sanar as dificuldades encontradas na turma e de cada estudante; na terceira, os participantes fazem as considerações finais e, possíveis encaminhamentos, acerca da turma ou por estudante.

O Conselho de Classe Deliberativo é realizado no final do período letivo com o objetivo de analisar o processo de ensino aprendizagem do estudante, prevalecendo o aspecto qualitativo dos resultados obtidos pelos estudantes ao longo do período letivo. É dividido em três partes: na primeira, o Representante da Coordenadoria Sociopedagógica, faz uma análise

da ficha individual de avaliação do estudante na série/módulo; na segunda, o Conselho de Classe elabora o parecer pedagógico após consenso sobre a situação final do estudante na série/módulo com a devida fundamentação; na terceira, após a conclusão do Conselho de Classe, a Coordenadoria Sociopedagógica, encaminha a lista à Coordenadoria de Registros Acadêmicos, contendo a relação nominal dos estudantes submetidos ao conselho, devidamente assinadas pelos professores e Coordenador de Curso/Área.

5.4.5 – Comissão Própria de Avaliação

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é o órgão responsável pela implantação e desenvolvimento do Programa de Avaliação Institucional do IFSP. A CPA é responsável por articular e coordenar a avaliação interna da instituição, observando as diferentes dimensões do universo acadêmico. Há uma comissão central e uma subcomissão em cada *campus*. Estas subcomissões são formadas por diferentes membros, representantes dos vários segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada. Ao longo do ano, a subcomissão mobiliza a comunidade acadêmica para a participação e discussão dos resultados produzidos, o que ocorre por meio de reuniões e assembleias. Os resultados das atividades avaliativas são apresentados anualmente aos órgãos colegiados superiores e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) por meio de relatórios.

5.5 – Ações de Extensão

A Extensão configura-se como um espaço de produção de conhecimentos baseado na troca de saberes e experiências entre a Escola e a Sociedade. A Extensão compreende todas as ações formativas, culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que promovem a relação dialógica entre o IFSP e a comunidade externa. Tais ações devem estar baseadas na análise das necessidades e interesses da comunidade em que cada *campus* está inserido e articuladas com a vocação e a qualificação acadêmica dos docentes, técnicos administrativos e discentes envolvidos.

As ações de extensão podem ser caracterizadas como programa, projeto, curso de extensão, evento e prestação de serviço. Todas devem ser desenvolvidas com a comunidade

externa e a participação, com protagonismo, de estudantes. Além das ações, a Extensão é responsável por atividades que dialogam com o mundo do trabalho como o estágio e o acompanhamento de egressos. Desse modo, a Extensão contribui para a democratização de debates e da produção de conhecimentos amplos e plurais no âmbito da educação profissional, pública e estatal.

Reitera-se que as práticas extensionistas constituem aportes decisivos para a formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam, de algum modo, a reflexão sobre assuntos em voga. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para a reafirmação e a materialização dos compromissos éticos e solidários no que diz respeito às instituições de ensino públicas.

Neste contexto, o *campus* São Roque tem desenvolvido um conjunto de Ações Extensionistas a partir do aporte de editais institucionais na perspectiva de fomentar a realização de atividades interdisciplinares de caráter educativo, tecnológico, artístico, científico, social e cultural, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a comunidade interna e externa, visando à interação transformadora entre a comunidade acadêmica e a sociedade.

Nos últimos anos, além da execução de Projetos de Extensão, o *campus* São Roque do IFSP tem ofertado semestralmente Cursos de Formação Inicial e Continuada, propiciando a formação profissional para distintos grupos sociais, seja na modalidade EaD, ou presencialmente. Cabe destacar que estas Ações de Extensão são permeadas continuamente pela promoção de Eventos, fortalecendo o intercâmbio com a comunidade externa, a difusão de conhecimentos e saberes e promovendo maior integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Com respeito aos projetos de extensão, em 2023, o IFSP-SRQ contempla 13 projetos em execução, sendo eles: “Cinedebate: Cinema in Roque”, “Reaproveitamento de Resíduos Sólidos na perspectiva da Economia Solidária: oportunidades que vêm do lixo”, “Juventude Tetsu no IFSP: traçando rumos equitativos para o futuro ingresso no Instituto”, “Educação ambiental na prática: além dos muros do IFSP Câmpus São Roque”, “Projeto 1º ano – Curricularização da Extensão do curso Tecnologia em Viticultura e Enologia”, “IFSP câmpus São Roque e Educação Humanitária, conexão para o bem-estar entre os seres humanos, animais não humanos e o meio ambiente”, “SSAN e Ancestralidade: O Bem Viver das mulheres quilombolas do Quilombo Revolucionário do Carmo”, “Ensino de Matemática e Geogebra”,

“Saberes afro-brasileiros na roda de capoeira: experiências, aprendizagens e identidade cultural no IFSP/SRQ”, “BAD 1 Genesis”, “Letramento racial: promoção da cultura de paz no meio escolar”, “Projeto de Musicalização CaliFonia” e “Núcleo de Estudos em Gênero, Raça e Agroecologias-NEGRAS”. Tais projetos contam com 10 bolsas discentes e 34 discentes voluntários. Além disso, a Coordenação de Extensão (CEX-SRQ), neste ano, já apoiou 66 eventos do *campus*, tais como visitas técnicas, palestras, aulas abertas, encontros, oficinas entre outros.

No IFSP o estágio é regulamentado pela Portaria Normativa nº 70/2022, que dispõe sobre o estágio, caracterizando os tipos de estágio como “obrigatório”, que é aquele cuja carga horária é requisito para a integralização do curso, sem a qual não há aprovação e obtenção do certificado/diploma; e, “não-obrigatório”, que é aquele desenvolvido como atividade opcional, complementar, sendo acrescido à carga horária obrigatória do curso e constando no histórico escolar do discente. No *campus* São Roque do IFSP são ofertados os dois tipos de estágio, com acompanhamento dos professores orientadores de estágio. Cada curso dispõe de um ou dois professores orientadores, os quais vão fazer o acompanhamento dos discentes quando estes estão estagiando em outras organizações, sejam públicas, privadas ou da sociedade civil organizada. Na organização onde o estudante se vincula como estagiário, é obrigatória a designação de um supervisor de estágio para acompanhar e orientar as ações no local do estágio. O estágio no *campus* São Roque do IFSP está vinculado diretamente à Direção Adjunta de Ensino e conta com uma servidora Técnica em Assuntos Educacionais para acolher as demandas, orientar e colaborar com professores orientadores, estudantes estagiários e outros que necessitem de informações sobre oportunidades de estágio.

5.6 – Ações de Pesquisa

As ações de pesquisa estão voltadas à produção e à divulgação de conhecimentos e saberes científicos e tecnológicos por meio da investigação de fatos a fim de prover melhorias da condição da vida coletiva. É, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade de todos os sujeitos envolvidos (estudantes de diferentes níveis, servidores e comunidade), promovendo, como consequência, o avanço social.

As atividades de pesquisa são conduzidas, em sua maior parte, por meio de grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nos quais pesquisadores e estudantes se organizam em torno de inúmeras linhas de investigação. O IFSP mantém continuamente a oferta de bolsas de iniciação científica e de desenvolvimento tecnológico e inovação, o fomento para participação em eventos científicos e ações de incentivo para a captação de recursos em agências ou órgãos de fomento, com a finalidade de estimular o engajamento estudantil em atividades dessa natureza.

O IFSP também mantém diversas ações para fomentar o engajamento estudantil nas atividades de iniciação científica e de desenvolvimento tecnológico e inovação, participação em eventos científicos e ações de incentivo para a captação de recursos em agências ou órgãos de fomento. Essas ações são descritas a seguir:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): Visa apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica, objetivando despertar vocação científica e proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): Tem por objetivo estimular os jovens do ensino superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação, além de contribuir para a formação e inserção de estudantes em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, fortalecendo a capacidade inovadora das empresas no País. Semelhante ao que foi dito para o PIBIC, o PIBITI também coloca o bolsista em contato com a cultura científica ao proporcionar ao bolsista a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa e o consequente desenvolvimento do pensamento científico.
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM): Incentiva os alunos do ensino médio e/ou técnico nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação, fortalecendo o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos

ao desenvolver atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes.

- O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo (PIBIFSP): Por meio da interação entre pesquisadores produtivos e alunos de diferentes níveis de ensino, esse programa proporciona a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, despertando a vocação científica entre os estudantes de nível médio e superior por meio da participação em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, bem como estimular o interesse pela pós-graduação e o surgimento de grupos de pesquisa no IFSP.
- Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou Tecnológica (PIVICT): Diz respeito aos projetos de iniciação científica e/ou tecnológica sem pagamento de bolsa, com a possibilidade de certificação aos participantes pelo IFSP, e aos que contarem com recursos provenientes de agências oficiais de fomento ou geridos por Fundação de Apoio ao IFSP.

Além das atividades citadas acima, existem ainda outras iniciativas da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRP) e da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRD) que visam permitir a solicitação de auxílio financeiro para publicação de trabalhos em periódicos científicos e tecnológicos, como o Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para servidores (PIPECT) e viabilizar a participação dos discentes em eventos científicos e/ou tecnológicos, visando a divulgação das produções do IFSP, como o Programa Institucional de Incentivo à Participação Discente em Eventos (PIPDE).

No *campus* São Roque são realizadas anualmente a Jornada de Produção Científica e Tecnológica e Ciclo de Palestras Tecnológicas do *campus* São Roque do IFSP (CIPATEC), organizada pela Coordenadoria de Pesquisa e Inovação (CPI), e as semanas dos cursos de Administração, Tecnologia em Viticultura e Enologia, Tecnologia em Gestão Ambiental e Licenciatura em Ciências Biológicas, em que os diversos trabalhos científicos desenvolvidos no *campus* são apresentados para a comunidade interna e externa ao IFSP.

Atualmente, o maior desafio da pesquisa é que objetos a serem pesquisados precisam estar interligados às necessidades da sociedade para que ocorra uma reflexão social, além dos

objetivos meramente técnicos/científicos, fazendo com que a pesquisa também tenha compromisso social.

Não é possível desenvolver pesquisas relevantes para a sociedade se a Universidade, o Instituto Federal e os pesquisadores não estiverem em contato direto com a sociedade e as suas necessidades. Assim, as ações de extensão têm papel fundamental na ligação entre ciência e a sociedade. A relação entre pesquisa e extensão ocorre sobretudo pelo papel que esta passa a desempenhar enquanto criadora e recriadora de conhecimentos que serão capazes de contribuir com o desenvolvimento da sociedade.

Como maior produtora de pesquisa no país, a comunidade acadêmica precisa caminhar na direção das necessidades sociais. Para isso uma mudança estrutural do comportamento acadêmico não só nas bases (docente, discente e técnico-administrativo) como também numa nova visão de integração das Pró-Reitorias, colegiados e administração superiores das universidades.

Dentro da visão relatada até agora, o IFSP também tem como desafio articular ensino e pesquisa, uma vez que a produção de conhecimentos contextualizados com as necessidades da sociedade permite a formação de recursos humanos capazes de dar resposta aos desafios da realidade. Para conseguir tal objetivo é importante que os professores estejam pedagogicamente preparados, apliquem metodologias de ensino adequadas e construam com seus educandos conhecimentos que cumpram os requisitos curriculares, ao mesmo tempo em que permitam a aplicação indissociável do ensino, pesquisa e extensão de maneira transformadora contribuindo para a formação da sociedade do conhecimento. Para isso, nada melhor que professores, estudantes e pessoal técnico-administrativo estejam também envolvidos com atividades de pesquisa e extensão.

As ações do IFSP que fortalecem o tripé ensino, pesquisa e extensão permitem que professores, alunos e população sejam, além de sujeitos, atores no ato de aprender e de produzir conhecimentos e formar recursos humanos e de fortalecer o tripé ensino, pesquisa e extensão.

5.7 – Ações pós-pandemia

No início de 2020, a pandemia da Covid-19 impôs a suspensão das atividades acadêmicas presenciais nos *campi* do IFSP, a reorganização dos calendários escolares e a implementação do ensino remoto emergencial. Somente no final de 2021 teve início o retorno gradual das atividades presenciais. Muitos foram os desafios enfrentados pelos servidores e estudantes durante esses quase dois anos de ensino remoto e a retomada das aulas presenciais trouxe novos desafios a todos.

O *campus* São Roque do IFSP, nos primeiros meses de pandemia, ofereceu ações de acolhimento aos estudantes por meio da manutenção do vínculo dos professores com os estudantes nas plataformas digitais, redes sociais, entre outros. Em paralelo organizou uma grande comissão com representantes dos setores, dos cursos, país, estudantes de todos os níveis para a discussão dos problemas que surgiam e para a tomada de decisões coletivas acerca das soluções encontradas. Foram realizadas diversas reuniões com docentes e servidores técnico-administrativos para estabelecer as estratégias de ação para a realização das atividades de ensino dos cursos de forma remota. Professores e servidores realizaram diversos cursos de formação continuada para dar conta da demanda que surgia. Naquele contexto, houve professores que propuseram a construção/elaboração de um blog para trabalhar com os discentes aspectos socioemocionais provocados pelos primeiros meses de isolamento social.

Também foram oferecidos kits de alimentação aos estudantes, bem como chip de celular com dados móveis para acesso à internet, além de auxílio internet (este último apenas no ano de 2020) para favorecer condições mínimas de dignidade às famílias cujas rendas ficaram prejudicadas pelo isolamento social e para colaborar para a conectividade dos estudantes para o acesso às aulas remotas. Um grupo de pais dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio formaram uma rede de apoio e conseguiram doações de equipamentos para entrega aos estudantes que não dispunham. Foram doados *notebooks*, celulares e *tablets* aos estudantes que se indicaram demanda.

Com base nessas ações o *campus* São Roque do IFSP pôde iniciar a oferta dos cursos técnicos, superiores e pós-graduação de maneira remota, via plataforma *moodle* para todos os estudantes do *campus*. O corpo docente e os técnicos-administrativos dos setores de ensino se mobilizaram para a manutenção do vínculo e do acolhimento aos estudantes. Foram assinadas bibliotecas virtuais para que os estudantes pudessem realizar pesquisas e dar continuidade aos

estudos remotamente. Os servidores dos setores administrativos também se mobilizaram para o pronto atendimento às novas demandas que surgiam. Foram criados novos canais de comunicação institucional (*whatsapp business*) para facilitar o acesso do público aos servidores do *campus*. Houve um esforço também para modificação dos processos que anteriormente eram realizados presencialmente, por meio de entrega de documentos físicos, passando-se a processos eletrônicos, os quais permitiram que as pessoas se mantivessem no isolamento social ao mesmo tempo em que tinham acesso ao *campus* de maneira virtual.

O retorno presencial no ano de 2022 trouxe novos desafios. Crises de ansiedade, depressão, dificuldade de relacionamento interpessoal foram observados tanto nos estudantes de todos os níveis como nos servidores. O *campus* São Roque investiu novamente em ações de acolhimento por meio de rodas de conversa entre o psicólogo do *campus* e os estudantes; formação continuada e rodas de conversa com profissionais psicólogos para os servidores; ações diversas, como eventos artístico-culturais, visando desenvolver novamente o sentimento de pertença ao *campus* foram algumas das estratégias adotadas.

Ainda no ano de 2023 observam-se os efeitos da pandemia de Covid-19. Nesse sentido, o *campus* tem promovido ações junto aos estudantes como atividades envolvendo princípios da justiça restaurativa, como técnicas de escuta ativa visando a melhoria dos relacionamentos interpessoais. As equipes de ensino estão atentas e ativas na escuta das demandas dos estudantes e no encaminhamento de soluções. As ações propostas no âmbito do Programa Escolas 2030, do qual o IFSP São Roque faz parte como escola polo também têm sido direcionadas para a promoção da colaboração, empatia, autoconhecimento e outras dimensões de aprendizagem que favorecem a formação integral e o acolhimento às demandas socioemocionais que têm surgido. A equipe de formação continuada em conjunto com a direção do *campus* também está contribuindo por meio da organização de eventos para os servidores cuja temática central é a saúde emocional no pós-pandemia.

O diálogo constante com pais e estudantes também contribuem para o diagnóstico de demandas sejam elas socioemocionais e/ou de aprendizagem. E conforme cada caso que se apresenta, os servidores técnico-administrativos ou docentes buscam soluções, sejam elas por meio de atendimento por parte da equipe sociopedagógica e NAPNE, sejam por meio dos coordenadores de curso e professores, que têm ofertado plantões de dúvidas e projetos de ensino que colaboram para as dificuldades enfrentadas pelo corpo discente.

Referências

- ABNT. NBR 9050, 2020. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 de agosto de 2023.
- BRASIL. *Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em 01 de agosto de 2023.
- BRASIL. *Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em 01 de agosto de 2023.
- BRASIL. *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 01 de agosto de 2023.
- BRASIL. *Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em 01 de agosto de 2023.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 01 de agosto de 2023.
- BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/2003/L10.639.htm#art1. Acesso em: 02 set. 2023.
- BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 02 set. 2023.
- BRASIL. *Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em 01 de agosto de 2023.
- BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 01 de agosto de 2023.
- BRASIL. *Portaria MEC nº 3.284, de 7 de novembro de 2003*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em 01 de agosto de 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. In: *Inclusão - Revista da Educação Especial*. Brasília, DF: v.4, n.1, p.9-17, Jan/Jul. 2008.

IFSP. Portaria nº 2587, de 28 de julho de 2015. Disponível em:
https://itq.ifsp.edu.br/images/NEABI/home/Portaria_2587_28_07_2015_Regulamento_Interno_NEABI.pdf. Acesso em: 02 set. 2023.

IFSP. Portaria nº 5700, de 25 de outubro de 2021. *Aprova o Regulamento do Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo*. Disponível em:
https://ifsp.edu.br/images/reitoria/Nucleos/Nugs/Regulamento_Ncleo_de_Estudos_sobre_Genero_e_Sexualidade_NUGS_GAB.pdf. Acesso em: 02 set. 2023.

Capítulo 6 – Plano de ação: diagnóstico, objetivos e ações

Alcançar a excelência no processo de ensino e aprendizagem requer o reconhecimento dos obstáculos que se apresentam ao longo da jornada educacional. Esses desafios englobam a reestruturação do trabalho pedagógico em todos os níveis da instituição escolar, demandando a condução de uma análise abrangente para identificar os problemas principais, além de estabelecer estratégias concretas para superá-los. Dessa forma, com base nas contribuições advindas de reuniões com a comunidade - estudantes e servidores - para a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), assim como contribuições originárias do trabalho da Comissão Própria de Avaliação (CPA), são apresentados a seguir os desafios institucionais que demandam abordagem no *campus*, acompanhados por um plano de ação.

6.1 - Dimensão: Ensino					
<i>Eixos</i>	<i>Diagnóstico</i>	<i>Objetivos e metas</i>	<i>Ações</i>	<i>Prazos</i>	<i>Responsáveis</i>
Formação Continuada	Demanda por formação continuada sobre integração curricular	Identificar formadores e proporcionar ações de formação no formato de oficinas de integração curricular	Promover curso de formação continuada em formato de oficinas que permitam aos docentes traçarem estratégias de integração curricular	2024	DAE, Comissão de Formação Continuada, Coordenadores EMI e Licenciaturas
Formação Continuada	Demanda por trocas de experiências em Integração Curricular	Favorecer trocas de experiências entre os <i>campi</i> do IFSP e entre IFs a respeito de integração curricular	Propor um evento científico que envolva rodas de conversa, debates e trocas de experiências sobre integração curricular	2025	DAE, Comissão de Formação Continuada, Coordenadores de Curso EMI e Licenciaturas
Formação Continuada	Demanda por formação continuada em Avaliação e Aprendizagem	Incentivar e fortalecer o debate sobre os processos de ensino e aprendizagem, bem como seus processos avaliativos	Discutir e compreender os conceitos de postura avaliativa e formas de avaliação da aprendizagem	2024	DAE, Comissão de Formação Continuada e Coordenadores de Curso

Permanência e Êxito	<p>Falta de sistematização das ações de permanência e êxito e de planejamento adequado para otimizá-las e ampliá-las</p> <p>Conscientização de que todas/os são responsáveis pela permanência e êxito</p>	<p>Sistematizar ações de permanência e êxito que já são realizadas</p> <p>Diagnosticar causas de evasão em todos os cursos</p> <p>Propor ações efetivas para combate à evasão</p> <p>Estabelecer um processo de conscientização da comunidade acadêmica sobre a permanência e êxito estudantil</p>	<p>Elaborar um plano de trabalho para a Subcomissão de Permanência e êxito em conjunto com a Comissão Central</p> <p>Implantar as ações propostas no plano de trabalho</p> <p>Promover espaços de discussão sobre a permanência e êxito estudantil, de forma que cada servidor/a; estudante e familiar compreendam sua importância nesse processo</p>	2023 / 2024	Comissão Central de Permanência e Êxito e Subcomissão de Permanência e Êxito Todos/as servidores/as; estudantes e familiares
Permanência e Êxito	Alguns cursos têm tido uma taxa de evasão alta, o que prejudica o próprio curso e seus indicadores	Combater a evasão no <i>campus</i> , em todos os cursos	Acompanhamento das faltas dos discentes, da comunicação com eles e por meio de ações preventivas. Assim como eventuais reformulações de PPCs	2023-2028	Professores, coordenadores de curso, CRA, CSP, comissão de permanência e êxito.
Permanência e Êxito	Muitos alunos têm levado muito tempo para integralizar todos os créditos dos cursos	Diagnosticar os motivos que levam ao aumento do tempo de integralização de curso	Investigação com os docentes a respeito do tema; novo oferecimento de disciplinas perdidas; acompanhamento de matrículas de vínculo	2023-2028	Coordenadorias de cursos superiores e pós-graduação; CSP, CRA, Comissão de Permanência e Êxito
Balizadores	Os balizadores do Ensino Técnico ainda não estão satisfatórios	Ampliar a oferta de vagas para o ensino técnico	Abertura de uma nova turma do curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio	2024-2025	Equipe diretiva, coordenadores de curso, CEICs, professores

Balizadores	Os balizadores do Ensino Técnico ainda não estão satisfatórios	Ampliar a oferta de vagas para o ensino técnico	Abertura de um curso Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio	2025	Equipe diretiva, coordenadores de curso, CEICs, professores
Balizadores	Possibilidade de ampliação de eixo “Desenvolvimento Educacional e Social” para atender demanda	Ampliar a oferta de vagas no Eixo “Desenvolvimento Educacional e Social”, atendendo a uma demanda da comunidade externa	Abertura de uma Licenciatura em Pedagogia	2025	Equipe diretiva, NDEs, professores
Divulgação	Baixa procura por matrícula em alguns cursos superiores	Aumentar a divulgação externamente dos cursos do <i>campus</i>	Participar em feiras e eventos na cidade e região; divulgação nas mídias digitais, tanto pelas páginas do IFSP como por publicidade	2024 - 2028	Equipe diretiva, coordenadores de curso, comissão de divulgação
NAPNE/Ações Inclusivas	Necessidade de apropriação da Coordenação do NAPNE Organização dos materiais e acomodação da coordenação e demais colaboradores do NAPNE (psicopedagoga, ledora, monitora de inclusão, assim como outros profissionais que venham a ser contratados). Falta de espaço	Apropriação da sala destinada à Coordenação do NAPNE para a organização dos materiais e acomodação da coordenação e demais colaboradores do NAPNE (psicopedagoga, ledora, monitora de inclusão, assim como outros profissionais que venham a ser contratados).	Organizar e ocupar o espaço dedicado ao Napne e equipe, após a conclusão das reformas no campus.	2024 - 2028	Equipe do Napne

	para gravação de vídeos em LIBRAS				
NAPNE/Ações Inclusivas	Falta de espaço para gravação de vídeos em LIBRAS.	Estúdio de Audiovisual para a gravação de vídeos institucionais e de vídeos em Libras	Destinar espaço para Estúdio Audiovisual Buscar recursos para investimento em equipamentos de audiovisual	Até 2026	PRE / PRA DRG; DAA; Coordenação do NAPNE
NAPNE/Ações Inclusivas	Falta de fluxo contínuo de profissionais para suprir as necessidades de atendimento dos alunos NAPNE, de forma rápida.	Estabelecer ações de planejamento de junto à PRE e PRA para atendimento mais ágil e contínuo às contratações de profissionais AEE	Incluir no orçamento do <i>campus</i> a previsão de contratação temporária a cada ano, visando cobrir eventuais atrasos no repasse de verbas e/ou trâmites contratações	2024	PRE / PRA DRG; DAA; Coordenação do NAPNE
NAPNE/Ações Inclusivas	Falta de fluxo definido para realização dos PEIs	Validar e disponibilizar orientações e definição de fluxo para construção de PEI no <i>campus</i> ;	Produzir documentos norteadores e capacitar equipes dos NAPNEs Criar modelos próprios para preenchimento direto no SUAP. Viabilizar módulo NAPNE no SUAP.	Até 2025	PRE / PRD DRG; DAE; Coordenação do NAPNE
NAPNE/Ações Inclusivas /Tecnologias	Faltam alguns materiais para a inclusão de estudantes com deficiência visual	Criar um acervo de tecnologias assistivas para estudantes com deficiência visual	Identificar os materiais e tecnologias que devem ser adquiridas. Comprar e receber doações de materiais; catalogar	2024-2028	PRE/PRA/ DRG; DAA; DAE, NAPNE coordenações, professores, CSP

Visando a melhor organização de algumas das contribuições dos estudantes a respeito

da dimensão Ensino, optamos por deixá-la adiante, no item 6.1.1.

6.1.1 Dimensão: Ensino (ESTUDANTES)					
<i>Eixos</i>	<i>Diagnóstico</i>	<i>Objetivos e metas</i>	<i>Ações</i>	<i>Prazos</i>	<i>Responsáveis</i>
Pedagógico	Necessidade de mais atividades práticas e visitas técnicas	Ofertar mais atividades práticas e visitas técnicas integradas às propostas pedagógicas dos cursos	Estabelecer parcerias para visitas técnicas próximas ao <i>campus</i> Ampliar as visitas técnicas em cada curso, de acordo com os planos de ensino e disponibilidade orçamentária para transporte Ampliar atividades práticas em todos os cursos	2024	DAE, Coordenadores de Curso e Docentes
Pedagógico	Pressão no final do semestre em relação às avaliações	Planejar, organizar e estabelecer ações visando a efetiva integração curricular	Organizar um cronograma processual de atividades avaliativas, buscando equilibrar provas e trabalhos Valorizar os diferentes instrumentos avaliativos e não somente as provas Diversificar as formas avaliativas, valorizando os diferentes perfis de estudantes e consultá-los sobre outras possibilidades, conforme os perfis das turmas e dos cursos.	2024	DAE, Coordenadores de Curso e Docentes
Pedagógica / Integração	Falta de integração de educação ambiental nos cursos das outras áreas	Envolver estudantes de todos os cursos em ações a respeito da educação ambiental	Promover eventos e ações de Educação Ambiental em todos os cursos e envolver os estudantes dos cursos que não são ligados diretamente à Gestão Ambiental Combinar com os docentes e coordenações dos demais cursos, a participação dos	2024	Coordenadores de Curso, docentes e discentes

			estudantes nos eventos promovidos na área de Educação Ambiental.		
--	--	--	--	--	--

6.2 - Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-graduação					
<i>Eixos</i>	<i>Diagnóstico</i>	<i>Objetivos e metas</i>	<i>Ações</i>	<i>Prazos</i>	<i>Responsáveis</i>
Pesquisa em Educação	Necessidade de apoio às ações de pesquisa na área de educação	Incentivar a continuidade das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa Escolas 2030	<p>Apoiar ações da equipe base do Programa Escolas2030</p> <p>Participar das pesquisas científicas realizadas pela equipe base do Programa Escolas2030</p> <p>Mobilizar docentes e servidores técnicos-administrativos no engajamento às ações propostas no âmbito dos projetos de pesquisa e dos processos de ensino e aprendizagem</p>	2024	DAE, Equipe base do Programa Escolas 2030, Coordenadores de Curso, CPI, Comissão de Pesquisa
Fortalecimento das Pesquisas em Viticultura e Enologia	Demanda pela implantação de uma mini vinícola para o curso de TVE	Buscar recursos e parcerias para a implantação da mini vinícola no <i>campus</i>	<p>Dar continuidade às parcerias já estabelecidas;</p> <p>Grupo de trabalho para a busca de recursos que viabilizem a mini-vinícola</p>	2023/2024	PRP; PRA; DRG; DAA; Equipe de TVE

Pós-Graduação	Atender demandas da comunidade por novas pós-graduações	Ampliar a oferta de vagas na pós-graduação Lato Sensu, atendendo a uma demanda da comunidade externa	Abertura de uma Especialização em Educação em Direitos Humanos	2025/2026	Equipe diretiva, Colegiados, professores
Pós-Graduação	Atender demandas da comunidade por novas pós-graduações	Ampliar a oferta de vagas na pós-graduação Lato Sensu, atendendo a uma demanda da comunidade externa	Abertura de uma Especialização em no eixo “Gestão e Negócios”, variando entre quatro temas: Gestão organizacional, Finanças corporativas, Gestão de talentos e Marketing e produção	2025-2026	Equipe diretiva, Colegiados, professores
Pós-Graduação	Atender demandas da comunidade por novas pós-graduações	Realizar estudo sobre a viabilidade de um mestrado profissional	Formação de um grupo de estudos para verificar a viabilidade da abertura de um mestrado	2024-2028	Equipe diretiva, professores
Pós-Graduação	Currículo da pós-graduação em MECN desatualizado	Aumentar procura pelo curso e atualização do currículo	Reformulação do PPC da pós em MECN	2023-2024	Reitoria, equipe diretiva, coordenação, alunos e professores

6.3 - Dimensão: Extensão

<i>Eixos</i>	<i>Diagnóstico</i>	<i>Objetivos e metas</i>	<i>Ações</i>	<i>Prazos</i>	<i>Responsáveis</i>
--------------	--------------------	--------------------------	--------------	---------------	---------------------

Projetos de extensão	Necessidade de apoio à continuidade de projetos de extensão com histórico de oferta no <i>campus</i>	Incentivar e apoiar a continuidade de projetos de extensão com histórico de oferta no <i>campus</i>	Fortalecer grupos de docentes e TAEs que tenham projetos de extensão com histórico de oferta, mantendo-os mobilizados na continuidade destas ações	até 2026	CEX e Comissão de Extensão
Curricularização da Extensão	Necessidade de articular melhor as ações de curricularização da extensão	Sistematizar as primeiras experiências em curricularização da extensão Propor ações de fortalecimento e ampliação das iniciativas de curricularização da extensão Criar um programa que permita inclusão de projetos de curricularização da extensão para todos os cursos do <i>campus</i>	Diagnosticar as dificuldades encontradas pelos docentes/cursos Propor alternativas por meio da busca de parcerias Promover espaços de trocas de experiências entre os cursos Buscar soluções conjuntas que otimizem esforços	até 2026	CEX, Coordenadores de Curso; NDEs, Colegiados de Curso; DAE.

6.4 - Dimensão: Administrativa

<i>Eixos</i>	<i>Diagnóstico</i>	<i>Objetivos e metas</i>	<i>Ações</i>	<i>Prazos</i>	<i>Responsáveis</i>
Infraestrutura	Falta de espaço físico apropriado para atendimento formativo do aluno NAPNE e seus familiares; aplicação de	Implantação de uma sala de recursos multifuncionais (recursos pedagógicos apropriados para atendimento aos	Destinar o espaço físico, buscar recursos e equipar a sala de recursos multifuncionais; o centro de	Até 2025	DRG, DAA, DAE, NAPNE

	provas, atividades de treinamento de habilidades Napne.	estudantes com necessidades específicas)	idiomas e a mini vinícola		
Infraestrutura	Necessidade de implantação do Centro de Línguas (CELIN)	Estruturar o Centro de Idiomas (CELIN)	Destinar o espaço físico, buscar recursos e o Centro de Línguas (CELIN)	2024	DRG, DAA, DAE, Professoras de Linguagens
Infraestrutura	Faltam equipamentos e mobiliário para o laboratório de gestão	Investimentos em equipamentos e mobiliário para o laboratório de gestão	Buscar recursos financeiros para o investimento em equipamentos e mobiliário do laboratório de gestão	2023-2024	Reitoria, equipe diretiva, docentes da área de gestão
Infraestrutura	Implantação da Mini Vinícola	Estruturar e implantar o projeto da mini vinícola	Destinar o espaço físico, buscar recursos e equipar a mini vinícola,	2024	DRG, DAA, DAE, Professores de Viticultura e Enologia
Infraestrutura para representações estudantis	Necessidade de ter espaço físico adequado para as representações estudantis (Grêmios, Atlético; Centros Acadêmicos)	Resolver a questão legal referente à casinha Reformar a casinha	Buscar soluções junto à Prefeitura para resolver as pendências legais relativas à casinha Reformar a casinha para que sejam construídas salas para as representações estudantis	2024/2025	DRG, DAA, DAE PRA, PRE/DAEST
Infraestrutura	Desgaste do espaço	Melhorar ginásio	Reforma	2024-2028	Reitoria, equipe diretiva, setor administrativo
NAPNE / Ações inclusivas	O reflexo das luminárias nos quadros de vidro atrapalha os	Melhorar a acessibilidade visual das salas de aula,	Substituir as lousas de vidro por outras mais opacas	2024	DRG; DAA; CAP

	alunos com baixa visão, especialmente nas salas 17 e 18.	particularmente, as salas 17 e 18,			
NAPNE / Ações inclusivas	Falta de recursos e equipamentos para produção e adaptação de atividades acessíveis aos alunos, tais como impressora 3D, plastificadora, impressora colorida.	Ampliar os recursos e equipamentos do Napne, conforme disponibilização orçamentária e discussão de prioridades junto à equipe.	Incluir essas demandas de recursos no orçamento do <i>campus</i> , conforme disponibilidade orçamentária. Estabelecer fluxo via Napne para solicitação de impressões coloridas sempre que houver demanda.	Até 2026	DRG; DAA; NAPNE
NAPNE / Ações inclusivas	Falta de acessibilidade no site do <i>campus</i> .	Enviar documentos com orientações de acessibilidade para a equipe responsável pelo site;	Estudar os materiais sobre acessibilidade de documentos compartilhados pelo CTA do IFRS Contatar a equipe do CTA do IFRS para orientações e formação da equipe em relação a acessibilidade de sites e documentos Compartilhar informações e orientações sobre acessibilidade em sites institucionais e em documentos na Página do Napne – IFSP-SRQ	2026	PRD-PRE DRG; CTI; NAPNE Setor / NAPNE comissão

NAPNE / Ações inclusivas	As placas identificadoras dos espaços não são acessíveis para as pessoas com baixa visão.	Atualizar e corrigir quando necessário, todas as placas de acessibilidade, respeitando padrões de Desenho Universal;	Fazer a substituição das placas atuais por outras, com textos em alto contraste.	2026	NAPNE setor/ NAPNE comissão / DAA-CAP
NAPNE / Ações inclusivas	Pouca adesão dos setores às reuniões do NAPNE. Melhorar o compromisso com a causa da inclusão	Ampliar a participação dos servidores da própria comissão nas reuniões do Napne	Viabilizar o cômputo das horas dedicadas ao NAPNE no plano de trabalho dos servidores técnicos-administrativos. Estabelecer um plano de trabalho interno do setor e do seu “colegiado” que indique possíveis tarefas sob a responsabilidade de cada membro (por ex., a acessibilidade do site fica com representante da TI, organização de eventos com os membros X e Y, gestão dos dados com o secretário, etc.)	2024	DRG / DAA / DAE NAPNE
NAPNE/Ações Inclusivas	Falta de acesso ao SUAP para os profissionais terceirizados.	Favorecer o acesso aos profissionais terceirizados ao SUAP	Criar um usuário temporário para o acesso ao SUAP ou fornecer outra solução técnica equivalente para as demandas levantadas.	2023/2024	CTI - DTI - PRD
Infraestrutura	Falta de salas para reuniões	Melhorar espaço para professores	Construção de novas salas	2024-2028	Reitoria, equipe

					diretiva, setor administrativo
Infraestrutura	As condições atuais não atendem à demanda	Investimento em equipamentos para a melhoria da internet	Trocar cabeamento e investir e tecnologia mais avançada	2024-2028	Reitoria, equipe diretiva, CTI

Capítulo 7 – Construção, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico

A elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) do *campus* São Roque foi conduzida em conformidade com as normativas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Especial atenção foi dada às estratégias diversificadas visando a participação da comunidade escolar, incluindo profissionais da educação e estudantes. O processo não se limitou ao mero cumprimento de requisitos legais, mas serviu como uma oportunidade valiosa para engajamento coletivo na definição das metas e compromissos educacionais do *campus*.

Estava claro desde o início que um dos maiores desafios seria garantir a participação ativa e o envolvimento da comunidade escolar. Contudo, seguindo as diretrizes apontadas por Veiga (1998), a legitimidade do PPP é reconhecida principalmente por meio dessa ampla participação. Dessa forma, o ambiente de discussão foi cuidadosamente planejado para favorecer o pluralismo de ideias e o respeito às diferentes perspectivas apresentadas.

O diagnóstico inicial da realidade do *campus* São Roque serviu como ponto de partida para a identificação das necessidades e interesses da comunidade escolar. Com essa base, procedeu-se à formulação clara dos objetivos, princípios e pressupostos pedagógicos que guiariam o projeto. Políticas e ações institucionais foram então definidas, culminando na elaboração de um plano de ação específico.

Mecanismos de avaliação e monitoramento foram incorporados para assegurar a eficácia e a atualização contínua do PPP. Este enfoque integrado e participativo não só permitiu a criação de um Projeto Político Pedagógico alinhado com as necessidades e aspirações da comunidade, como também reforçou o compromisso com a excelência educacional no *campus* São Roque.

7.1 – Processo de construção do PPP

A elaboração do Projeto Político Pedagógico foi realizada em conformidade com o cronograma inicial proposto pela Pró-Reitoria de Ensino, tendo poucos atrasos em relação à proposta inicial, tal como descrito na figura a seguir e apresentado logo no início à toda a comissão envolvida e posteriormente à comunidade escolar.



Figura 2: Cronograma de elaboração do Projeto Político-Pedagógico

Para a escrita dos primeiros capítulos, tivemos como base o documento do PPP anterior, os arquivos e orientações da Diretoria de Articulação Pedagógica (DAPE/PRE), o levantamento de informações feito pelos setores responsáveis, as consultas e documentos produzidos para o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), além de reuniões da Comissão responsável pela elaboração do PPP para discussão e mobilização da comunidade acadêmica em torno dos temas relacionados diretamente ao PPP, consultas na página institucional do *campus* e ações específicas de mobilização realizadas no *campus* após uma versão preliminar do texto.

Após a formação da comissão, foram feitos diversos encontros on-line entre os membros da comissão. Nestas reuniões as tarefas eram divididas, bem como as estratégias de diálogo com os servidores dos diferentes setores, estudantes atendidos pelo *campus* e membros da comunidade.

Após a disponibilização de uma versão preliminar e ainda incompleta, houve nova mobilização via *site*, divulgação nos cursos, e-mail institucional e criação de um varal para que todos pudessem enviar contribuições críticas relacionadas a esta versão e, principalmente, as contribuições relacionadas ao diagnóstico e plano de ação.



Figura 3: O que é o PPP – publicada em rede social do campus São Roque do IFSP.

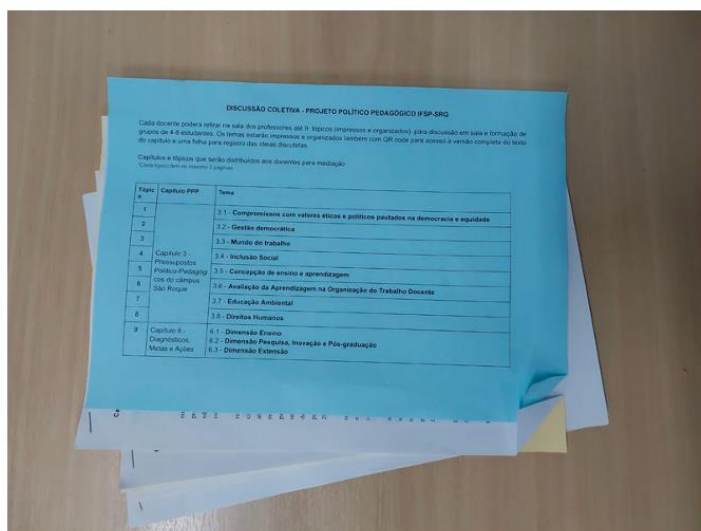
Os estudantes do Grêmio Estudantil Mário de Andrade e representantes da Comissão de Audiovisual do *campus*, colaboraram bastante na divulgação das informações, orientação e produção de imagens e vídeos relacionados ao PPP.

A seguir, o cartaz produzido mostra uma das produções de comunicação e que integra outras (vídeo, textos a partir de QR code), criada pelos estudantes para favorecer o engajamento da comunidade.



Figura 4: Imagem do cartaz de divulgação do PPP utilizado no campus e nas redes sociais.

Como ainda assim, observou-se a necessidade de realizar um encontro específico de mobilização para que todos dedicassem um tempo às contribuições, a Comissão de Elaboração do PPP optou por mobilizar professores, durante seus horários de aulas e com o apoio dos componentes da comissão para incentivar maior participação e engajamento da comunidade acadêmica nas discussões sobre o documento. Assim, foi eleita a data de 14 de junho para a ação de discussão pelas equipes de estudantes de todos os cursos ofertados no campus, nos três turnos e posteriormente a realização de uma plenária. Para facilitar o diálogo foram organizados kits com textos, questões relacionadas ao PPP e orientações para a condução das discussões com as equipes, além do espaço do varal para quem não conseguisse participar no dia e horário definido para esta ação.



kit de mobilização entregue aos estudantes

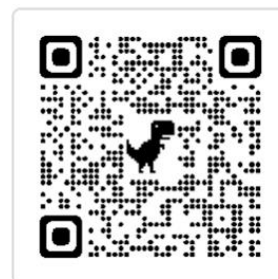


Figura 5: Kits usados para a mobilização da comunidade acadêmica para a realização da discussão sobre os itens do PPP, visando oportunizar a sistematização das contribuições de todos os segmentos da comunidade acadêmica.



Figura 6: Imagem do varal realizado com o intuito de receber contribuições da comunidade acadêmica, com o intuito de ser uma estratégia alternativa de participação e contribuições ao PPP.

Nas salas, o kit de mobilização contemplou trechos de textos prévios do PPP, especialmente em relação aos pressupostos políticos e pedagógicos do *campus*, orientações para a discussão e espaço para contribuições, tal como na figura a seguir:

2) Discuta com o grupo a respeito de desafio(s) ou problema(s) enfrentados no campus, relacionados à qualidade do ensino, pesquisa ou extensão e registre no quadro a seguir. Para esta discussão considere o tópico discutido por seu grupo e também outros assuntos que sejam pertinentes ao quadro que fará parte do capítulo 6 do PPP.

Problema/desafio identificado	Proposta de ação	Responsáveis/Prazos
Projetos de extensão mais voltados a participação direta da comunidade externa e maior incentivo da participação da mesma.	Manter e desenvolver projetos dentro da comunidade e voltar a resolução de problemas e mudança de realidade social.	Coordenação de Extensão juntamente com os docentes Prazo: 2024 (campus a desenvolver um ano)
Falta de cobertura da internet em áreas específicas de pesquisa como o laboratório	Colocar um ponto de internet próximo ao laboratório	Ti Prazo: 2º semestre
Valor simbólico para cobrir gastos do projeto-integrador	A instituição liberar verbas para cobrir os gastos de algumas análises, produtos e ingredientes.	Tesouraria: 2º semestre

Figura 7 : Modelo de Kit de mobilização da comunidade acadêmica usado em sala de aula para colher sugestões dos estudantes.

A seguir, algumas imagens dos estudantes reunidos na primeira etapa da discussão, em pequenos grupos em cada sala. Em seguida, cada turma elegeu um representante para participação como relator na plenária.



Figura 8: Imagem dos estudantes debatendo os temas do PPP em pequenos grupos de discussão.

Por fim, com os representantes eleitos, as turmas foram conduzidas para o auditório. No palco estavam todos os estudantes representando as respectivas turmas.



Figura 9: Imagem da plenária dos estudantes com os resultados das discussões realizadas em pequenos grupos sobre o PPP.

Após a realização da plenária com os estudantes foi produzida uma apresentação retomando as etapas já realizadas de construção do PPP, as principais contribuições recebidas até o momento e foi realizado um encontro com os servidores do *campus*, durante o planejamento pedagógico, para discussão e coleta de novas contribuições.

Neste encontro, os servidores mencionaram 3-5 aspectos que consideravam mais relevantes de serem contemplados no PPP e o resultado é mostrado na nuvem de palavras a seguir, construída com a ferramenta *Mentimeter*.

- Dimensionar as avaliações para diminuir a pressão no final do semestre. Equilibrar provas e trabalhos, considerando que alguns se destacam mais nas provas e outros nos trabalhos
- Propor mais formas avaliativas e ver com os estudantes os melhores formatos, conforme perfil de cada um
- Integrar melhor o currículo de educação ambiental, de modo que seja contemplada em todos os cursos e não somente nos cursos específicos (apareceu em várias falas)
- Integrar prática esportiva nas disciplinas
- Oficinas relacionadas ao mundo do trabalho

Apoio Estudantil e Inclusão

- Mais apoio do *campus* aos coletivos
- Inclusão social pautada com setor socioeconômico - pessoas pretas e LGBTQs são mais vulneráveis
- Melhorar inclusão de pessoas com deficiência
- Apoiar mais os estudantes do último bimestre, nos vestibulares (isso seria forma de uni-los)
- Inclusão social: promover grupos de apoio para questões raciais, LGBTQ, PCD)
- Mais cursos de extensão em Libras e Espanhol

Sustentabilidade e Meio Ambiente

- Mais ações relevantes de educação ambiental deveriam ocorrer no *campus*: reciclagem, coleta seletiva, ações de sustentabilidade e reaproveitamento de materiais e resíduos, dentre outras
- Necessidade de mais incentivo para sustentabilidade, pontuar melhor trabalhos feitos com material sustentável e não permitir trabalhos feitos com "isopor"
- Retomar/investir na horta do *câmpus*

Serviços e Infraestrutura

- Oferta do atendimento pela enfermagem em mais horários
- Disponibilizar impressora ou impressões para uso pelos estudantes
- Melhoria na qualidade da alimentação/ relação com direitos humanos
- Criação de um espaço "thinking" para descanso

Direitos Humanos e Cultura Organizacional

- Direitos Humanos - cultura de paz, retomar temas debatidos além dos eventos
- Mais campanhas contra assédio
- Gestão democrática: proposta de conselho de estudantes, já que tem o de professores
- Continuar fazendo um ótimo trabalho no que se refere a liberdade de expressão
- Articular mais os diferentes cursos
- Articular melhor os eventos, ex: ALI e ADM não conseguem participar dos eventos de AMB, por exemplo
- Mais palestras e eventos com todos juntos
- Mais apoio da(s) prefeitura(s), já que o IFSP São Roque é referência em toda a região

7.2 – Acompanhamento e avaliação do PPP

O Projeto Político Pedagógico Institucional é um norteador das ações e decisões coletivas do *campus*. Nesse sentido, trata-se de um documento dinâmico, que deve ser revisitado periodicamente, além de pautar o planejamento e execução das ações no seu período de vigência.

O acompanhamento do PPP do *campus* São Roque será realizado anualmente em reuniões de planejamento pedagógico e/ou em reuniões agendadas visando exclusivamente o desenvolvimento da análise dos avanços e das dificuldades encontradas na implantação do PPP. Este processo, embora seja gerenciado pela equipe pertencente à Comissão de PPP, deve ter a participação de toda a comunidade acadêmica, por meio do estabelecimento de reuniões anuais com servidores e com estudantes dos diferentes níveis de ensino, bem como promover espaços de participação da comunidade externa.

As reuniões e ações de acompanhamento do PPP devem ser devidamente divulgadas e registradas em murais, no site institucional e nas redes sociais oficiais do IFSP *campus* São Roque. Devem ser criados canais para a participação da comunidade acadêmica que transcendam os momentos de reunião. Para tanto, podem ser usados recursos tecnológicos, tais como os que foram utilizados quando da elaboração deste documento.

REFERÊNCIAS

ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social:** para trabajadores sociales. 7. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva, 1997.

ASPESI, Cristina de Campos; DESSEN, Maria Auxiliadora; CHAGAS, Jane Farias. A ciência do desenvolvimento: uma perspectiva interdisciplinar. In: DESSEN, Maria Auxiliadora; JÚNIOR, Anderson Luiz Costa (org). **A ciência do desenvolvimento humano.** Porto Alegre: Artemed, 2008.

BOCK, A.M.B. **A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano:** a adolescência em questão. Cad. CEDES. *Campinas*, 2004

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em 01 de fevereiro de 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 01 de fevereiro de 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em 17 de outubro de 2014.

BORDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. **A reprodução.** Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1992.

BRANDÃO, C. R. **Identidade e etnia.** Construções da pessoa e resistência cultural. São Paulo, Brasiliense, 1986.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em 01 de fevereiro de 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 01 de fevereiro de 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em 17 de outubro de 2014.

BRASIL. MEC/Setec. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: Concepções e Diretrizes**. Brasília: MEC/Setec, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12503&Itemid=841 Acesso em: 15 set. 2014.

CAMARGO, Rosana; VILELLA, José Eduardo Nogueira. **Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: cem anos de ensino público federal**. In: *Sinergia*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 45-52, jan./jun. 2010.

CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

COLL, C. et al. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2003.

CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, M. V. (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

DOS REIS, E. Reflexões sobre Educação e as mudanças curriculares necessárias. *Sinergia*, v. 14, n. 2, p. 98-104, São Paulo, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Editora Paz e terra, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: Perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R e Vanuchi, P. (orgs). **Juventude e sociedade - trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 8ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). **Projeto Pedagógico Institucional**. São Paulo, 2013. Disponível em <file:///D:/ged/Downloads/ppi-atualizado_atualizado_em_28_05_2013.pdf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). **Plano de desenvolvimento institucional 2014-2018**. São Paulo, 2014, p. 136-160.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). **Projeto Pedagógico de curso: Pós-Graduação Lato Sensu em Metodologia do Ensino das Ciências da Natureza**. São Paulo, 2018. Disponível em <<https://srq.ifsp.edu.br/pos-graduacao>>. Acesso em 21 de agosto de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). **Currículo de Referência para o Curso Técnico em Administração nas formas Concomitante/Subsequente.** São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://ifsp.edu.br/component/content/article/42-assuntos/ensino/157-normas-e-legislacao>> Acesso em: 22 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). **Projeto Pedagógico de curso: Bacharelado em Administração.** São Paulo, 2022.. Disponível em <<https://srq.ifsp.edu.br/superiores/bacharelado-em-administracao>>. Acesso em 21 de agosto de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). **Projeto Pedagógico de curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio.** São Paulo, 2023a. Disponível em <<https://srq.ifsp.edu.br/medios-tecnicos-integrados/tecnico-em-administracao-integrado-ao-ensino-medio>>. Acesso em 21 de agosto de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). **Projeto Pedagógico de curso: Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio.** São Paulo, 2023b. Disponível em <<https://srq.ifsp.edu.br/medios-tecnicos-integrados/medio-integrado-em-alimentos>>. Acesso em 21 de agosto de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). **Projeto Pedagógico de curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio.** São Paulo, 2023c. Disponível em <<https://srq.ifsp.edu.br/medios-tecnicos-integrados/tecnico-integrado-em-meio-ambiente>>. Acesso em 21 de agosto de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). **Projeto Pedagógico de curso: Licenciatura em Ciências Biológicas.** São Paulo, 2023d. Disponível em <<https://srq.ifsp.edu.br/index.php/superiores/licenciatura-em-ciencias-biologicas>>. Acesso em 21 de agosto de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). **Projeto Pedagógico de curso: Tecnologia em Gestão Ambiental.** São Paulo, 2023e. Disponível em <<https://srq.ifsp.edu.br/superiores/tecnologia-em-gestao-ambiental>>. Acesso em 21 de agosto de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). **Projeto Pedagógico de curso: Tecnologia em Viticultura e Enologia.** São Paulo, 2023f. Disponível em <<https://srq.ifsp.edu.br/superiores/tecnologia-em-viticultura-e-enologia>>. Acesso em 21 de agosto de 2023.

JARDIM, Anna Carolina Salgado. *T g r t g u g p v c ± i g u " u q e k c k u " f g " r t q h r t q h g u u q t ö " p q " K p u v k v w v q " H g f g 2018. 1279 p. Feise (Autorado em q . " E k Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.*

LODI, Lúcia Helena; ARAÚJO, Ulisses F. **Ética, cidadania e educação: escola, democracia e cidadania.** In: **Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade.** Secretária da

Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretária da Educação Básica, 2007.

MANACORDA, Mario Alighiero. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5º ed., São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MORIN, Estelle M. **Os sentidos do trabalho**. RAE – Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v.41, n.3, p. 8-19. Jul./Set. 2001.

OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. O adolescente em desenvolvimento e a contemporaneidade. *In: Curso de Prevenção do uso de drogas para educadores da escola pública*. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

OLIVEIRA, M. R. N. S. Organização curricular da educação profissional. *In: ARAÚJO, R. M. de L.; RODRIGUES, D. S. (Org.). Filosofia da práxis e didática da educação profissional*. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução da educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, J. A. **Currículo: teoria e práxis**. Porto: Porto Editora, 2001.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. O que é desenvolvimento humano. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH>. Acesso em 17 de outubro de 2014.

QUARTIERO, E.M. Trabalho docente cooperativo. *In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

RAMOS, Marise Nogueira. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. *In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA (orgs.). Maria. Ensino médio. Ciência, cultura e trabalho*. Brasília, MEC/SETEC, 2004

RIOS, Terezinha. **Significado e pressupostos do projeto pedagógico**. *In: Série Idéias*. São Paulo, FDE, 1982.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

SAVIANI, Demerval. **Para além da curvatura da vara**. *In: Revista Ande* no 3. São Paulo, 1982.

SÃO PAULO (Estado). **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE - Índice Paulista de Responsabilidade Social** – 2008. São Paulo, 2010.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOUZA, E. C. L. et al. **Métodos e Técnicas de Ensino e Recursos Didáticos para o Ensino do Empreendedorismo em IES Brasileiras**. In: Encontro da ANPAD, 28, 2004, Curitiba/PR. Anais... Curitiba: ANPAD, 2004.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento: projeto de ensino e aprendizagem e projeto político pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília. (org). **As dimensões do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2007

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14ª ed. Campinas: Papirus, 2002.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**. IV. Madrid: Centro de Publicaciones del M.E.C. y Visor Distribuciones, 1996.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – Câmpus SÃO ROQUE
Rodovia Prefeito Quintino de Lima, 2100 – Paisagem Colonial - CEP 18136-540 – São Roque – SP

NORMATIVA Nº xxxx, DE xx DE xxxxxxxx DE 2023.

Dispõe sobre a normatização dos procedimentos de constituição da Comissão Organizadora de Trabalhos de Conclusão de Curso dos cursos superiores do Câmpus São Roque do IFSP.

O DIRETOR GERAL DO CÂMPUS SÃO ROQUE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 3.903, de 4 de novembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Normatizar procedimentos para constituição da Comissão Organizadora de Trabalhos de Conclusão de Curso dos cursos superiores do Câmpus São Roque do IFSP.

Art. 2º O campus deverá constituir a Comissão Organizadora de Trabalhos de Conclusão de Curso dos cursos superiores, com nomeação dos membros por meio de Portaria única, com período de trabalho a partir da data de emissão da Portaria.
§1º A Comissão será nomeada pela Direção Geral do câmpus, com indicação de seu presidente, e prazo de duração dos trabalhos de 2 (dois) anos.

§2º Os membros, nomeados Coordenadores de TCC, poderão ser reconduzidos a novos períodos de trabalho/atuação.

§3º A Comissão poderá ser parcialmente reconstituída, em caso de desistência dos membros ao longo do período determinado na Portaria, por meio de sua atualização.

§4º Os integrantes da Comissão podem registrar até 4 horas semanais de trabalho no PIT/RIT.

§5º Os integrantes da Comissão, ao final de seus mandatos, poderão candidatar-se, novamente, para mais 2 mandatos adicionais. Após esse período máximo poderá se candidatar, porém será nomeado na Portaria somente se não houver candidatos suficientes para compor a comissão.

§6º O processo de designação da nova comissão deve ser iniciado com 2 (dois) meses de antecedência do término da comissão vigente, de forma que ao término



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – Câmpus SÃO ROQUE
Rodovia Prefeito Quintino de Lima, 2100 – Paisagem Colonial - CEP 18136-540 – São Roque – SP

de uma, outra seja nomeada, garantindo a continuidade da Comissão e evitando os lapsos temporais sem comissão.

Art. 3º A Comissão de TCC será composta por 2 docentes, não necessariamente lotados em curso superior (setor SUAP).

Art. 4º A escolha dos membros da Comissão se dará da seguinte forma:

- I. Os docentes interessados devem se manifestar, voluntariamente, após o chamamento da Direção Geral do câmpus,
- II. Havendo mais interessados do que o limite máximo desta Normativa, adotar-se-á os seguintes critérios de desempate, em ordem:
 - a. tempo na comissão
 - b. tempo de câmpus São Roque
 - c. tempo de IFSP
 - d. tempo no serviço público federal
 - e. idade

Art. 5º A Comissão terá por atribuições:

- I. propor e divulgar o calendário das atividades e o Regulamento para os Trabalhos de Conclusão de Curso no IFSP/SRQ, para cada semestre, no site do IFSP/SRQ;
- II. propor, reformular e divulgar os procedimentos obrigatórios, sempre em diálogo com o corpo docente e analisando as demandas dos envolvidos;
- III. elaborar e disponibilizar modelos de formulários e de outros documentos pertinentes ao processo de formalização das etapas previstas para desenvolvimento, defesa e finalização do TCC;
- IV. orientar docentes e discentes, quanto aos trâmites e documentos necessários, sempre que demandada;
- V. receber e conferir a documentação pertinente a todas as fases de desenvolvimento do TCC, conforme previsto no Regulamento para os Trabalhos de Conclusão de Curso no IFSP/SRQ, devidamente aprovado pelo CONCAM;
- VI. autorizar colação de grau, desde que cumpridas as exigências previstas no Regulamento para os Trabalhos de Conclusão de Curso no IFSP/SRQ e encaminhar documentação para a CRA;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – Câmpus SÃO ROQUE
Rodovia Prefeito Quintino de Lima, 2100 – Paisagem Colonial - CEP 18136-540 – São Roque – SP

- VII. encaminhar trabalho final de TCC para a Biblioteca e autorizar sua publicação no site do IFSP/SRQ;
- VIII. emitir certificados de participação em bancas de qualificação e defesa de TCC, quando os mesmos não forem emitidos automaticamente pelo SUAP;
- IX. emitir declaração que ateste, aos orientadores, a orientação de TCC em andamento.
- X. indeferir registro de inscrição, agendamentos de bancas de Qualificação e Defesa Final, e solicitação de colação de grau, em caso de falta de documentação ou descumprimento de normas e/ou de prazos;
- XI. deliberar sobre solicitação de cancelamento de TCC;
- XII. informar ao grupo docente quando da recomposição da Comissão e conduzir o processo, segundo os critérios estabelecidos nesta Portaria.

Art. 6º Casos omissos serão resolvidos pela Direção Geral do câmpus.

Art. 7º Esta Normativa entra em vigência na data de sua publicação.

Frank de Carvalho Viana
Diretor Geral do câmpus São Roque